Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

EN CIENCIAS SOCIALES APLICADAS 2

Ano 2023

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

EN CIENCIAS SOCIALES APLICADAS 2

Ano 2023

Investigación científica en ciencias sociales aplicadas 2

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigación científica en ciencias sociales aplicadas 2 / Organizador Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2078-1
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.781231711

1. Ciencias sociales. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *'Investigación científica en ciencias sociales aplicadas 2'* é composta por 11 (onze) capítulos produtos de pesquisa, revisão de literatura, relato de experiências, dentre outros. Os textos tem vinculação com as temáticas de distintas áreas profissionais, como veremos adiante.

O primeiro capítulo, analisa os *rebatimentos da pandemia COVID-19 como processo de intensificação da precarização do para a realidade do trabalho profissional do/a assistente social que atua na política de saúde*. Já o segundo capítulo, discute *os conceitos de ideologia e utopia de Michael Löwy de sua obra "Ideologias e Ciência Social" e identificar ao longo da existência do curso de Serviço Social a influências desses conceitos*.

O terceiro capítulo, analisa *as declarações do presidente Jair Bolsonaro, a respeito das queimadas na Amazônia, e a real situação da região, que tem enfrentado números recordes de queimadas e desmatamento desde o ano de 2019*. Já o quarto capítulo, discute a proposta de desenvolvimento de sistema de gestão de capital humano direcionado ao desenvolvimento sustentável. O quinto capítulo, por sua vez, analisa evidências sobre o conhecimento de docentes universitários sobre a utilização de tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem.

O sexto capítulo, analisa as implicações econômicas do comportamento do dólar na área de floricultura. Já o sétimo capítulo, discute a correlação entre violação de privacidade de pessoas através de estratégias de gestão e uso de sistemas informatizados. O oitavo capítulo, por sua vez, discute a estratégia da Khan Academy no aprendizado de matemática em educação básica.

O nono capítulo, discute *Inovação Social com Comunidades Costeiras* e especificamente a vinculada a Rota dos Changos. Já o décimo capítulo, analisa o contexto fundacional da ONU e a bifurcação entre Estado e Vaticano no contexto dos Direitos Humanos e moral religiosa. E finalmente o décimo primeiro capítulo, discute a possibilidade de pagar pelos recursos hídricos para consumo humano.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CRISE DO CAPITAL E PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS: TENDÊNCIAS DO TRABALHO PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL QUE ATUA NA SAÚDE

Data de aceite: 01/11/2023

Cleomar Jamyson da Silva Melo
Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social - São Tomé/RN e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)

RESUMO: Este artigo[1] realiza algumas aproximações que vem problematizar sobre os primeiros rebatimentos da pandemia COVID-19 como processo de intensificação da precarização do para a realidade do trabalho profissional do/a assistente social que atua na política de saúde. Destaca aspectos da atual crise do capital e seus efeitos da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho no Brasil, enfatizando o trabalho do/a assistente social e sua crescente precarização. Realizamos um ensaio de caráter documental que tem como referência a matriz crítico dialética como norteador das análises. Verifica-se, em suma, que a pandemia interligada à configuração de acumulação capitalista, em sua fase mais predatória, têm impactado numa amplificação ou intensificação exponencial da precarização do trabalho, sobretudo do/a assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a, que expressa: pelo aligeiramento/urgência das ações; pela desprofissionalização; pelas requisições divergentes de sua competência profissional; bem como pelo adoecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Pandêmico, Serviço Social, Trabalho Profissional, Pandemia COVID 19.

1 I INTRODUÇÃO

As sequelas deletérias sobre o mundo do trabalho, tão evidentes na contemporaneidade, são determinadas pelo desenvolvimento intenso de acumulação predatória que impacta no processo de intensificação da precarização do trabalho, e desse modo, elevam-se, em níveis cada vez maiores, as péssimas condições de vida e trabalho da classe-que-vive-do-trabalho.

Tendo como referência esse contexto, este ensaio, parte das aproximações dos estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre

1 Este trabalho foi originalmente publicado nos anais da VI Jornada Nordeste do Serviço Social.

Trabalho e Proteção Social (GETRAPS/UEPB), junto às temáticas do mundo do trabalho, trabalho profissional e dos fundamentos do Serviço Social, particularmente abordando a relação entre as mudanças no mundo do trabalho, o ideário neoliberal e os ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários empreendidos pelas contrarreformas e seus impactos no trabalho do/a assistente social.

Os estudos realizados por diferentes autores têm apontado para um intenso processo de dilapidação da legislação social, em especial a trabalhista e previdenciária, que tem afetado de forma significativa o trabalho profissional do/a assistente social, pela sua condição de trabalhador/a assalariado/a e pela sua atuação nas instituições no campo das políticas sociais. A flexibilização e a desregulamentação dos marcos legais vem constituindo um novo modelo de gestão do trabalho, além de um intenso processo de desmonte dos direitos sociais agravando as condições de trabalho e contribuindo para a intensificação de sua precarização, o que envolve a realidade dos espaços sócio ocupacionais dos/as profissionais de Serviço Social.

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) - assim declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 - teve seu primeiro caso registrado no mundo no final de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei na República Popular da China, e no Brasil em 26 de fevereiro quando teve seu primeiro caso registrado em São Paulo. Seguindo as recomendações dos órgãos sanitários internacionais e nacionais, a melhor forma de combater a pandemia tem sido o distanciamento social, já que, a vacina foi recém autorizada no país e ainda está nos grupos prioritários. sem nenhuma perspectiva de ter vacinação para todos(as) brasileiros(as)

Neste sentido, os aspectos aqui apresentados buscam aproximar e discutir as tendências que assumem o trabalho a partir da realidade imposta pela pandemia do novo coronavírus, na particularidade da inserção profissional na política de saúde. Desse modo, as aproximações realizadas buscou identificar os primeiros impactos da pandemia do Covid-19 no trabalho dos(as) assistentes sociais problematizando e trazendo para o debate a intensificação da precarização do trabalho e as implicações para a vida desses/as trabalhadores/as.

Divide-se em três momentos, o primeiro pontua aspectos relevantes da crise do capital, o processo de reestruturação produtiva e os efeitos sobre o mundo do trabalho, sobretudo no Brasil, expressas pelas contrarreformas neoliberais, iniciadas nos anos 1990, sobre os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Ademais, realizamos uma discussão sobre as sequelas da reestruturação produtiva que afligem o mundo do trabalho e que o/a assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a também são afetados de maneira incisiva.

E no segundo e último momento do debate, realizamos algumas reflexões ainda que preliminares sobre a pandemia da COVID-19 e os seus rebatimentos no trabalho profissional do/a assistente social. Diante das aproximações e discussões do tempo

presente, que abarcam sobre o trabalho profissional do/a assistente social e as inflexões sob a égide do capital pandêmico, verificou-se que, a intensificação da precarização do trabalho já vinha sendo acirrada, resultado da conformação da acumulação contemporânea da sociabilidade do capital, que com a pandemia da COVID-19 encontra solo fértil para amplificar-se em níveis elevados, encurralando a classe-que-vive-do-trabalho para uma relação de vilipendiamento.

Contudo, estamos convictos que os processos de precarização social do trabalho do/a assistente social caminham a passos largos, e como resultantes das transformações societárias se tornam cada vez mais devastadoras, e que, com a pandemia do novo coronavírus a precarização do trabalho intensificou-se e exponencialmente.

2 I CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS REBATIMENTOS SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

O contexto atual evidencia a condição contraditória da sociabilidade do capital, suas crises, características do seu desenvolvimento, que garantem o pavimento firme para o processo de acumulação do capital, pelo adensamento da precariedade das relações sociais capitalistas, (no qual, exacerba-se as péssimas condições de vida da classe trabalhadora), sedimentando as premissas fundamentais à sua perpetuidade.

Assim, a crise contemporânea, que aqui interessa-nos revelar, expõe o declínio do modelo keynesiano-fordista que nutriu o "Estado de Bem-Estar Social" (*Welfare State*) por mais de 30 anos. Alguns autores datam a atual crise, do início da década de 1970, da qual inaugura uma série histórica de consecutivas crises, denominando-a, como crise estrutural sistêmica, por afetar todas as dimensões da forma de ser e viver da classe trabalhadora e do seu meio habitat, como assevera Mészáros (2011, p. 130), "estamos falando de uma crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana".

Em tempos de crise, a reestruturação produtiva teve como propósito basilar, garantir a "reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais" (MOTA, 1995, p. 65). Segundo Harvey (1992), foi pela via da "acumulação flexível" que o novo regime de acumulação do capital, assume forma e conteúdo pela globalização da economia e do mundo do trabalho tendo como ordenamento político o ideário neoliberal.

No que tange às profundas "transformações societárias" Netto (2012), motivadas pela crise dos anos de 1970, as mudanças no âmbito do mundo do trabalho, das quais se apresentam com uma "nova morfologia do trabalho", como assegura Antunes (2015), tem repercutido drasticamente nas condições de vida e trabalho, que se expressam pela via da subcontratação, da polivalência da força de trabalho, da terceirização, da informalidade, do trabalho sazonal ou temporário e pelo aumento do desemprego.

Ainda no que se refere às mudanças no mundo do trabalho, há de se observar

> uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços [...] Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (Antunes, 2015, p. 61-62, grifo do autor).

Por conseguinte, no Brasil, nos anos 1990, influenciado pelo Consenso de Washington, as transformações conduzidas pela reestruturação produtiva - caracterizada pela flexibilização da produção e pelo estado neoliberal - são firmadas um bloco de medidas de ajuste fiscal - "contrarreformista" Behring (2003), provocando o desmonte das políticas sociais e a dilapidação dos direitos previdenciários e principalmente trabalhistas com inflexões nefastas nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Na direção de fortalecer as requisições do capital, o Estado imbuído do ideário neoliberal, "promove uma recondução estratégica dos mecanismos de exploração da força de trabalho e elege o trabalho e os ganhos sociais e políticos da classe trabalhadora como alvo a ser atingido." (SERPA, 2009, p.111). Visto que, com o MPC em crise se tem um contexto favorável "como um momento impulsionador de mais capitalismo, mais acumulação." (GRANEMANN, 2020, p. 6). Destarte, esses mecanismos estratégicos - defendido pelos neoliberais - seriam as peças primordiais para a imputação de superlucros, e que ao mesmo tempo que rebaixaria os custos dos condicionantes da produção, seria resgatada a competitividade de mercado. Como atesta Behring,

> [...] a saída da crise [...] estaria na redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação dessas relações, inclusive no que refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais. (BEHRING, 2003, p. 214).

No Brasil os mecanismos de operacionalização da racionalização dos custos com a força de trabalho acompanharam, e ainda acompanham, o projeto contrarreformista do estado neoliberal - inaugurado na década de 1990[2], configurando-se num processo intenso de dilapidação, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - conquistada a dura penas pela classe trabalhadora - bem como, na Constituição Federal de 1988 - considerada uma conquista histórica pelo avanço das garantias legais de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, aprofundando e intensificando a flexibilização e precarização social do trabalho no país.

Os anos 2000, adentrado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), nos quais tiveram à frente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vanna Rousseff, pelo período de 14 anos (2003-2015), foi dada continuidade permanentemente às políticas de tendências neoliberalizantes - de forma branda e conciliatória - com inflexões na gestão da força

2 ganha organicidade, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob os comandos do Luiz Carlos Bresser Pereira, que de imediato instituiu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), com uma série de medidas contrarreformistas

de trabalho e principalmente nas políticas sociais. Apesar dos avanços neste período, chamado de “ascensão social”, os efeitos da crise de 2008 (que não foi uma “marolinha”) foram devastadores para as famílias mais pobres, pelo crescimento do desemprego, o que reforçou o padrão das desigualdades sociais. Como assevera Alves (2017), o lulismo capturado pela burguesia brasileira, tornou-se submisso ao grupo neoliberal, sendo

> [...] incapaz de confrontar o bloco neoliberal no poder, construindo um Estado brasileiro capaz de garantir a eficácia dos ideias constitucionais de 1988, Lula apenas paralisou um processo histórico, sem reverte-lo no sentido de abolir a nova ordem da precariedade salarial. Nos governos neodesenvolvimentistas, o choque de capitalismo deu-se sob um mundo de trabalho precário por conta da nova ordem de regulação flexível instaurada na década neoliberal.

O ano de 2016 demarca o golpe - imbuídos pela “onda conservadora” DEMIER e MELO (2018) - expresso pelo processo de impeachment da presidente Dilma, tendo sido orquestrado pelos setores mais reacionários e conservadores do país, com o apoio da grande mídia, “abençoado” pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e executado pelo Congresso Nacional, que drasticamente colocou na cadeira da presidência o vice presidente Michel Temer.

Para dar celeridade a agenda ultra neoliberal, o governo golpista, tomou como base o documento intitulado “UMA PONTE PARA O FUTURO”, no qual foram expostas as propostas cimentadas numa política de austeridade, propondo diversas reformas nas políticas sociais e na área trabalhista, o que concretizou as proposta do golpe.

A adesão o “novo” receituárioultraneoliberal, (re)inaugurou um conjunto de medidas com promessas de “modernização”, mais que representou o mais retrógrado e agressivo retrocesso para os marcos legais que ditam os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. A instituição da Emenda Constitucional Nº 95/2016 - que congelou por 20 anos os “gastos” com políticas sociais (saúde, educação, segurança, assistência social e etc); da aprovação da Lei Nº 13.429/2017 - que regulamenta a terceirização para as atividades fins no âmbito público e privado; e da Lei 13.467/2017 - que alterou mais de 200 dispositivos na CLT, consolidou o ataque aos direitos sociais.

As novas legislações trabalhistas, modificadas pelas “reformas”, têm consequências sobre o mundo do trabalho - com efeitos devastadores - impondo insegurança do vínculo empregatício, como: a perda do emprego; a precarização das condições de trabalho; a redução do salário; e a inexistência de direitos trabalhistas e previdenciários. Além do mais, instituiu “novos” contratos de trabalho, regularizou o trabalho intermitente e fragilizou a relação entre o trabalhador(a) e sua entidade organizativa/representativa de classe. (SOUZA; ARAÚJO; MELO; e BARBOSA, 2018)

O resultado das eleições de 2018[3], coloca na cadeira da presidência o que há de

---

3 Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro prometia flexibilizar as leis do trabalho, e criaria uma carteira de trabalho “verde-amarela” para desburocratizar as regras do trabalho, com o intuito de ajudar o empresariado. Ao se tornar presidente, o primeiro “tiro” dado no “alvo” - mundo do trabalho - foi a extinção do Ministério do Trabalho, uma pasta que contava com mais de 100 anos de criação.

mais obscuro, ultraneoliberal de roupagem neofascista e conservadora, representado pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro. O seu governo dia após dia, tem significado uma amplificada devastação "sociometabólica", com efeitos nocivos à sobrevivência da classe trabalhadora - em sua totalidade - e a natureza, expressando intensa barbárie.

Com o sancionamento da Lei Nº 13.874 no dia 20 de setembro de 2019, que Instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, representando um recrudescimento das teses neoliberais mais predatórias possíveis, e que propiciará uma "maior desregulamentação social da relação entre capital e trabalho" (GOMES; SOARES; PRAUN, 2020, p. 5).

Ainda como expressão de contrarreforma trabalhista - alguns chamam de minirreforma do trabalho - ocorreu a publicação da Medida Provisória Nº 905 em 12 de novembro de 2019, intitulada de "Programa verde e amarelo" - cumprindo com a promessa de campanha. Em síntese, a MP buscava flexibilizar ainda mais os direitos trabalhistas e previdenciários, priorizando totalmente os interesses do mercado, com o propósito de garantir a ampliação de facilidades de exploração do trabalho e assegurar as melhores condições de lucratividade (DIEESE, 2019). Esta medida caducou, após grande pressão das organizações da classe trabalhadora, se ganha uma batalha, mas a guerra ainda continua, pois o presidente prometeu editar a medida e enviar ao congresso novamente.

Outra medida regressiva que atingiu incisivamente a classe trabalhadora, foi a promulgação e publicação da Emenda Constitucional N°103/2019 no diário oficial da união, se tratando de uma "reforma" da previdência, que acarretou efeitos deletérios para a classe trabalhadora, dificultando o acesso a política de previdência social, além de prolongar o tempo necessário para gozar do direito da aposentadoria.

As medidas contrarreformistas colocadas em curso desde os anos 1990, trouxeram inflexões devastadoras na gestão do trabalho e das políticas sociais. Os nocivos ataques empreendidos nos marcos legais do direito do trabalho e previdenciário, ao longo dos anos, reverberam um profundo processo de desregulamentação do trabalho no Brasil com rebatimentos nas relações de trabalho e na proteção social da classe-que-vive-do-trabalho (SERPA, 2009).

3 I PANDEMIA DA COVID-19 E OS IMPACTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

As ofensivas empreendidas no âmbito do trabalho - precarização, flexibilização e desregulamentação - atingem frontalmente o mercado de trabalho profissional do/a assistente social, por estarem inseridos nas políticas sociais, também precarizadas, e por estarem submetidos/as a vínculos precários de trabalho, com subcontratações de caráter terceirizado e com baixos salários, evidenciados como uma propalada exploração do trabalho profissional.

A profissão do Serviço Social tendo sua particularidade na divisão sociotécnica do trabalho como um trabalho coletivo, especializado e assalariado, para o trato com a questão

social - resultante na desigualdade inerente da sociabilidade do capital, coadjuvando com o desenvolvimento capitalista. Iamamoto (2014) e Matos (2009). Desse modo, caracterizar o assistente social como um trabalhador assalariado é considerar como se dão as relações de "compra e venda da força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais" (RAICHELIS, 2011, p. 423).

Analisar o trabalho profissional do assistente social na atualidade, faz-se necessário compreendê-lo como parte integrante da classe trabalhadora, que enfrenta dificuldades e constrangimentos no cotidiano e que vende sua força de trabalho em troca de um salário, como condições presentes para os que labutam e tem-se o processo de assalariamento. Raichelis (2011).

Segundo Costa (2006, p. 306) o profissional do Serviço Social,

> como tantas outras profissões, está submetida a um conjunto de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, quais sejam: o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras.

O mercado profissional de trabalho dos/as assistentes sociais tem sido afetado pela massiva terceirização dos contratos de trabalho nos serviços públicos, pelos baixos salários, pelo desemprego e subemprego, agravados pela imposição da polivalência e de requisições incompatíveis com o perfil profissional referendado na legislação profissional. Como assevera Guerra (2010), desde à década de 1990 - demarcada pelo início do período contrarreformista - "como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos". (GUERRA, 2010, p. 716).

Segundo Iamamoto (2015), a condição de assalariado do/a assistente social,

> envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. (IAMAMOTO, 2015, p. 218).

O profissional do Serviço Social, diante dessas novas configurações da gestão do trabalho - sob a égide da precarização e fragilização do trabalho, tem o comprometimento da autonomia profissional, mesmo que seja relativa, como afirma Iamamoto (2015), por outro lado, o processo de informatização do trabalho - tendência dessa " nova configuração do trabalho" - surge com o discurso de auxiliar e contribuir no processo de trabalho, mas, tem se manifestado como forma de controlar o profissional e os usuários por meio do "cabresto" da "modernização" burocrática, além de atingir o sigilo profissional.

A política pública de saúde historicamente tem sido um campo de atuação dos(as) assistentes sociais, que com a criação do SUS o campo de atuação se alargou. Dessa

maneira, em um contexto de pandemia, o profissional do serviço social é requisitado para estar na linha de frente, e com isso vivenciamos uma intensificação dos desafios postos nos espaços sócio ocupacionais, impactando no trabalho profissional dos(as) assistentes sociais.

As transformações em curso, isto é, a condição de "cataclismo" humanitário, na qual estamos submersos(às), pela crise estrutural do capital, e amplificada exponencialmente pela crise sanitária causada pelo novo coronavírus, desnuda as contradições constitutivas e inerentes da sociabilidade do modo de produção capitalista (desigualdade exacerbada, pauperização extrema e exploração intensificada da classe trabalhadora), além de evidenciar que o falacioso discurso "pregado" pelo neoliberalismo e suas contrarreformas, são de interesses do grande capital, em prejuízo dos direitos da classe trabalhadora.

O cenário atual de desmoronamento, com efeitos mórbidos e de barbárie sob a cabeça da classe trabalhadora, tem desmascarado a inseparabilidade do capital e suas contradições, e que com a pandemia da COVID-19 são escancarados os efeitos de anos de políticas contrarreformistas neoliberais de ajuste fiscal, causando uma avalanche sem precedentes para a humanidade, sobretudo para a classe-que-vive-do-trabalho. Como afirma Mészáros (2011)

> Capital e contradições são inseparáveis. Temos de ir além das manifestações superficiais dessas contradições e de suas raízes. Você consegue manipulá-las aqui e ali, mas elas voltarão com uma vingança. Contradições não podem ser jogadas para debaixo do tapete indefinidamente, porque o carpete, agora, está se tornando uma montanha." (MÉSZÁROS, 2011, p. 132).

Assim, adentramos numa vasta crise sanitária, na qual sua nascença se conecta à propalação atual de um sistema capitalista cada vez mais devastador e bárbaro, como um desdobramento do aprofundamento do neoliberalismo expresso pela crise de 2008-2009, e que encontra um solo fértil para sua reconfiguração e intensificação, com inflexões nefastas para classe-que-vive-do-trabalho. É nessa acepção, que Antunes (2020), argumenta que estaríamos sob a égide do "Capital pandêmico", que nos termos do autor, seria a "simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus". (ANTUNES, 2020, p. 14)

O Brasil sob a liderança de um governo protofascista e ultraneoliberal, que tenta naturalizar a normalidade mórbida (DEMIER, 2020), e que tem feito discursos negacionistas, como "é só uma gripezinha"; "e daí?"; ou "eu não sou coveiro", desresponsabiliza-se do crescente aumento do número de mortes vítimas da Covid-19, protagoniza uma catástrofe sanitária sem precedentes.

Ademais, o Ministério da Saúde - (que trocou de gestão 3 vezes durante a pandemia) têm atuado tardiamente como uma expressão negacionista e genocida de fazer morrer os mais vulneráveis no país, além disso, tem jogando a responsabilidade para as secretarias estaduais e municipais de saúde. Que manifesta-se pela insistência de indicar

medicamentos (Ivermectina e Hidroxicloroquina) sem nenhuma comprovação científica da eficácia, assim como, pela "logística" de fazer faltar equipamentos de saúde, como ocorreu em Manaus com o oxigênio (mesmo quando foi avisado com antecedência da possível falta), ou ainda, pela demonstração negacionista de retarda a aprovação, a chegada e a distribuição da vacina.

Ainda mais, a pandemia têm impactado com maior letalidade as classes subalternas - sendo os rostos - dos contaminados(as) e até de mortos acometidos pelo novo coronavírus, segundo Harvey (2020),

> o progresso da COVID-19 exibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça. Embora os esforços de mitigação estejam convenientemente camuflados na retórica de que 'estamos todos juntos nisto', as práticas, particularmente por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sinistras. (HARVEY, 2020, p. 21).

O capital pandêmico, representa uma devastação brutal para humanidade que depende do seu trabalho para sobreviver, pois a principal forma de evitar o contágio da doença é o isolamento social, e a esmagadora maioria dos trabalhadores estão em péssimas condições de vida e trabalho - com vínculos precarizados e totalmente flexibilizados ou desempregados e sem acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, segurança alimentar e etc. - impossibilitando o cumprimento da quarentena via distanciamento social, frente a necessidade de buscar o atendimento de suas necessidades mais elementares, como comer.

> Sua dilemática é áspera: se voltarem ou permanecerem em seus postos de trabalho, se convertem em reais candidatos à vala comum dos cemitérios. Se acatarem o isolamento e a quarentena, morrerão de fome. (ANTUNES, 2020, p. 182).

Desse modo, revela-se que a classe trabalhadora está sob profundo "fogo cruzado", pois as alternativas - que são próprias do capitalismo - são de um caminho que impulsionam para o corredor da letalidade ou da mortalidade, enquadrando-os numa relação de vilipendiamento. (ANTUNES, 2020).

Entretanto, na conjuntura da pandemia no novo coronavírus, a classe trabalhadora - e também o assistente social como trabalhador assalariado - está vivenciando um acentuado processo desregulamentação dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, expressos e ameaçados, expressos: 1) pela Medida provisória n°927/2020 que no seu art. 18 consentia a descontinuidade do pagamento dos salários pelo período de quatro meses - que previa a flexibilização das relações de trabalho no país; 2) pela Medida provisória editada no dia 1° de abril n° 936, na qual assegura ao empregador suspender o contrato de trabalho pelo período de 60 dias, assim como, reduzir proporcionalmente os salários e a jornada dos trabalhadores pelo período de até 90 dias; 3) pela proposta da Reforma Administrativa - já enviada para o congresso - ou pela tentativa de confiscar e reduzir o salário dos servidores

públicos - proposta pelo Partido Novo. Assim, segundo Pereira (2020), "estamos diante de um processo de intensificação do trabalho na esfera pública". (PEREIRA, 2020, p. 50)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) - vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) - lançou uma Síntese Setorial no dia 11 de abril de 2020 que aborda sobre a pandemia do novo coronavírus e o setor saúde, na qual discute os grandes desafios (ocasionados pela exposição ao vírus) para os trabalhadores da saúde que estão na linha de frente,

> O local de trabalho dos(as) profissionais de saúde é particularmente vulnerável ao risco de exposição à COVID-19. [...] Este fato aumenta ainda mais o risco de transmissão por contacto do pessoal de apoio, como os que trabalham nas lavandarias, nos serviços de limpeza e os trabalhadores que processam os resíduos hospitalares. (OIT, 2020, p. 2)

O documento sugere que esses trabalhadores usem do "Diálogo Social" ou da "Resiliência" para se adaptarem ao cenário pandêmico dando o "Upgrade" . Ou seja, não há nenhuma intenção de enfrentar os causadores dos desafios postos no cotidiano profissional (como o recrudescimento do ultra neoliberalismo e suas medidas regressivas do ponto de vista dos direitos sociais e trabalhistas), apontam o próprio indivíduo, como capital humano de si mesmo, como alternativa de progresso no trabalho. (OIT, 2020)

Embora, enxerguemos que a precarização social do trabalho no Brasil esteja posta há muito tempo, e que esse fato não seja fruto ou tenha surgido por reflexo do cenário pandêmico do novo coronavírus, pois,

> suas raízes firmam-se por um lado, em nossas especificidades sócio-históricas, favorecedoras constituição de um mercado de trabalho desde sempre marcado tanto pela alta informalidade e baixa remuneração como pela desigualdade de acesso aos poucos direitos conquistados e legalmente instituídos. (PRAUN, 2020, 2-3)

A pandemia lançam desafios aos trabalhadores da saúde que estão atuando na linha de frente dos hospitais, UPA's e das UBS, como a desproteção evidenciada pela insuficiência de EPI's e os efeitos sobre a gestão do trabalho (suspensão das férias, sobrecarga de trabalho pelo aumento dos plantões e pelo cansaço mental que agudiza-se com a falta de repouso).

Por outro lado, o Sistema Único de Saúde (SUS)[4], vem sofrendo nocivos ataques, como assegura Soares (2017) "a precarização e privatização da gestão pública estão cada vez mais associadas ao aumento da participação das entidades privadas na gestão e execução de serviços da rede SUS e fora dela" (SOARES, 2017, p. 129). Assim também, são impostas limitações para os trabalhadores(as) da saúde, que se vêem pressionados a racionalidade da precariedade dos serviços terceirizados.

Ao mesmo tempo, os(as) trabalhadores(as) dos serviços de saúde ou melhor

4 tendo como princípio central a universalidade, um sistema que apesar das "pelejas" - inflexões causadas pelas contrarreformas na política de saúde - têm se assentado como um excepcional sistema de saúde, se comparado ao período antes de sua existência.

dizendo, “trabalhadores em tempos de guerra” (MORONTE, 2020), também se colocam em fogo cruzado, tendo que trabalhar presencialmente e na linha de frente dos estabelecimentos públicos ou privados de saúde, na maioria dos casos, com vínculos precários - baixos salários, terceirizados, contrato temporário e nos serviços sucateados pelo desfinanciamento evidenciando as imensas dificuldades das quais a pandemia tem intensificado.

A política pública de saúde[5] historicamente tem sido um campo de atuação dos(as) assistentes sociais, que com a criação do SUS o campo de atuação se alargou. Dessa maneira, em um contexto de pandemia, o profissional do serviço social é requisitado para estar na linha de frente, e com isso vivenciamos uma intensificação dos desafios postos nos espaços sócio ocupacionais, impactando no trabalho profissional dos(as) assistentes sociais.

Atuando de acordo com as suas atribuições e competências indicadas na Lei de N° 8.662/93 que regulamenta a profissão e na Resolução 493/2006 da qual trata sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional. Os parâmetros legais da profissão norteiam o exercício profissional e evitam a prática do “VALE TUDO”, ocasionando num processo ainda mais intenso de “desprofissionalização” (NOMERIANO, 2019), o que representaria um enorme retrocesso das conquistas que obtivemos nas últimas décadas.

Todavia, o/a assistente social já acumulava - antes mesmo da pandemia - uma série de ataques sobre os direitos sociais e trabalhistas, resultando em contratos precários, baixos salários, alargamento da jornada de trabalho e a pressão para o trabalho polivalente, os efeitos dessa gestão do trabalho tem gerado a exaustão do trabalho, adoecimento mental (depressão e síndrome do pânico) entre outros. (LOURENÇO, 2017).

Como também, as (re)edições de antigas requisições inadequadas dirigidas ao serviço social, como a comunicação do óbito ou do quadro clínico do paciente, não sendo atribuição do assistente social. Por isso, que o conjunto CFESS-CRESS têm respondido, dentro das possibilidades, de forma ágil na elaboração e publicização de Orientações Normativas, para nortear o profissional no atual cenário.

O cenário atual, acometido pela pandemia, o sentimento do “medo” (MATOS, 2020) e de exaustão dos trabalhadores da saúde, sobretudo do/a assistente social, tem se agudizado com o aumento do número de contaminados e de óbitos, seja pelo temor de morrer ou de levar a doença para dentro dos seus lares e seus familiares.

Os assistentes sociais, como trabalhadores/as assalariado/as, sofrem, todo o processo de ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários e da intensa precarização do trabalho que a conjuntura pandêmica impôs a “amplificação exponencial” (Antunes, 2020), expressos pelos precários vínculos, baixos salários e condições em geral de trabalho.

5 Sendo objeto do Serviço Social, nessa área de trabalho, o de identificar “os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais que atravessam o processo saúde-doença para assim mobilizar recursos para o seu enfrentamento” (MATOS, 2020, p. 3), assim como, “ações de caráter emergencial assistencial”(COSTA, 2006, p. 13), educativo, informativo e comunicativo em saúde. (COSTA, 2006).

Neste sentido, as profissionais do Serviço Social que atuam no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), tem apontado para as tendências que se apresentam são: Falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); Liberação dos profissionais que apresentam comorbidade de saúde; Sobrecarga de trabalho para os que continuaram no trabalho; A transformação do Serviço Social em "posto telefônico"; e Salários atrasados e sem adicional de insalubridade, são alguns dos diversos dilemas, que expõem a intensificação da precarização do trabalho dos/as assistentes sociais. (BARROS; OLIVEIRA; BARBOSA; CRONEMBERGER, 2020)

Contudo, a pandemia evidenciou, um conjunto de "novas" situações no cotidiano do trabalho profissional do assistente social, ocorrendo uma intensificação ou amplificação da precarização do trabalho, o que demonstra a necessidade de capturar esses fenômenos no movimento concreto do real. Como assevera Iamamoto (2015), no que desrespeita a importância de ampliar a pesquisa que privilegie as especificidades das condições de trabalho do assistente social.

4 I APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Neste estudo, se discutiu que desde a década de 1990 - sob a luz do ideário neoliberal como requisito das transformações societárias e como o Brasil vivencia um profundo processo de regressão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, o que têm implicado "terrivelmente" no mundo do trabalho, com intenso processo de precarização e expropriação. Com isso, sendo o Serviço Social uma profissão que compõe a divisão sócio e técnica do trabalho de caráter assalariado, está submergida sob todos os ataques e ofensivas direcionadas ao mundo do trabalho.

Os impactos sobre o mundo trabalho no cotidiano profissional do/a assistente social, motivados pela pandemia da COVID-19, desnudam as péssimas condições de trabalho e dos serviços de saúde públicos no país consequência da adoção das políticas neoliberais que há mais de duas décadas vem se aprofundando no Brasil. Dessa maneira, submete-os a um trabalho sob fogo cruzado, por trabalharem em serviços essenciais e por estarem expostos ao vírus pelas péssimas condições de trabalho.

Essa realidade exige uma aproximação ainda mais intensa dos profissionais para com as entidades representativas da categoria, estando atento as todas orientações, normativas e debates que o conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO vem produzindo durante o período da pandemia da COVID-19, que mesmo diante de um governo negacionista e ultraneoliberal, elas se mantêm firmes na defesa do Projeto ético político da profissão e no combate à qualquer investida ultraneoliberal e neofascista sobre as políticas e direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da República brasileira**. https://blogdaboitempo.com.br Acesso em 02 de maio 2017

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed - São Paulo: Cortez, 2015.

________________. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: FILHO, H. M.; TOSTES, A. (org). **Quarentena:** reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6 editora, 2020.

________________. O trabalho sob fogo cruzado. Boitempo: São Paulo, 2020.

BARROS, C.; OLIVEIRA, J.; BARBOSA, R.; CRONEMBERGER, I. [et. al]. O processo de trabalho do/da Assistente Social em Tempos de Pandemia pelo novo coronavírus no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI). In: PEREIRA, S. L. B.; CRONEMBERGER, I. H. G. M. (org). **Serviço Social em tempos de pandemia:** provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Doença pelo Coronavírus COVID-19 BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO ESPECIAL nº 48. 05 fev.. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/fevereiro/05/boletim_epidemiologico_covid_48_5fev21_19h40.pdf Acesso em: 06 fev. 2021.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. **Código de ética do\a Assistente Social**. 1996. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 10 de ago. 2020.

_________. Resolução do CFESS N° 493. 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf Acesso em: 10 de ago. 2020

_________. **Memorial dedicado à vida de cada assistente social vítima do coronavírus.** 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial Acessado em: 07 de fev. 2021.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos Serviços de Saúde e a inserção dos (as) Assistentes Sociais. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DEMIER, F. MELO, D. **Onda conservadora, Crise Orgânica e Cesarismo de Toga no Brasil**. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. L.(Orgs). Marxismo, política social e direitos. São Paulo: Cortez, p. 253 - 272, 2018

DEMIER, F. BOLSONARO, PANDEMIA E UNIVERSIDADE: Breve nota de conjuntura. Mayara Aparecida Machado, Balestro dos Santos; João Elter Borges Miranda (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v.9)

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONôMICOS - DIEESE. **O novo desmonte dos direitos trabalhistas: a MP 905/2019**. Nota técnica: 215 Brasília: 2019. Site disponível: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.html Acesso em: 10 de out. de 2020.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

GOMES, R, M; SOARES, M; PRAUN, L. Trabalho e Serviço Social: ressignificação contemporâneas. **Rev. O Social em questão**. Ano XXIII - n° 47 - mai-ago/2020.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.104, p. 715-736, 2010

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____________. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: HARVEY, D. DAVIS, M. BIHR, A. [et. al]. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil** – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

___________. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

___________. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores do desemprego IBGE**. Pesquisa do 3° trimestre de 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php Acesso em: 20 jan. de 2021.

LOURENÇO. E. A. S. TRABALHO E SAÚDE DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA ÁREA DA SAÚDE. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

MATOS, M. C. **Cotidiano, Ética e Saúde**: O Serviço Social frente à contra-reforma do Estado e à criminalização do aborto. **Tese de Doutorado**. PUC. São Paulo, 2009.

___________. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde.** Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pd. Acesso em: 10 de set. 2020.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Trad. Ana Carvalhaes... [et al.] – 2.ed. ver. E ampliada – São Paulo: Boitempo, 2011.

MORONTE, E. A. A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS E O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS. In: CRISTIANE, B. A.; ROGERIO, D. S. **Pandêmia e pandemônios no Brasil**. - 1° ed. São Paulo, 2020.

MOTA, A. E. S. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo – Cortez, 1995.

NETTO, J. P. “**Crise do capital e consequências societárias**”. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p.413-429, 2012.

NOMERIANO, A. S. DA PROFISSIONALIZAÇÃO À DESPROFISSIONALIZAÇÃO? DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 65-83, jan./jun. 2019.

Organização Internacional do Trabalho. OIT. **Síntese Setorial OIT**: A COVID-19 e o setor da saúde, 11 de abr. de 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_760225.pdf Acesso em: 06 de jun. de 2020.

PRAUN, L. A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde,** v. 18, n. 3, 2020.

PEREIRA, G. O. Ataques aos servidores públicos sob COVID-19: orçamento de pessoal em questão. In: MOREIRA, E.; GOUVEIA, R.; GARCIA, J. [et. al]. **Em tempos de pandemia:** Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011.

SERPA, Moema A. **O trabalho em saúde**: os fios que tecem a desregulamentação do trabalho nos serviços públicos. **Tese de Doutorado**. UFPE. Recife, 2009.

SOARES. R. C. Tendências da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social: privatização e superprecarização. In: SILVA, A. X.; NÓBREGA, M. B.; MATIAS, T. S. C. (Orgs). **Contrarreforma, intelectuais e Serviço Social:** As inflexões na política de saúde. Campina Grande: EDUEPB, p. 23 - 51, 2017.

SOUZA; M, A, S, L. ARAÚJO, W; MELO, C, J, S; [et al] **O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E OS DESAFIOS FRENTE A CONTRARREFORMA TRABALHISTA.** v. 16 n. 1 :Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.. A.; ROGERIO, D. S. **Pandêmia e pandemônios no Brasil**. - 1° ed. São Paulo, 2020.

CAPÍTULO 2

O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E A CONSTRUÇÃO DE UTOPIAS

Data de aceite: 01/11/2023

Luciano Silva Gomes

Paula Fernanda Menezes de Menezes

RESUMO: O artigo tem por objetivo dialogar com os conceitos de ideologia e utopia de Michael Löwy de sua obra "Ideologias e Ciência Social" e identificar ao longo da existência do curso de Serviço Social a influências desses conceitos. Também apresentar o desenvolvimento histórico do conhecimento filosófico no Brasil e suas influências na formação profissional. Além de ser uma homenagem a Faculdade de Serviço Social da UFPA. Ressalte-se que o texto se fundamenta da articulação dos conteúdos da disciplina Filosofia e Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Pensar Filosófico; Ideologia; Utopia e Serviço Social da UFPA.

1 I INTRODUÇÃO

Escrever sobre o Serviço Social no Pará, não é tarefa fácil, também devido ao contraditório exercício intelectivo de relacionar filosoficamente as partes-ao-todo e dar a esta análise uma conotação crítico-dialética para que o trabalho não se perca (pelo menos tente não se perder) no caudaloso mar do senso comum, "onde tudo está dado, e é isso mesmo".

Neste processo, não se pode perder de vista, até para não ser injusto, o reconhecimento (e agradecimento), ao professor Paulo Eleutério pelo hercúleo trabalho e visão da sociedade de sua época, que não mediu esforços, seja através de reuniões, de comissões e elaboração de documentos expondo a necessidade de criar uma escola de Serviço Social em Belém, justificando a sua importância para a "preparação de pessoal técnico indispensável às tarefas do Serviço Social no seio da classe e dos auxiliares do cenário existente". Porém, seu Projeto não contou com o apoio de entidades do Estado, o que o levou a iniciar o empreendimento de forma autônoma, inaugurando a escola no dia 10 de abril de 1950.

Nos primeiros anos de funcionamento, a escola de Serviço Social passou por mudanças, a começar pelo seu reconhecimento pelo Ministério da

Educação no ano de 1957 através do Decreto 40.925, concedendo à escola a possibilidade de diplomar a primeira turma, e a sua vinculação à Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS). Ocorrerão, a mudanças de gerenciamento, passando a escola de um empreendimento familiar ao Instituto Ophir Loyola. Em seguida houve a sua integração a Universidade Federal do Pará no ano de 1963 através da Lei n° 4283. A referida lei, transferiu e integrou a escola de Serviço Social à Universidade Federal do Pará, gerando novos e contraditórios impactos à formação profissional.

O trabalho não intenciona fazer uma análise histórica do curso de Serviço Social e sua integração pela Universidade Federal do Pará. Mas a partir deste processo, apresentar os conceitos de Ideologia e Utopia e o desenvolvimento da Filosofia no Brasil analisado os acontecimentos referentes à dinâmica da profissão e os posicionamentos do curso frente a esse concreto, complexo de acontecimentos, exigindo direcionamentos teórico metodológica de cunho modernizadoras ou crítico transformadora (ressalte-se que a denominação "crítico" advém de seus fundamentos filosóficos).

Neste processo, o modus operandi do curso centrou-se nas opções teórico metodológicos e ético-políticos adotadas pelo Serviço Social (durante e após sua integração), através de Diretrizes Curriculares, Códigos de Ética e Leis de Regulamentações da Profissão. Ressalte-se que a pesquisa bibliográfica e documental, possibilitou conhecer como historicamente os currículos do Serviço Social da UFPA, mudaram sua visão analítica ao longo de sua trajetória para formar profissionais critico-interventivos na região Amazônica, tarefa nada tranquila do ponto de vista das correlações de força e poder norteadas por visões políticas de mundo e de sociedade.

Conforme exposto, é fato que a primeira escola de Serviço Social na Amazônia brasileira foi idealizada e materializada a partir dos anseios e interesses particular, e de acordo com o entendimento de quem a criou, do lugar da futura profissão na divisão social e técnica do trabalho em Belém na época. Porém, para além deste feito pioneiro do professor Paulo Eleutério, o artigo apresenta como eixo de análise os itens: Ideologia e/ou Utopia no Serviço Social da UFPA, que busca descrever a partir da concepção de Michael Löwy a visão social de homens e mulheres no mundo dos docentes. E a Influência Filosófica no Curso de Serviço Social da UFPA, que descreve a evolução do pensar filosófico como crítica ao senso comum.

2 | DIALOGANDO COM OS CONCEITOS DE IDEOLOGIA E UTOPIA SEGUNDO LOWY

A intervenção do curso de Serviço Social da UFPA, a partir da elaboração dos planos de aula, da supervisão acadêmica, na gestão da Faculdade ou dos órgãos de representação profissional, estão atravessadas de visões sociais de mundo utópicas ou ideológicas que serão conceituadas neste item.

Ressalte-se que, o período pós integração do curso de Serviço Social à UFPA, foi intenso para a profissão, tanto no Brasil quanto na Europa e Estados Unidos por estar em pleno desenvolvimento o debate sobre a cientificidade e a universalização do Serviço Social, que culminou na superação do metodologismo (casos, grupo e comunidade) e dando início ao profícuo processo de reconceituação da profissão, que de acordo com José Paulo Netto, ocorreu em vários países e de forma diferenciadas.

É neste processo que o termo ideologia ditado em prosa e poucos versos (pelos militantes de partidos e tendencias de esquerda de todos os tempos), ainda é fascinante e atual, tornando-se um desafio ao próprio conceito de ciência em sua ainda pretensa concepção de neutralidade, principalmente nestes tempos de inteligência artificial. Daí o questionamento, sessenta anos de ideologia ou utopia?

De acordo com Michael Löwy, o termo ideologia foi literalmente inventado pelo filosofo Francês Destutt de Tracy, discípulo de terceira categoria dos enciclopedistas, que publicou em 1801 o livro "Elementos d'Ideologia" que segundo o próprio, era um subcapítulo da Zoologia. Para ele a Ideologia é o estudo do comportamento dos sentidos, da percepção sensorial, através do qual se chegaria às ideias. O objetivo daquele filosofo, era fazer uma análise científica materializada da ideologia.

Em 1812, Destutt e seu grupo, discípulos do enciclopedismo francês entram em conflito com Napoleão Bonaparte, que em discurso atacava Destutt e seus amigos de ideólogos. Para Napoleão, esta palavra já tem um sentido diferente. Os ideólogos são metafísicos que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo.

Löwy, nos alerta para o contrassenso, Destutt de Tracy e seus amigos que queriam fazer uma análise materialista das ideologias, foram chamados de ideólogos por Napoleão, no sentido de especuladores metafísicos, dai, em face da correlação de força e poder, foi a maneira utilizada por Napoleão que teve sucesso e entrou para o linguajar corrente na época.

Quando Marx, na primeira metade do XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates, ele está sendo utilizado em seu sentido dado por Napoleão, isto é, considerando os ideólogos aqueles metafísicos especuladores que ignoravam a realidade. É nesse sentido que Marx vai utilizá-lo a partir de 1876 em seu livro "A Ideologia Alemã".

Segundo Löwy, é esse o caminho tortuoso da ideologia: começa com um sentido atribuído por Destutt de Tracy, depois é modificado por Napoleão, em seguida retomado por Marx que, lhe dará outro sentido. Em a Ideologia Alemã, este conceito aparece como equivalente à falsa ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real.

Marx, ao ampliar o conceito, expõe as formas ideológicas pelas quais os indivíduos tomam consciência da vida real. Ele enumera como sendo a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas política e etc. Portanto, ideologia para Ele, seria um conceito acrítico, pejorativo que implica ilusão. Socialmente, o autor se refere a consciência deformada

produzida e reproduzida através da ideologia dominante, que são as ideias das classes dominantes ou ideologias dominantes nas sociedades capitalistas.

Para Löwy, o conceito de ideologia continua sua trajetória no marxismo, posterior a Marx, sobretudo na obra de Lenin, onde ganha sentido diferente: a de ideologia como qualquer concepção de realidade social ou política, vinculadas aos interesses de certas classes sociais. Para Lenin existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. É quando o termo passa a ser utilizado no movimento operário, na corrente leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica, de trabalho ideológico, de reforço ideológico, etc. É nesse contexto, que a ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo e negativo que tinha em Marx e passa a designar, qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculos com determinada posição de classes.

De acordo com Löwy, na sociologia, a tentativa de ordenação do termo, foi realizada por Karl Mannhein em seu livro Ideologia e Utopia. Para ele, ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, legitimação ou reprodução da ordem estabelecida.

Portanto, são todas aquelas doutrinas que tem um caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconsciente, voluntaria ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem socialmente estabelecida. Também, para Mannhein, utopias, ao contrário da ideologia, são aquelas ideias, representações e teoria que aspiram uma outra realidade ainda inexistente. Tem, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social estabelecida e se orientam para a ruptura. Desse modo, as utopias têm uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária.

Para Mannhein, ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno que se manifesta de duas maneiras distintas. Esse fenômeno, é a existência de um conjunto estrutural e orgânico de ideias, de representações, teorias e doutrinas que são expressões de interesses sociais, vinculados às posições de grupos ou classes, podendo ser, conforme o caso, ideológico ou utópico. O autor utiliza para esse fenômeno, para esse conjunto vinculado à posição das classes sociais “ideologia total”.

Segundo Löwy, o conceito de ideologia na obra de Mannhein aparece com dois sentidos diferentes: ideologia total, que é o conjunto daquelas formas de pensar, estilos de pensamento, pontos de vista que são vinculados às posições sociais de grupos ou classes, e ideologia que em seu sentido estrito é a forma conservadora que essa ideologia total pode tomar, em oposição à forma crítica que ele chama de utopia.

De acordo com o exposto, Löwy, tentando evitar possíveis “confusões conceituais” advindas da concepção entre ideologia e utopia de Mannhein, parte desta distinção e desenvolve outras terminologias para se referir, tanto às ideologias quanto às utopias, e define o que há de comum esses dois fenômenos, denominando-os de “visão social de mundo”.

Para Löwy, as visões sociais de mundo seriam, todos aqueles conjuntos estruturados

de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjunto esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.

De acordo com Löwy, as visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas quando servisse para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social de mundo, e visões sociais utópicas quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontasse para uma realidade ainda não existente.

O texto de Löwy em sua reconstrução histórica dos conceitos de ideologia e utopia nos possibilita enquanto docentes a reflexão da temática em questão, os sessenta anos do curso de Serviço Social, sua contribuição para a compreensão e intervenção na realidade, a visão de mulheres e homens e suas derivações no fazer o mundo, os lugares do trabalho e da intimidade na vida que segue, as instituições impregnadas de dor e amor, portanto reprodutoras da vida social, estando o fazer do assistente social inundado dessas significações.

A descrição da concepção histórica organizada por Löwy, possibilita no desenvolvimento da produção e análise das concepções teórico-metodológicas do curso de Serviço Social da UFPA ao longo de seus sessenta anos, nos fazer ler, compreender e interpretar para além do discurso do ser mantenedor, conservador, crítico e/ou transformador.

3 | A CONTRIBUIÇÃO FILOSÓFICA NA COMPREENSÃO DE IDEOLOGIA E UTOPIA NO SERVIÇO SOCIAL DA UFPA

Este item está fundamentado no Programa da Disciplina Filosofia e Serviço Social da Universidade Federal do Pará, e tem por objetivo apresentar a tradição filosófica historicamente determinada no Brasil e sua influência no curso de Serviço Social como indispensável para análise das determinações impostas à profissão pelo modelo econômico vigente, em sua atual versão financeirizada.

O curso de Serviço Social da UFPA, está fundamento no desenvolvimento do conhecimento filosófico no Brasil do final do século XIX e início do século XX, saber que se confunde com a própria história do país e da profissão. Pensar filosoficamente significa entender e buscar respostas para questões outrora pendentes ou insuficientemente explicadas. Daí o pensar filosófico na profissão não se conforma e nem se confunde com dogmas e doutrinas que se anuviam diante das correlações de forças, carecendo e limitando uma maior compreensão e análise da realidade.

No Serviço Social, os conhecimentos advindos da Filosofia, exige o rompimento com as estruturas do *senso comum* (presente em todas as representações da vida social), para a percepção e compreensão de novos saberes, baseado não apenas na contradição entre racionalismo e empirismo, mas também no conhecimento epistemológico para a maior compreensão do pensar fazendo o mundo.

O pensamento filosófico confunde-se com a história da humanidade, inicialmente de

forma pouco sistematizada, mas de grande influência na vida orgânica da Polis (cidade). A Filosofia é um campo do conhecimento que estuda a existência humana e o saber por meio da análise racional. Do grego, o termo filosofia significa "amor ao conhecimento a sabedoria". Os principais temas abordados pela filosofia são: a existência e a mente humana, o saber, a verdade, os valores morais, a linguagem, etc.

O florescimento da filosofia como práticas reflexivas, são apontados entre os séculos VII a V a.C., quando o ser humano começa a explicar os fenômenos e os fatos não mais através das vivências míticas transmitidas de gerações a gerações, e sim pelo exercício da racionalidade. Sua consolidação dar-se no desenvolvimento sócio histórico das relações humanas.

O conhecimento filosófico além de tratar de coisas extremamente teóricas, como questões ontológicas e metafísicas, na sua parte prática como a ética, ela nos ajuda a enfrentar os problemas do dia-a-dia. De acordo com Sócrates, a Filosofia tem como grande lema "o pensar por si mesma".

A Filosofia Ocidental em seu desenvolvimento histórico está organizada em Antiga ou Clássica; Medieval; Moderna e Contemporânea. A primeira, surge na Grécia e se divide didaticamente em três períodos: o pré-socrático (séculos VII a V a.C.) denominada de fase naturalista; o socrático (século V a IV a.C.) a fase antropológica-metafísica e o helenístico (século IV a.C. a VI d.C.) a fase ética e cética.

A segunda (Filosofia Medieval), desenvolveu-se na Europa entre os séculos I e XVI d.C. Nesse período, foram construídas as bases teóricas do pensamento cristão que se caracteriza na união entre fé e razão, e se apresenta organizada em quatro períodos: a filosofia dos padres apostólicos (séculos I e II); a filosofia dos padres apologistas (séculos III e IV); a filosofia patrística (século IV até o VIII) e a filosofia escolástica (século IX até XVI), sendo a filosofia hegemônica do período medieval.

A terceira (Filosofia Moderna) se desenvolveu entre os séculos XV e XVIII. Foi também o período do surgimento da ciência como é compreendida na atualidade. Tendo como característica o estabelecimento da razão como respostas às questões humanas. As principais correntes filosóficas desse período foram: o Humanismo; o Cientificismo; o Racionalismo; o Empirismo e o Iluminismo.

A quarta e atual (Filosofia Contemporânea), desenvolveu-se entre os séculos XVIII e XX. Nesse período, muitas correntes filosóficas foram sistematizadas, como: o Marxismo; o Positivismo; o Utilitarismo; o Pragmatismo; o Neopositivismo; a Fenomenologia; o Niilismo; o Existencialismo; o Materialismo e o Estruturalismo. Também merece destaque a Escola de Frankfurt – Alemanha, responsável pela crítica à modernidade e criadora das bases para o pensamento desenvolvido no século XX.

Ressalte-se que o desenvolvimento da Filosofia enquanto despertar da razão humana passa por sucessivas alterações, de acordo com a ascensão de diferentes potências mundiais como a Grécia, berço da filosofia ocidental, a Macedônia, o Império Romano,

a Alemanha, a França, e Inglaterra e atinge grande parte do Continente Europeu. Onde foi estendido para outros continentes, posteriormente por consequência das colonizações. No caso específico da colonização do Brasil por Portugal, o pensar filosófico inicia-se em nossas terras, mesmo que timidamente, seguindo a perspectiva do país dominante.

3.1 A FILOSOFIA NO BRASIL: DO PERÍDO COLONIAL AO SÉCULO XIX:

Durante os quatro primeiros séculos do Brasil-Colônia, o que se entendia por filosofia não passava da transmissão, por parte dos missionários jesuítas, de modelos escolásticos em decadência na Europa, com fins explícitos e exclusivamente catequéticos, de manutenção e de promoção de uma ordem social.

O ensino da Filosofia na Colônia foi ministrado inicialmente pelos primeiros missionários, o que equivale dizer que era apenas ministrado um ensino de cunho religioso que visava aos interesses do clero e da implantação do idioma português. Os jesuítas foram hegemônicos no ensino da Colônia por aproximadamente 210 anos. Neste período construíram uma grande estrutura de ensino, com aproximadamente 36 missões, 17 colégios e seminários, e pequenos estabelecimentos de ensino instalados nas aldeias.

Também é no período colonial brasileiro que emerge Sebastião José de Carvalho e Melo o Marques de Pombal. Primeiro ministro português que durante o seu mandato, realizou muitas reformas tanto na Metrópole (Portugal) quanto nas colônias, sendo um opositor ferrenho dos Jesuítas. Sua reação contra esta Ordem religiosa foi bastante enérgica o que culminou com a sua expulsão de várias localidades, principalmente dos territórios colonizados.

O período de intervenção pombalino foi considerado de trevas para o conhecimento da Filosofia no Brasil, por se encontrar desprovido de um sistema de ensino sistematizado e por suas estruturas educacionais ser entregue a pessoas leigas. Mas, após este período, um tempo de construção e de expectativa surgiu trazendo novas visões filosóficas à Colônia.

Porém, somente com as transformações políticas e culturais brasileiras e internacionais ocorridas no século XIX, é que houve mudanças significativas na intelectualidade filosófica do país. A vinda da Corte de Portugal, e a abertura dos portos, que permitiram a chegada de novas ideias, e a facilitação das comunicações exerceram um papel fundamental na relativa atualização cientifica e literária da Colônia que se transformava em "Metrópole".

Neste processo de abertura econômica e cultural às "nações amigas", o Ecletismo se apresenta como o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. E se encontrava (ainda se encontra) plenamente adequado à inércia política daquela sociedade escravocrata, semi-patriarcal e seu espírito conciliador, as ideias dessa escola penetraram fundo em amplos setores da elite nacional e chegou a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação.

O Ecletismo encontrou um ambiente tão receptivo a ponto de constituir-se, de 1840 a 1880, a primeira e única escola filosófica oficial do Brasil. A base do ecletismo brasileiro

encontra-se no pensamento do filósofo francês Victor COURSIN (1792-1867). O principal representante do pensamento Eclético no Brasil foi Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), figura de maior importância filosófica e densidade intelectual, por ter traduzido o Curso de História da Filosofia Moderna de Victor COURSIN para o português.

Outra importante escola filosófica foi o Positivismo, este foi o movimento filosófico europeu que mais influenciou o pensamento brasileiro. O positivismo penetrou no contexto histórico do Brasil na segunda metade do século XIX, marcado por ideais republicanos, pelo liberalismo político, pela luta para a abolição dos escravos, pelo ecletismo e pela ascensão de uma burguesia urbana, que vai ser decisiva na transição Império-República.

A influência positivista no Brasil foi tal que ocorreu em diferentes âmbitos e em diferentes lugares, desde a década de 1870, perpassando todo o século XX e estendendo-se até o século XXI, chegando inclusive a fixar-se no símbolo maior do país, a bandeira nacional, um dos lemas de Augusto Comte. Essa influência do positivismo se deu em vários setores da sociedade brasileira, como imprensa, parlamento, escolas, literatura e vida científica.

A filosofia política de inspiração positivista, cuja expressão acabada seria o castilhismo (movimento político gaúcho liderado por Júlio de Castilho), desempenha um papel central nos processos da Abolição da Escravatura, da Proclamação da República, da laicização do Estado e das instituições públicas, além da realização da justiça social e do progresso social.

Na área educacional, sua disseminação de maneira mais genérica deu-se nos documentos oficiais por decorrência das reformas educacionais de Benjamin Constant que atribuía enorme importância à educação. Inclusive o modelo escolar que vivenciamos em nossos dias é uma cópia fidedigna do projeto de educação padronizada, elaborada na seara da ciência do século XIX.

Ressalte-se que o positivismo no Brasil não foi (nem é) uma mera reprodução da filosofia de Comte, como a desenvolvida no cenário francês de sua origem, mas, uma versão influenciada pelo espírito eclético que marcava os intelectuais da segunda metade do século XIX, formadores de opinião dentro dos partidos políticos e das famílias de prestígios da época.

Assim, a recepção do positivismo no Brasil não se deu de forma homogênea, mas sim de forma bastante diversificada, deixando transparecer ao menos duas grandes formas de manifestações diferente, que aqui chamadas de correntes *ortodoxa e a ilustrada*.

A corrente ortodoxa ou religiosa, que teve como principais representantes Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), os quais fundaram, em 1881, a Igreja Positivista Brasileira, com o propósito de fomentar o culto da "religião da humanidade", proposta por Comte (1798- 1857), no seu Catecismo positivista, pressupunha uma hierarquia social com base no mérito moral, defendiam uma reforma da legislação civil visando passar para o Estado o registro dos casamentos, óbitos e nascimento, a abolição

da escravatura, dentre outras proposições.

No âmbito político, defendiam uma república ditatorial com supressão do parlamento e submissão do judiciário ao executivo (os atos do presidente Bolsonaro não são meras coincidências), exerceram forte influência nas forças armadas graças um de seus representantes mais proeminente, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), professor da Academia Militar e um dos chefes do movimento castrense que derrubou a monarquia em 1889.

O castilhismo, movimento político estruturado pelo influente estadista Júlio de Castilhos (1860-1903) e consolidado por Borges de Medeiros (1864-1961), representa a vertente política do movimento. Suas teses principais, alimentam um projeto nitidamente autoritário no âmbito político. O castilhismo consolidou-se como corrente política e teve voz ativa por cerca de quarenta anos no Rio Grande do Sul, nos demais estados foi praticada pelos coronéis locais. No plano nacional, Getúlio Vargas procurou implementar o castilhismo no Estado Novo (1937-1945).

A corrente ilustrada defendia o plano proposto por Comte na primeira parte da sua obra, até 1845, antes de formular a sua "religião da humanidade", mas apesar da influência da doutrina comtiana, não fez dela uma profissão de fé, mas tentaram integrar alguns de seus princípios às questões do pensamento e da vida nacional. Diante do exposto, a escola positivista foi (e ainda é), em suas diversas tradições e campos de influência, uma das doutrinas mais abrangentes e persistentes no Brasil em todos os tempos de racionalidade filosófica.

Em contrapartida a abrangente e persistente racionalidade positivista, surge o movimento filosófico, sociológico e jurídico que passaria à história com o nome de Escola do Recife, este movimento foi uma clara reação contra as duas formas de pensamento que dominavam o panorama filosófico nacional nas últimas décadas do século XIX: o ecletismo espiritualista e o positivismo.

3.2 A FILOSOFIA NO BRASIL: DO INÍCIO DO SÉCULO XX

As primeiras décadas do século XX, caracterizadas pela crise de fundamentos que marcava não apenas a cultura brasileira, mas todo o mundo ocidental, a Filosofia foi obrigada a buscar seu estatuto próprio, sem desconsiderar o vínculo com seu enraizamento histórico. Neste processo, cabe destacar o papel histórico exercido pela Escola do Recife que, ao superar o cientificismo oitocentista vigente no país, possibilitou uma ruptura radical com estruturas e modelos de pensamento afeitos a um passado irrecuperável, abrindo novos horizontes ao pensamento filosófico brasileiro.

Um dos modelos que propunha compreensão e respostas à realidade brasileira no fim de século XIX, foi a corrente espiritualista e seus herdeiros os neotomistas, e representou a mais notável resistência ao tardio modelo otimista de representação da realidade fornecido pelo positivismo e suas derivações tardias na cultura europeia.

Raimundo de Farias Brito (1862-1917) é o mais importante pensador de tendência espiritualista no Brasil. Discípulo da "Escola do Recife", combateu o positivismo, não a partir do neokantismo, como Tobias Barreto, mas a partir do espiritualismo, que estava em ascensão na Europa graças à meditação de Henri Bergson (1859-1941).

A via aberta por Farias Brito assumiu feição diversa. Embora este entendesse que a religião deveria evoluir no sentido de uma nova síntese, os que pela sua mão haviam aderido ao espiritualismo iriam converter-se ao catolicismo, motivados pela retomada do tomismo promovida pela Papa Leão XIII. À frente desse grupo achava-se a personalidade dinâmica e catalisadora de Jackson de Figueiredo (1891-1928).

Esse intelectual, apesar de não ter formulado uma rigorosa proposta filosófica como seu mestre (Farias Brito), teve o mérito de elaborar uma doutrina conservadora centrada nas ideias de ordem e de autoridade, que serviu de base teórica aos católicos para assimilar as instituições republicanas e estabelecer um diálogo fecundo com outras concepções políticas. Jackson de Figueiredo foi o criador da revista: A Ordem (1921) e fundador do Centro Dom Vital (1922).

O mais destacado representante da doutrina conservadora de Jackson de figueiredo foi o padre Leonel Franca da Companhia de Jesus, esse espírito extremamente inquieto, elaborou um grande volume de trabalhos ao longo de sua curta vida (1896-1948), partindo do ponto de vista da defesa intransigente do catolicismo para uma classificação apologética dos filósofos.

Outros pensadores de inspiração católica desenvolveram perspectivas mais abertas. Dentre os que receberam a influência de Jacques Maritain (1882-1973) cabe mencionar Alceu Amoroso Lima (pseudônimo Tristão de Athayde) (1893-1983) e Leonardo Van Acker (1896-1986).

Amoroso Lima sistematizou na sua obra os princípios denominados de "humanismo cristão", contraposto ao marxismo e ao existencialismo. Mantendo vivas suas inspirações neotomistas originais, com vasta produção literária, ele deixou mais de oitenta livros publicados, e não descuidou de nenhuma dimensão da cultura contemporânea, constituindo-se como um dos mais lúcidos filósofos cristãos do Brasil.

Leonardo Van Acker, belga de nascimento, adotou um ponto de vista neotomista para avaliar as filosofias contemporâneas e formulou uma concepção moderna do que seria o papel dessa corrente de pensamento no mundo de hoje, no sentido de que deveria se abrir à análise, sem preconceitos, de todas as tendências.

Outra tendência filosófica presente na reflexão brasileira da época em estudo, foi o culturalismo. Tobias Barreto, fundador da Escola do Recife e um dos principais nomes da filosofia brasileira do século XIX, foi o instaurador dessa corrente no Brasil, ao retomar a filosofia transcendental kantiana, (raiz mais profunda da filosofia culturalista), seguida de outros elementos da tradição idealista alemã.

A corrente culturalista recebe essa denominação por considerar que a cultura

configura uma esfera especial de objetos que se apresenta em uma situação privilegiada no âmbito da inquirição metafísica. Este movimento é de origem alemã e surgiu como tentativa de explicar questões deixadas em aberto por Kant e não respondidas pelo neokantismo.

No Brasil, a corrente culturalista surge como uma forma de contestação ao positivismo e à proposta de uma física social. Segundo este movimento o homem não é mais analisado dentro de uma visão determinista, mas inserto no mundo da cultura e encarado do ponto de vista da consciência. No país quem primeiro teceu considerações acerca da cultura foi Tobias Barreto de Menezes, fundador da Escola do Recife.

Essa evolução sobre o conceito de cultura deveu-se, principalmente às considerações de Kant e Hegel, segundo Barreto, o primeiro atentou para o fato de que a cultura seria o resultado da capacidade de escolher e, portanto, uma consequência da liberdade do homem, o segundo observou que a cultura é o produto da ação humana. Assim, para este autor, a cultura deve ser compreendida como forma de auto aperfeiçoamento do indivíduo, uma vez que passa a ser entendia como um sistema de forças que aponta para objetivos éticos.

Outro integrante da Escola do Recife foi Silvio Romero que fundou o denominado culturalismo sociológico. No entanto, esta vertente culturalistas se distanciou da filosofia alemã e não conseguiu se desprender do conceito positivista. Sua produção foi voltada para a solidificação das bases da sociologia brasileira. A principal contribuição deste filósofo foi entender a vida como um universo em mudança. Assim, segundo Romero, a vida e a experiência eram processos distintos, mas que se encontravam no homem.

Ressalte-se que, apesar de pouco expressivo, o culturalismo sociológico serviu de elo entre o culturalismo de Tobias Barreto e a reflexão culturalista de João Alcides Bezerra que teve um importante papel no desenvolvimento culturalista brasileiro, ao retomar a preocupação com o *problema moral* na análise dos assuntos sociais, (com Bezerra, entendemos criticamente as ações da suposta classe média que por não ter um Projeto Político de Sociedade, se "enchafurda" com discursos de combate à corrupção, a exemplo da operação lava-jato e outras pérolas que só o moralismo, o positivismo e o ecletismo juntos e misturados são capazes de produzir).

3.2.1 A Filosofia Política do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB:

Dois anos depois da integração do curso de Serviço Social pela UFPA, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, Instituição Cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do

desenvolvimento nacional.

O ISEB foi um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia "nacional-desenvolvimentista" que impregnou todo o sistema político brasileiro desde a morte de Getúlio Vargas, em 1954, até a queda de João Goulart, em 1964. Sua difusão foi formulada principalmente por Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nélson Werneck Sodré, feita não só através de cursos e conferências, como através da publicação de livros por uma editora própria.

Nesse projeto, o desenvolvimento era entendido como a condição de superação da estrutura colonial ou subdesenvolvida, alcançável somente através da industrialização crescente do país. A política de desenvolvimento só comportaria uma opção, a nacionalista, única capaz de conduzir à emancipação e à plena soberania.

A política de desenvolvimento nacionalista introduziria mudanças no sistema político, determinando a substituição das antigas elites dirigentes do país. A estrutura econômica desenvolvida teria que se apoiar numa nova liderança política, representada pela burguesia industrial nacional. A superação do subdesenvolvimento através da industrialização seria uma aspiração não só da burguesia industrial nacional, como também do proletariado, dos grupos técnicos e administrativos e da intelligentsia.

Os interesses desses grupos estariam em oposição aos interesses dos grupos ligados à economia de exportação de bens primários, cuja aspiração seria manter o status quo e reviver a importância política que haviam detido até a Revolução de 1930. Os desenvolvimentistas seriam favoráveis a uma política econômica liberal, destinada a reforçar o setor primário da economia.

A partir da identificação de dois grupos defendendo interesses divergentes, o ISEB propunha a formação de uma "frente única" integrada pela burguesia industrial, o proletariado, grupos técnicos da administração e intelectuais, ou seja, aqueles que buscavam uma solução para o subdesenvolvimento através de uma política de desenvolvimento industrial autônomo.

Essa frente única seria formada para lutar contra os oponentes à industrialização do país, representados pela burguesia latifundiária mercantil e pelo imperialismo. A luta seria travada, finalmente, entre nacionalistas e "entreguistas" — aqueles que tendiam a vincular o desenvolvimento do Brasil à potência hegemônica do capitalismo.

Devido a concepções diferenciadas do papel do capital externo e conflitos internos, o ISEB aderiu à ação de mobilização política, aliando-se a outros grupos nacionalistas, como a Frente Parlamentar Nacionalista, estudantes, sindicatos e o Partido Comunista Brasileiro, numa luta mais agressiva pelo controle dos lucros das empresas estrangeiras, por uma política tendente a uma maior distribuição de renda, pela extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do país e pela transformação da estrutura agrária.

Os militares que depuseram o governo João Goulart em março de 1964 decretaram a extinção do ISEB em 13 de abril de 1964, pelo Decreto nº 53.884. Em seguida, foi

instaurado um Inquérito Policial-Militar na instituição. Foram arrolados nesse processo os presidentes Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart e os ministros da Educação Clóvis Salgado, Paulo de Tarso e Oliveira Brito, além de vários deputados e todos os professores do instituto. Ressalte-se que os estudos e concepções do ISEB foram importantes para o processo de diferenciação do projeto de sociedade, também arregimentado pelo Serviço social na época.

3.3 A FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA E O SERVIÇO SOCIAL: POUCAS DETERMINAÇÕES E MUITAS SÍNTESES?

Este item apresenta as principais correntes filosóficas da contemporaneidade e suas possíveis contribuições diretas e indiretas à fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

- **O Neopositivismo:**

O neopositivismo, positivismo logico ou ainda empirismo logico é a corrente filosófica contemporânea que toma forma especifica a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Círculo de Viena, desde 1922, de onde se expandiu para o resto do mundo. Partidários de uma postura anti-metafísica, em seu programa se encontra explicitamente colocada a intenção de se proporcionar um fundamento seguro às ciências, possível somente por meio da análise logica de todos os conceitos e proposições (pode ser inserir neste grupo os defensores da ciência pela ciência muito tendente ao purismo).

No contexto da filosofia brasileira, o neopositivismo emerge como um esforço de superação do positivismo, sob a versão comtiana, ao mesmo tempo em que busca manter a validade das premissas epistemológicas que fundaram a tradição positivista. A crítica ao positivismo ortodoxo foi iniciada com o texto de Otto de Alencar (1874-1912). Alguns Erros de matemática na Síntese Subjetiva de Augusto Comte (1898).

Essa crítica se desenvolve com os trabalhos da Academia de Ciência, onde se destacou a ativa participação de Amoroso Lima (1885-1928) que fez com que o movimento ultrapassasse os limites da ciência, propriamente, voltando-se também para a filosofia das ciências e as ciências humanas por meio da atuação de intelectuais como Pontes de Miranda (1892-1978), Carlos Campos (1897-1968). Na atualidade, a obra de Leônidas Hegenberg assinala um novo momento de maturidade do neopositivismo brasileiro. Quanto a influência direta dessa corrente no Serviço Social é desconhecido seus principais pensadores.

- **A Fenomenologia:**

A corrente fenomenológica tem presença consolidada na filosofia brasileira da atualidade, servindo de ponto de partida para a reflexão, um número considerável de pesquisadores. O contato inicial com a fenomenologia husserliana se fez no bojo do contato geral com o neokantismo, mas torna-se relevante enquanto meditação filosófica somente

com Creuza Capalbo (Orientadora de Ana Augusta de Almeida maior divulgadora da corrente fenomenológica no Serviço social), e a nova geração de filósofos que se formaram em Louvaina, Bélgica. Enquanto método de apreensão do objeto, a fenomenologia se faz presente tanto no âmbito da reflexão epistemológica acerca dos fundamentos da ciência quanto na meditação antropológica acerca do sentido da existência.

Existem três grandes tendências fenomenológicas na filosofia brasileira: a inspirada em Husserl/Merleau-Ponty, a inspirada em Heidegger e a inspirada em Paul Ricoeur (hermenêutica).

A preocupação básica da primeira vertente, a inspirada em Husserl/Merleau-Ponty, diz respeito aos fundamentos das ciências humanas, buscando equacionar os elementos constituintes de uma antropologia capaz de dar conta do homem sem comprometer-lhe a facticidade e sem reduzi-lo a mera idealidade transcendente (fenomenologia existencial).

A segunda vertente, de inspiração heideggeriana, tem como preocupação primeira a construção de uma antropologia existencial, na qual a dimensão ontológica possa prevalecer sobre as dimensões ônticas. Essa vertente agrega não apenas estudiosos da área de filosofia, mas também estudiosos de áreas como psicologia, psicanálise, antropologia, educação e comunicação.

A terceira vertente, a fenomenologia hermenêutica propriamente dita, inspirada sobretudo no pensamento de Paul Ricoeur, se caracteriza pela abertura a contribuições epistemológicas de outras correntes filosóficas, especialmente do marxismo, da psicanálise e do estruturalismo, embora não abandone os pressupostos fenomenológicas das demais vertentes anteriormente mencionadas.

Partindo do pressuposto de que o homem é um ser que se expressa através de símbolos, para a fenomenologia hermenêutica o sentido da existência humana só pode ser encontrado após um árduo trabalho de decifração desses símbolos mediante os quais ele se expressa. Ressalte-se que a corrente fenomenológica teve grande repercussão no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, sendo esta a única universidade pública do país com volume significativo de estudos e profissionais ligados e/ou agregados a esta vertente.

- **A Dialética:**

A dialética, enquanto metodologia de reflexão filosófica autônoma, tem uma influência marcante na filosofia ocidental a partir de meados do século XIX, constituindo-se como uma tradição de pesquisa destacada no cenário filosófico contemporâneo. No contexto filosófico-cultural brasileiro, a tradição dialética se divide em três grandes vertentes, a saber: a hegeliana, a marxista e a negativa.

No sistema hegeliano, a dialética é tematizada como lógica, como epistemologia e como ontologia, vinculando a historicidade ao logos. A própria realidade é concebida por Hegel como sendo dialética, ou seja, ela vai se produzindo permanentemente através de um

processo de autotransformação, determinado por uma força de contradição que trabalha a realidade por seu interior. O sistema hegeliano domina o cenário filosófico alemão, influenciando a formação das gerações de intelectuais que o sucederam, os chamados “neo-hegelianos”, entre os quais se destacam Feuerbach, Marx e Engels.

Abordando o legado hegeliano de modo particular, Marx se apropria da metodologia dialética tanto como lógica quanto como lei do processo histórico, porém uma história que inclui tão somente a natureza e, sobretudo, a sociedade. Ele queria explicar o processo de formação das sociedades, sem ter que recorrer a qualquer elemento estranho à realidade empírica e natural dessa sociedade humana.

No cenário filosófico brasileiro, esta vertente da dialética se desdobra em três versões com posicionamentos distintos: os marxianos, estudiosos e divulgadores dos escritos e pensamentos de Marx (no Serviço Social podemos citar Marilda Vilela Iamamoto e simpatizantes de seus escritos), os marxistas, pensadores que tendem ao revisionismo (no Serviço Social podemos citar José Paulo Netto e simpatizantes), e os marxólogos, analistas profissionais, nem sempre partidários das posições filosóficas do marxismo. Dentre os vários representantes dessa vertente da dialética, cabe destacar Caio Prado Junior, Leandro Konder, Leôncio Basbaum e José Arthur Giannotti. (No Brasil essa vertente fundamentou a critica à profissão que culminou na Reconceituação do Serviço Social e ainda exerce grande influência na direção social do Projeto Ético-Político da Profissão).

A tendência negativa, que tem como matriz fundamental a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, se fez marcante no pensamento teórico brasileiro a partir da década de 1960, sobretudo no que se refere a inflexão que se dá à abordagem da vertente hegeliano-marxista, aproximada e confrontada à perspectiva psicanalítica freudiana.

A apropriação brasileira da rica e complexa teoria crítica frankfurtiana gera pelo menos três grandes orientações para o pensamento filosófico brasileiro: a discussão de inspiração contracultural (inspirados principalmente em Herbert Marcuse), a questão da dominação da indústria cultural (inspirados em Adorno e Horkheimer) e a crítica à instrumentalização da razão (inspirados em Jürgen Habermas). Dentre os diversos representantes desta vertente, cabe destacar Renato Ortiz, Carlos Nelson Coutinho e Sergio Paulo Rouanet. No Serviço Social não tivemos representantes e nem estudos aprofundados destas temáticas, embora Vicente de Paula Faleiros tenha tentado navegar por estas águas. No Serviço Social do Pará, não são comuns textos sobre estas concepções.

- **Os Neo-Humanistas:**

Profundamente insatisfeitos com os modelos antropológicos clássicos, os humanistas contemporâneos vem se empenhando na construção de uma nova antropologia que possa dar conta da sua múltipla experiência existencial. Menos preocupados com os aspectos epistemológicos e lógicos e com as questões relacionadas ao conhecimento, estas correntes priorizam os problemas ético-antropológicos; seu objetivo principal consiste em

compreender o sentido da existência e da ação humana, tanto em natural como em nível social, no seu contexto histórico concreto.

As vertentes mais expressivas desse movimento que mais influenciaram pensamento brasileiro foram o existencialismo, o personalismo, o teilhardismo, o bergsonismo e o buberianismo. O existencialismo tem em Kierkegaard sua problematização abordada filosoficamente, mas é Sartre e Heidegger quem a amplia e aprofunda, influenciando uma série de pensadores tais como Gabriel Marcel, Karl Jaspers, Alberto Camus, Maurice Blondel, dentre outros.

O personalismo, expresso sobretudo pela obra de Emmanuel Mounier, se diferencia do existencialismo principalmente por atentar não apenas para o primado da existência sobre a essência, mas também para os condicionamentos das estruturas socioeconômicas e ao alcance coletivo da práxis humana.

Elaborada por Teilhard de Chandin, o teilhardismo segue a mesma linha do humanismo personalista, mas já mais próximo da visão teológica do cristianismo, na qual a intervenção divina atua tanto na realidade cósmica como na realidade humana e espiritual, num processo em que a transcendência se constitui na própria imanência.

Posições igualmente vitalistas e evolucionistas fazem de Henri Bergson outro filósofo responsável pela inspiração de um novo humanismo que resgata mais nossa temporalidade histórica e a concretude da vida. Martir Buber, com sua filosofia da intersubjetividade, ao mesmo tempo em que ecoa reflexos da mística judaica, também resgata uma visão do existir humano e, como tal, inspira outros investigadores da filosofia.

Essas várias vertentes neo-humanistas concentram-se, para além de suas respectivas peculiaridades, na afirmação de uma visão do ser humano, unida a uma valorização de sua existência. O ser humano é tomado como valor supremo e central na reflexão filosófica. Esse olha antropológico-humanista da filosofia exerce grande influência nos pensadores brasileiros.

Dentre esses, além de Henrique Cláudio de Lima Vaz, um dos mais expressivos pensadores humanistas brasileiros, podemos destacar José Luiz de Souza Maranhão, o educador Paulo Freire e outros. No Serviço social do Pará identifica-se simpatizantes desta concepção, não por aprofundamento temático, mas por desconforto político frente aos debates e direcionamento respaldados na orientação marxista no interior do curso.

- **A Arqueogenealogia:**

A Arqueogenealogia não constitui uma forma monolítica de expressão filosófica, se caracterizando por não mais se ater, no plano epistemológico, às fronteiras dos vários campos do saber, conforme estabelecera a epistemologia positivista. Congregando pensadores das áreas de filosofia, psicologia, psicanálise, antropologia, sociologia, artes, literatura, dentre outras, o projeto arqueogenealogico consiste na busca de um certo sentido para o existir humano, no estar integrados num único projeto antropológico aproximando

o ser humano através da discussão das condições de sua existência na trama concreta e imediata do seu modo de ser humano no mundo da cultura.

A arqueogenealogia tem sua inspiração em duas fontes mestras, Nietzsche e Freud. Enquanto Nietzsche é redescoberto e assumido, Freud é reavaliado, suas intenções profundas sendo reaproveitadas no contexto de um projeto antropológico mais amplo que é contemporaneamente desenvolvido por pensadores tais como Michel Foucault, Lacan, Gilles Deleuze, Félix Gattari, Jean Baudrillard, Cornelius Castoriadis e muitos outros.

Esse movimento de redescoberta de Nietzsche e reavaliação de Freud se afirma, sobretudo na Europa e repercute no Brasil, tornando marcantes a presença e a influência dos pensadores europeus ligados a esse movimento. Dentre os diversos representantes desta tendência no Brasil, podemos destacar Rubem Alves, Renato Mezan, Suely Rolnik, Marilena Chauí e outros. No Serviço social do Pará houveram inúmeros docentes que transitaram e ainda transitam pelos textos destes autores.

4 I CONSIDERAÇÕES

O Artigo para além da homenagem aos sessenta anos do curso de Serviço Social da UFPA, teve como objetivo descrever a partir do desenvolvimento da filosofia no Brasil os rumos tomados pelo Serviço Social seja tradicional (ideológico) ou crítico (utópico) e os impactos deste processo na compreensão, interpretação e intervenção na realidade paraense.

O texto não apresentou o processo de desenvolvimento e legitimação da profissão, mas a racionalidade filosófica que direta e indiretamente influenciou no processo de fundamentação da instrumentalidade do Serviço Social em suas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O curso de Serviço Social da UFPA, enquanto prática acadêmica, construiu e reconstruiu sua intervenção histórica, a partir das expressões da questão social, que como contradição e limitação do sistema capitalista se expressam como resultados do antagonismo entre as classes sociais. E o saber filosófico potencializa disposição e compromisso para neste processo, garantir mudanças e/ou um novo pensar.

A realidade do período analisado foi fundamental, não para aceitar, negar ou desmerecer o feito histórico, mais para compreender as organizações e estratégias de lutas que tiveram como palco a realidade brasileira e paraense tecida contraditoriamente no final do século XIX e início do XX. Naquele contexto identifiquei o importante papel do processo educativo e filosófico do Serviço Social para a tomada de posição frente a realidade sócio histórico outrora e atualmente vivenciado.

O artigo, também identificou, que no Serviço Social a Filosofia põe em questão as formas de pensar excludentes e os irracionalismos que buscam justificar intervenções prejudiciais o negro, a mulher, o homossexual, o velho, o pobre, a criança e outros. Abomina

todo tipo de atrocidade, e desqualifica os argumentos que não tenha o outro como sujeito de direitos.

A Filosofia no Serviço Social colocar em dúvida os conceitos prévios (os pré-conceitos) que naturalizam e impedem o estranhamento diante do mundo, tão fundamental na luta contra a barbárie. Assim, destacamos quatro pontos sobre o filosofar no Serviço Social:

- Pôr em dúvida, ideias, práticas e valores, não considerando nada do real como óbvio, normal, natural, mas problemático;
- Avaliar os pressupostos e implicações dos valores, saberes e práticas dominantes;
- Enfrentar o preconceito no âmbito das práticas assistenciais;
- Pensar com e contra uma história da razão pela razão e da prática pela prática. Portanto, construir utopias potencializadoras de uma Amazônia preservada para além do capital, e de relações sociais justas e fraternas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo. Serviço Social e Filosofia: das Origens a Araxá. São Paulo, Cortez, 1988.

BELLO, José Luiz de Paiva. História da Educação no Brasil – Período Jesuítico. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb02.htm. Acesso em 10/06/2022.

BRASIL, Decreto de Lei N° 4283 de novembro de 1963. Referente a integração da Escola de Serviço Social do Hospital Ophyr Loiola à Universidade Federal do Pará. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF.

CABRERA, Júlio. Diário de um Filósofo no Brasil. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2010.

CERQUEIRA, Luís Alberto. “A Ideia de Filosofia no Brasil”. Revista Filosófica de Coimbra, Nº 39, 2011, pp. 163-192.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Questão da Metodologia em Serviço Social: reproduzir-se e representar-se. Cadernos ABESS. nº3. São Paulo. Cortez,1989.

GOMES, Roberto. Crítica da Razão Tupiniquim. São Paulo: FDT, 1994. 11ª Edição [Coleção prazer em conhecer].

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LÖWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação 40 Anos Depois. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. nº 84. nov. 2005.

OLIVEIRA, Edelweiss. Perspectivas Hegemônicas e Institucionalização do Serviço Social no Pará. Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, 1988.

CAPÍTULO 3

"A AMAZÔNIA NÃO PEGA FOGO": A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA DAS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO SOBRE AS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA

Data de aceite: 01/11/2023

Taynara Flávia Sanches Jorge
Universidade Federal de Goiás
Mestranda do Curso de Comunicação da FIC-UFG

Tiago Mainieri
Universidade Federal de Goiás
Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação da FIC-UFG

RESUMO: O artigo propõe analisar a dicotomia entre as declarações do presidente Jair Bolsonaro, a respeito das queimadas na Amazônia, e a real situação da região, que tem enfrentado números recordes de queimadas e desmatamento desde o ano de 2019. Tais declarações do presidente são repercutidas e contestadas, em vários veículos de comunicação, por conter informações falsas ou distorcidas. À vista disso, nos orientamos por algumas questões principais: Em que cenário e contexto foi feito o discurso? Qual a mensagem a ser transmitida? Quais as informações e desinformações apresentadas a respeito da Amazônia? Como a mídia nacional repercute esse discurso? Por fim, com a análise das declarações do presidente e da repercussão midiática, conclui-se que o processo de midiatização é comprometido pela desinformação.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Meio Ambiente; Desinformação; Amazônia; Jair Bolsonaro.

Os veículos de comunicação são considerados meios muito atuantes na formação da opinião pública e na mobilização social, por serem espaços onde ocorre grande parte do debate público e de onde as pessoas obtêm a grande maioria das informações sobre fatos ocorridos e assuntos cotidianos. Por ser o grande difusor de informações, a mídia pode ser vista, então, como um agente de estímulo social, capaz de direcionar condutas pessoais e de interferir nos debates sobre as políticas públicas.

De acordo com Cenci (2014), a temática ambiental tem sido constantemente abordada nas mídias, em especial a dimensão da crise ambiental que já há algum tempo tem se manifestado na forma de eventos climáticos catastróficos. Cenci (2014) afirma também que, a

dimensão ambiental no Estado Democrático de Direito leva à análise do Direito Ambiental enquanto instrumento para a efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como fundamental, especialmente ao analisar-se a sua efetivação como pressuposto para a construção de sociedades sustentáveis.

O presente artigo pretende aprofundar uma análise das declarações do presidente Bolsonaro, bem como, da repercussão midiática de suas falas acerca das queimadas e desmatamento da Amazônia. Com essa análise percebe-se que o processo de midiatização é comprometido pela desinformação.

MIDIATIZAÇÃO, DESINFORMAÇÃO E PÓS-VERDADE

A questão ambiental se faz presente, no imaginário coletivo, a partir de discursos que fundam e legitimam esse tema, materializando-o de diferentes modos e perspectivas. A circulação e recirculação de informações e os processos de significação e ressignificação, a partir das estruturas midiáticas, é fundamental na percepção acerca das questões ambientais.

Segundo Thompson (2004, p. 19), os meios de comunicação têm uma “dimensão simbólica irredutível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que o produzem e o recebem”. Sendo assim, Thompson (2004, p. 19) ressalta que o desenvolvimento dos meios de comunicação é uma “reelaboração do caráter simbólico da vida social”, porque promove uma “reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si”.

Braga (2006), afirma que vivemos hoje em uma sociedade orientada pelos pelos meios de comunicação, chamada de “sociedade mediatizada”. Para ele, “a mediatização não oferece apenas possibilidades pontuais de fazer coisas específicas que não eram feitas antes”, pois, a sociedade se constrói diferentemente conforme os processos de interação a que dá maior relevância. Dessa forma, “em perspectiva macro-social é a teoria de que a sociedade constrói a realidade social através de processos interacionais pelos quais os indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam”. (BRAGA, 2006a, p. 11)

Na perspectiva de Braga, o objeto de estudo da comunicação são os “processos de interação social”, sendo a mídia o centro desses processos. Desse modo, o termo midiatização está relacionado aos processos interacionais, intermediados pelos meios de comunicação. Segundo o autor,

> A palavra “mediatização” pode ser relacionada a pelo menos dois âmbitos sociais. No primeiro são tratados processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo lógicas da mídia. Aqui, pode-se falar em mediatização de instâncias da política, do entretenimento e da aprendizagem. Já em nível macro, trata-se da mediatização da própria sociedade - tema que tem ocupado com frequência reflexões da área.

> (BRAGA, 2006a, p. 10.)

Podemos entender a mídia como um espelho da sociedade, uma vez que ela, *a priori*, enuncia a voz da sociedade e, dessa forma, a perspectiva midiática é um dos modos de nos compreendermos e nos representarmos a partir de determinada circunstância. Partindo desse pressuposto, a mídia pode então estar diretamente relacionada com as representações sociais dos sujeitos já que elas circulam nos discursos e são veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas sendo cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais como sugere Jodelet (2001). Para ela, as representações sociais enquanto sistemas de interpretação

> [...] regem nossa relação com o mundo e com os outros (...) orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (JODELET, 2001, p. 22)

Ainda segundo Jodelet (2001), as representações sociais podem também serem vistas como fenômenos cognitivos que envolvem a pertença social dos sujeitos com as implicações afetivas e normativas e com as interiorizações das experiências, práticas ou modelos de conduta e pensamento socialmente propostos ou transmitidos pela comunicação social.

Tanto Braga (2006), quanto Thompson (2004) consideram a reestruturação da sociedade através dos processos de comunicação mediada. Braga (2006, p. 10) entende o fenômeno da midiatização como "reformulações sócio-tecnológicas de passagem dos processos mediáticos à condição de processualidade interacional de referência". Para Thompson,

> o desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de interação, novos tipos de visibilidade e novas redes de difusão de informação no mundo moderno, que alteraram o caráter simbólico da vida social tão profundamente que qualquer comparação entre política mediada de hoje e práticas teatrais das cortes feudais é, no mínimo, superficial. Mais do que comparar a arena das mediações deste século XX com eras passadas, precisamos repensar o significado do "caráter público" hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar as pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal. (THOMPSON, 2004, p.72)

De acordo com Thompson (2004, p. 121), a mudança da publicidade tradicional para a publicidade mediada "alterou profundamente as condições sob as quais o poder político é exercido". Dessa forma, os meios de comunicação passaram a exercer um papel decisivo na discussão pública, pois a visibilidade mediada amplia a repercussão das ações e posicionamentos dos líderes políticos.

Ao abordar discussão pública e poder político no Brasil é necessário refletir sobre

os conceitos referentes à era da pós-verdade. O termo pós-verdade surgiu na última década, no cerne da discussão a respeito das evidências científicas versus as crenças individuais. Matthew D'Ancona (2018), afirma que a mentira faz parte da política desde que os primeiros humanos se organizaram em sociedades primitivas e que as mentiras e manipulações políticas não são o mesmo que pós-verdade. Segundo ele, "a novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso", a mentira virou regra e não a exceção, a "indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência". (D'ANCONA, 2018, p. 34)

D'Ancona (2018, p. 29) ressalta que pós-verdade não é uma expressão substituta para 'mentira', pois a política da pós-verdade é "o triunfo do visceral sobre o racional, do enganosamente simples sobre o honestamente complexo". A pós-verdade se alimenta da quebra de confiança, que seria o mecanismo fundamental para as relações humanas e para a sua sobrevivência. Dessa forma, aqueles que tendem a desconfiar do outro, são mais passíveis a acreditar em teorias da conspiração, abrindo, assim, um amplo espaço para a propagação de desinformação.

Pinheiro e Brito (2014) sintetizam o conceito de desinformação, em três vertentes principais: ausência de informação, informação manipulada e engano proposital. Para os autores, a última definição "traria em si uma dimensão mais profunda que as demais, pois significaria que um ator interviria para distorcer a percepção de realidade do alvo de sua ação com vistas a se beneficiar de seu logro". Dessa forma, "enfrentar um indivíduo ou aparato de Estado agindo para ludibriar representaria um acentuado grau de complexidade, se comparado com o encontro casual com dados corrompidos, ou mesmo a ignorância cultural". (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 4)

ANÁLISE DAS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO - CRISE AMBIENTAL E DESINFORMAÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a dicotomia entre as falas do presidente Jair Bolsonaro, ao se referir às queimadas e ao desmatamento na Amazônia, e a realidade da crise ambiental que vivemos no Brasil. Para tanto, pretende-se entender, através da análise de conteúdo do discurso[1] feito pelo presidente a investidores em Dubai, e da repercussão midiática deste discurso, algumas questões: Em que cenário e contexto foi feito o discurso? Qual a mensagem a ser transmitida? Quais as verdades e inverdades ditas a respeito da Amazônia? Como a mídia nacional repercute esse discurso?

O *corpus* que serviu de base para as análises foi uma declaração feita pelo presidente[2] no dia 15 de novembro de 2021 e foi direcionada a investidores durante o Invest In Brazil Forum, um evento realizado em Dubai, que foi organizado pela Agência Brasileira

1 Neste artigo, a palavra "discurso" é usada com o sentido de fala ou declaração

2 Discurso na íntegra disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CpXGgkzyhT8. Acesso em: 11 jun. 2022

de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), um órgão do governo federal.[3] Na ocasião, Jair Bolsonaro, acompanhado de uma comitiva de ministros, participou do evento nos Emirados Árabes que teve como objetivo apresentar oportunidades de negócios em áreas como infraestrutura, agricultura e defesa civil.[4]

Tendo a desinformação como pano de fundo, torna-se relevante analisar a fala em questão, por se tratar de declarações feitas em um evento de abrangência internacional, cujo foco era apresentar o Brasil como um país interessante para se investir e fechar negócios lucrativos. Além disso, veremos à frente que foi um discurso bastante repercutido na mídia, especialmente em relação às falas sobre a Amazônia.

Durante a cerimônia de abertura do Invest In Brazil Forum, o presidente Jair Bolsonaro discursou por sete minutos e trinta e cinco segundos, logo após a fala do ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França[5]. O presidente, em seu pronunciamento, tenta passar a imagem de um Brasil próspero, em constante crescimento e totalmente interessado em estabelecer parcerias de negócios com investidores árabes que, segundo ele, "são nossos irmãos".

A intenção de enfatizar as atrativas oportunidades de investimento no Brasil fica clara a cada trecho do discurso de Bolsonaro, especialmente quando ressalta as belezas naturais do país, as oportunidades de investimento em agricultura, infraestrutura e turismo. Ao abordar as oportunidades de turismo no Brasil, o presidente dedicou um minuto e cinquenta e cinco segundos do seu discurso para falar sobre a Amazônia, tentando passar a imagem de que as críticas que o governo tem recebido a respeito das suas políticas ambientais são infundadas.

A fim de evidenciar a desinformação nos trechos referentes à Amazônia, neste discurso de Bolsonaro, e analisarmos de forma detalhada, adotamos a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), para categorizar os pontos mais relevantes para os nossos objetivos de estudo. Ressaltamos os principais tópicos da fala categorizando-as de acordo com a classificação do conceito de desinformação apresentado por Pinheiro e Brito (2014): ausência de informação, informação manipulada e engano proposital. Dessa forma, destacam-se no Quadro 1 as narrativas onde o tema "Amazônia" é abordado, bem como as respectivas categorias adotadas.

3 Informação obtida em: https://portal.apexbrasil.com.br/noticia/invest-in-brasil-forum-em-dubai-detalha-oportunidades--de-negocios/. Acesso em: 11 jun. 2022

4 Informações obtidas em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/no-terceiro-dia-em-dubai-bolsonaro-participa-de-forum-de-investimentos-com-ministros.ghtml. Acesso em: 11 jun. 2022

5 Discurso na íntegra disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YN5lYJrO7bs. Acesso em: 11 jun. 2022

Categoria	Narrativa correspondente
Ausência de Informação	“A Amazônia é um patrimônio. A Amazônia é brasileira, e vocês lá comprovarão isso. E trarão realmente uma imagem que condiz com a realidade.”
Informação manipulada	“Até para que os senhores vejam que a nossa Amazônia, por ser uma floresta úmida, não pega fogo. Que os senhores vejam realmente o que ela tem.”
Engano proposital	“Os ataques que o Brasil sofre, quando se fala em Amazônia, não são justos. Lá, mais de 90% daquela área está preservada. Está exatamente igual quando foi descoberto no ano de 1500.”

Quadro 1. Categorias da declaração de Jair Bolsonaro

Bolsonaro diz que a “Amazônia é um patrimônio” e que uma viagem turística à Amazônia fará com que os parceiros Árabes tenham “uma imagem que condiz com a realidade”, insinuando que o que se ouve a respeito da região amazônica não é verdadeiro. Embora o presidente não diga qual é a realidade da Amazônia e não traga dados sobre essa realidade, ele dá a entender que não existe crise ambiental relacionada a esse bioma brasileiro.

Em outro trecho, afirma que os investidores, conhecendo o Brasil e a Amazônia, veriam que “a nossa Amazônia, por ser uma floresta úmida, não pega fogo”e que seria uma viagem inesquecível, onde eles conheceriam “o que seria um paraíso aqui na Terra”. Essa é uma afirmação manipulada visto que, só no Amazonas, 2021 foi o terceiro pior ano da história em número de queimadas, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), divulgados pelo Portal G1[6]. De acordo com informações do portal, de janeiro até o dia 3 de novembro de 2021, já haviam sido registrados 14.617 focos de incêndio. Desde 1998, quando o órgão começou a registrar as queimadas, apenas dois anos tiveram números maiores: 2005, com 15.644 focos e 2020 com 16.729, em todo o ano. Nota-se, que pelo segundo ano consecutivo o estado do Amazonas tem registros recordes de queimadas, dados os quais o presidente Bolsonaro poderia acessar facilmente, já que o INPE é um órgão federal e as informações em questão são públicas.

Não é a primeira vez que Jair Bolsonaro afirma que a Amazônia é úmida e, portanto, não pega fogo. Em uma declaração feita no dia 22 de setembro de 2020 na 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), por meio de um discurso gravado, ele afirma que o Brasil seria “vítima” de uma campanha “brutal” de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. Segundo o presidente, a floresta amazônica só pega fogo nas bordas e os responsáveis pelas queimadas são “índios” e “caboclos”. Na ocasião, uma matéria do G1[7] destaca esta, e outras falas do presidente, no discurso apresentado na Assembleia Geral da Nações Unidas e sinaliza o que seria “#FATO ou #FAKE”. A matéria então desmente a afirmação de que a floresta amazônica não pega fogo e explica, através do ambientalista Antonio Oviedo

6 Informações obtidas em https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/11/06/numero-de-queimadas-no-amazonas--em-2021-ja-e-o-terceiro-pior-da-historia.ghtml. Acesso em: 12 jun. 2022

7 Disponível em: https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/09/22/veja-o-que-e-fato-ou-fake-no-discurso-de-bolsonaro-na-onu.ghtml. Acesso em: 12 jun. 2022

que embora a floresta permaneça úmida em algumas regiões, o avanço do desmatamento, a exploração da madeira e a abertura de estradas mudaram as características originais da floresta úmida, deixando a Amazônia mais suscetível a grandes incêndios. O ambientalista reforça ainda que a floresta, por certo, não queima sozinha e nem queima sempre no mesmo lugar, ao contrário do que foi dito pelo presidente Bolsonaro, mas, sim, onde há incêndio provocado, ou seja, criminoso.

Por fim, Bolsonaro diz que "os ataques que o Brasil sofre, quando se fala em Amazônia, não são justos. Lá, mais de 90% daquela área está preservada. Está exatamente igual quando foi descoberto no ano de 1500. A Amazônia é fantástica". Essa informação dada por Bolsonaro é falsa, já que, de acordo com o secretário-executivo do Observatório do Clima (entidade que reúne 43 organizações ambientalistas) Marcio Astrini, em uma matéria da BBC News[8], análises do projeto Mapbiomas[9] mostram que o Brasil perdeu 18% da Amazônia entre 1985 e 2017. Além disso, de acordo com Astrini, dados do Observatório do Clima apontam que pelo menos outros 20% da floresta estão degradados, com presença de garimpos, grileiros e madeireiros ilegais. Astrini ainda é categórico ao afirmar que "a gente só tem a outra metade da floresta preservada porque o Bolsonaro só tem um mandato. Se ele estivesse há 20 anos no poder, a gente não tinha mais nada da Amazônia".

Ainda de acordo com a matéria do BBC News, dados do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), apontam que a média de desmatamento na Amazônia foi de 6.719 km² por mês nos cinco anos anteriores ao governo Bolsonaro e de 10.490 km² por mês nos dois primeiros anos de seu governo, representando um aumento de 56%. Com estes dados apresentados, Astrini diz que "é uma mentira enorme, um dado produzido por negacionistas a pedido do governo", Bolsonaro afirmar que os níveis de desmatamento diminuíram e que a Amazônia permanece praticamente intacta.

A partir da análise apresentada, pode-se verificar que o conteúdo da fala de Jair Bolsonaro, no evento de abertura do Invest In Brazil Forum, não abordou o tema da crise ambiental no Brasil, e em especial na Amazônia, com base em dados reais apurados pelos conceituados institutos de pesquisa brasileiros. O conteúdo deste pronunciamento foi baseado em informações distorcidas e fabricadas, com o intuito de exaltar a imagem do Brasil e da atual gestão, criando uma imagem de que sua política ambiental está sofrendo ataques injustos.

A REPERCUSSÃO NA MÍDIA - ABORDAGEM DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

As controversas declarações de Bolsonaro, a respeito do meio ambiente, repercutem imediatamente na mídia, especialmente quando se tratam de declarações

8 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58644548. Acesso em: 12 jun. 2022

9 MapBiomas é uma iniciativa do Observatório do Clima e de outras ONGs, universidades e empresas de tecnologia que mapeia anualmente a cobertura e

feitas em eventos internacionais. Neste trabalho tivemos como objetivo mapear e analisar as matérias veiculadas em alguns dos principais veículos de comunicação online, a partir da repercussão da declaração do presidente Bolsonaro feita em Dubai, além de analisar o conteúdo do pronunciamento do presidente a partir da dicotomia entre o discurso político e o discurso científico, com o viés da desinformação. Em função disso, é importante ressaltar a reverberação das declarações do presidente a respeito das queimadas na Amazônia, por se tratarem de pautas constantemente debatidas nos meios de comunicação, além do fato de tais declarações estarem repletas de dados distorcidos ou fabricados, sem nenhuma comprovação.

Os veículos de comunicação elencados para compor essa análise foram Portal G1, Portal CNN Brasil, UOL Notícias e Portal Veja Online, todos na versão eletrônica. A opção por esses veículos se deu por sua abrangência nacional, relevância e credibilidade perante os seus leitores e a opinião pública. As matérias escolhidas foram todas publicadas no dia 15 de novembro de 2021, considerando a repercussão na mídia logo após o discurso realizado pelo presidente, em Dubai.

As matérias selecionadas, de modo geral, repercutiram negativamente as falas do presidente, e, mesmo não sendo a primeira vez que Bolsonaro distorce dados a respeito do desmatamento e das queimadas na Amazônia, é possível notar que os veículos de comunicação se propõem a reforçar que existe desinformação nas falas do presidente, apresentando as informações corretas. Assim, compilamos abaixo trechos e manchetes das matérias selecionadas, com o intuito de analisarmos a repercussão midiática dessas falas, num momento em que o Brasil passa por uma séria crise ambiental e é fortemente criticado por suas políticas públicas acerca do avanço do desmatamento.

MENU g1 POLÍTICA BUSCAR

Bolsonaro mente e diz a investidores em Dubai que Amazônia 'não pega fogo' e 'ataques' 'não são justos'

Durante evento para captação de negócios, presidente convidou árabes a conhecerem 'o Brasil de fato'. Dados oficiais mostram que floresta enfrenta recordes de queimadas e desmatamento.

Por Guilherme Mazui e Lara Pinheiro, g1
15/11/2021 03h15 · Atualizado há 7 meses

Figura 1: Matéria do Portal de notícias G1

Fonte: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/bolsonaro-amazonia-dubai.ghtml

A primeira matéria analisada (Figura 1), foi publicada pelo Portal do G1, no dia 15 de novembro, e na manchete já enfatiza que “Bolsonaro mente” ao dizer para investidores, em Dubai, que Amazônia “não pega fogo”. É interessante ressaltar que essa reportagem optou por explorar os trechos do discurso onde Bolsonaro fala a respeito da Amazônia,

averiguando o que, de fato, condiz com a realidade e onde o presidente distorce ou forja dados. Em um trecho, o veículo aponta que o presidente mentiu ao dizer que, “por ser uma floresta úmida, não pega fogo” e justificou o argumento com uma fala de Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima que afirma que o fato de a floresta não pegar fogo é “uma meia verdade”. “Ela não cria incêndios florestais, porque é uma floresta úmida”, portanto, “a floresta não pega fogo naturalmente – mas se alguém colocar fogo nela, ela incendeia”. Ele conclui o argumento reiterando que os incêndios na Amazônia são criminosos “Por isso que a gente fala que os incêndios na Amazônia, as queimadas (...) são criminosas. Então pega fogo, sim, na floresta – quando você tem o crime ambiental agindo, em 99% das vezes”.

Uma outra alegação de Bolsonaro levantada na reportagem é a de que 90% da Amazônia continua preservada e “exatamente igual quando foi descoberta no ano de 1500”. O G1 mostra que essa afirmação também não é verdadeira, e, segundo Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas, “o bioma Amazônia tem vegetação nativa de aproximadamente 86%. Só que tem pelo menos 4% do bioma que é vegetação secundária”. Ou seja, 20% da Amazônia já foi desmatada. Azevedo conclui dizendo que considerarmos “as áreas que tiveram fogo ou exploração florestal irregular e também outros tipos de impacto – como os efeitos de borda, o garimpo – pelo menos outros 20% da Amazônia estão impactados”, somando 40% da floresta amazônica atingidos pela ação humana.

Figura 2: Matéria do Portal CNN Brasil

Fonte: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-dubai-bolsonaro-diz-amazonia-por-ser-uma-floresta-umida-nao-pega-fogo/

A matéria do Portal CNN Brasil (Figura 2) é menos contundente se comparada à do Portal G1, mas também se propôs a contrastar, com dados do Prodes[10] (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) e da plataforma Terra Brasilis[11], a fala do presidente Bolsonaro de que “mais de 90% daquela área está preservada” e que

10 Monitoramento realizado pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) a partir de imagens de satélite
11 Ferramenta desenvolvida pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

a Amazônia “está exatamente igual de quando foi descoberta no ano de 1500”. Segundo o portal, informações obtidas no Prodes apontam que “cerca de 729 mil km² do bioma Amazônia, o que corresponde a 17% do total, foram desmatados até 2020. Desse total, segundo os dados do instituto, 300 mil km² foram desmatados nos últimos 20 anos”. Um relatório da Terra Brasilis ainda indica que “outubro de 2021 registrou o segundo pior índice de desmatamento da Amazônia Legal para o mês na história do monitoramento, que é feito desde 2015”.

Em outro trecho, a reportagem traz dados do painel Plena Mata[12] apontando que no acumulado do ano, 2021 já superou o desmatamento de 2020, “mas ainda está um pouco abaixo em relação ao ano de 2019”. Em comparação aos anos de 2018 e 2017, o ano de 2021 “já contabilizou ao menos o dobro do desmatamento da Amazônia Legal registrado nos outros anos citados”.

Figura 3: Matéria do UOL Notícias

Fonte: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/11/15/bolsonaro-discurso-dubai-amazonia.htm

O UOL Notícias (Figura 3), assim como o Portal G1, evidencia na manchete que “em Dubai, Bolsonaro mente sobre queimadas e preservação da Amazônia”, trazendo informações que rebatem os dados apresentados pelo presidente. Em um trecho da reportagem, o UOL destaca que o presidente “voltou a distorcer dados sobre o desmatamento” e que ele “mentiu, em discurso a investidores árabes em Dubai, ao dizer que a Amazônia não pega fogo por ser uma floresta úmida”. Em sequência, explica que ao afirmar que mais de 90% da Amazônia está preservada “exatamente igual a quando o Brasil foi descoberto”, Bolsonaro tenta “traçar um cenário positivo para a região que tem enfrentado números recordes de queimadas e desmatamento”, já que “dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), estima que a Amazônia perdeu 19% de sua

12 Plena Mata é um monitor da floresta que utiliza dados do MapBiomas, com base na média do desmatamento diário detectado pelo Deter/Inpe.

área original".

Segundo a reportagem, "as declarações de Bolsonaro ocorrem em um momento em que o Brasil é contestado internacionalmente por sua política ambiental", e reforça que em outubro de 2021 o Portal UOL "mostrou que a Amazônia perdeu, nos primeiros 1.000 dias do governo Bolsonaro, uma área de vegetação nativa 74% maior do que nos últimos 1.000 dias antes do início do governo, ou seja, a partir de março de 2016".

Figura 4: Matéria da Revista Veja Online

Fonte: https://veja.abril.com.br/politica/em-dubai-bolsonaro-diz-a-investidores-que-amazonia-nao-pega-fogo/

Nessa matéria (Figura 4), a revista Veja menciona que Bolsonaro tenta melhorar a imagem de sua política ambiental e rebate a sua afirmação de que a Amazônia, por ser uma floresta úmida "não pega fogo". De acordo com a matéria, a fala do presidente "contraria dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)", já que "em agosto, por exemplo, foram registrados 28.060 focos de incêndio na região, acima da média histórica para o mês".

A repercussão das declarações do presidente nos meios de comunicação de massa, em um momento de crise ambiental no Brasil, e muitas críticas à suas políticas relacionadas ao meio ambiente, aponta que o discurso do presidente é pautado pela autopromoção e pela desinformação. Esse posicionamento de Bolsonaro reforça a dicotomia entre o discurso político e o discurso científico. Ao repercutirem as falas do presidente, não apenas as reproduzindo, mas contrapondo nas matérias os dados oficiais dos institutos de pesquisa que apontam as inverdades e a distorção dos dados, os veículos de comunicação reverberam a real situação da crise ambiental no Brasil e a falta de políticas públicas efetivas, por parte do governo federal.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa análise, podemos concluir que o discurso de Bolsonaro a respeito da crise ambiental, em especial na Amazônia, é pautado pela indústria da desinformação. É possível notar que as falas e o posicionamento do presidente a respeito desse tema são alheios à realidade e ignoram os dados científicos, apesar de ter disponível todas as informações e dados oficiais que apontam para o oposto do conteúdo de seu discurso. Não por acaso, Bolsonaro segue repetindo dados infundados e distorcidos, pois foi possível perceber, nas declarações analisadas, o seu interesse em autopromover sua gestão e mitigar as constantes críticas à sua política ambiental.

Fundamentado em Braga (2006) e Thompson (2002), podemos concluir que através da exposição midiática, as declarações do presidente se tornam amplamente visíveis e discutidas, graças ao processo de midiatização da sociedade. Apesar da grande onda de negacionismo e desinformação que Bolsonaro faz questão de reforçar, podemos perceber o importante papel da mídia que, não apenas reverbera as falas do presidente, mas dá um novo sentido a elas, disseminando informação e democratizando o discurso científico acerca do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

APEX BRASIL. Apex Brasil: **Invest in Brasil Forum, em Dubai, detalha oportunidades de negócios**, 2021. Notícias. Disponível em: <https://portal.apexbrasil.com.br/noticia/invest-in-brasil-forum-em-dubai-detalha-oportunidades-de-negocios/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta a sua mídia:** dispositivos sociais da crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, J. L. **Mediatização como processo interacional de referência**. Santa Maria: Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática, nº 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/viewFile/6693/4050>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CASTANHO, F. **Em Dubai, Bolsonaro mente sobre queimadas e preservação da Amazônia**. UOL, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/11/15/bolsonaro-discurso-dubai-amazonia.htm>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CENCI, D. R. **Dimensão ambiental no Estado Democrático de Direito:** limites e possibilidades para a efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado . In: CENCI, D. R.; SCHONARDIE, E. F. (Orgs.). Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos. Ijuí: Unijuí, 2014.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade:** a nova guerra contra os fatos em tempos de fake new**s**. Barueri: Faro, 2018.

EM DUBAI, Bolsonaro diz a investidores que Amazônia ‘não pega fogo’. **Veja**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/em-dubai-bolsonaro-diz-a-investidores-que-amazonia-nao-pega-fogo/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MAZUI, G. **No terceiro dia em Dubai, Bolsonaro participa de fórum de investimentos com ministros.** G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/no-terceiro-dia-em-dubai-bolsonaro-participa-de-forum-de-investimentos-com-ministros.ghtml>. Acesso em: 11 jun 2021.

MAZUI, G.; PINHEIRO, L. **Bolsonaro mente e diz a investidores em Dubai que Amazônia ‘não pega fogo’ e ‘ataques’ ‘não são justos’**. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/bolsonaro-amazonia-dubai.ghtml>. Acesso em: 22 jun 2021.

MORI, L. **Falas de Bolsonaro sobre Amazônia na ONU não condizem com realidade, dizem pesquisadores**. BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58644548>. Acesso em: 12 jun. 2022

NÚMERO de queimadas no Amazonas em 2021 já é o terceiro pior da história. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/11/06/numero-de-queimadas-no-amazonas-em-2021-ja-e-o-terceiro-pior-da-historia.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. de P. **Em busca do significado da desinformação**. DataGramaZero, v. 15, n. 6, p. 37-58, 2014. Disponível em <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51758> . Acesso em: 22 jun. 2022.

RIGUE, A. **Em Dubai, Bolsonaro diz: “Amazônia, por ser uma floresta úmida, não pega fogo”**. CNN, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-dubai-bolsonaro-diz-amazonia-por-ser-uma-floresta-umida-nao-pega-fogo/>. Acesso em: 22 jun. 2022

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TV BRASIL. **Abertura do Fórum Invest in Brazil**. Youtube, 15 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CpXGgkzyhT8>. Acesso em: 11 jun. 2022.

VELASCO, C et al. **Veja o que é #FATO ou #FAKE no discurso de Bolsonaro na ONU**. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/09/22/veja-o-que-e-fato-ou-fake-no-discurso-de-bolsonaro-na-onu.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SISTEMA DE GESTIÓN DE CAPITAL HUMANO PARA CONTRIBUIR AL DESARROLLO SOSTENIBLE DE LA AGENDA 2023 MEDIANTE LA OBTENCIÓN DE UN TRABAJO DECENTE

Data de submissão: 05/10/2023 *Data de aceite: 01/11/2023*

Giselle Guillermo Chuc
Doctor en Gestión Administrativa
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México
ORC ID 0000-0002-7748-4731

Roger Manuel Patrón Cortes
Doctor en Ciencias Administrativas
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

Charlotte Monserrat Llanes Chiquini
Doctor en Ciencias de la Administración
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

Carlos Alberto Pérez Canul
Doctor en Ciencias de la Administración
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

Fidel Ramón Alcocer Martínez
Candidato a Doctor en Análisis Estratégico y Desarrollo Sustentable
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

Diana Concepción Mex Alvarez
Maestra en Pedagogía
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

RESUMEN— Este estudio se centra en el diseño y desarrollo de un sistema de gestión de capital humano con el propósito de contribuir al desarrollo sostenible de la agenda 2023, específicamente en la búsqueda de la promoción de trabajos decentes. Exploramos las estrategias y herramientas necesarias para optimizar la gestión de recursos humanos con un enfoque en la creación de empleos dignos y sostenibles. Este sistema busca abordar los desafíos actuales en la gestión de recursos humanos, al tiempo que promueve la creación de empleos de calidad.

Destacamos la importancia crucial de la adopción de tecnologías en la gestión del capital humano durante la cuarta revolución industrial. Estas tecnologías son fundamentales para impulsar la transformación de los roles de los profesionales de capital humano en beneficio tanto de los individuos como de las organizaciones y empleados en general. Nuestras recomendaciones se enfocan en la implementación efectiva de tecnologías de vanguardia en la gestión de recursos humanos, destacando sus ventajas y posibilidades de mejora en la promoción de empleos decentes. Además, exploramos cómo estas tecnologías pueden ser utilizadas estratégicamente para mejorar la eficiencia y la efectividad de la gestión de capital humano en línea con los objetivos de la agenda 2023 de desarrollo sostenible.
PALABRAS CLAVE: Capital Humano, Gestión de capital humano, Tecnología.

HUMAN CAPITAL MANAGEMENT SYSTEM TO CONTRIBUTE TO THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE 2023 AGENDA BY OBTAINING DECENT WORK

ABSTRACT. This study focuses on the design and development of a human capital management system with the purpose of contributing to the sustainable development of the 2023 agenda, specifically in the search for the promotion of decent jobs. We explore the strategies and tools necessary to optimize human resource management with a focus on creating decent and sustainable jobs. This system seeks to address current challenges in human resource management, while promoting the creation of quality jobs. We highlight the crucial importance of technology adoption in human capital management during the fourth industrial revolution. These technologies are essential to drive the transformation of the roles of human capital professionals for the benefit of both individuals and organizations and employees in general. Our recommendations focus on the effective implementation of cutting-edge technologies in human resources management, highlighting their advantages and possibilities for improvement in the promotion of decent jobs. Furthermore, we explore how these technologies can be used strategically to improve the efficiency and effectiveness of human capital management in line with the objectives of the 2023 sustainable development agenda.
KEYWORDS: Human Capital, Human capital management, Technology.

INTRODUCCIÓN

La Gestión de Capital Humano desempeña un papel esencial en todas las empresas, ya que contribuye a mejorar el entorno laboral y las relaciones entre los empleados y la organización. Esto se logra mediante el fomento del desarrollo profesional, la equidad en el trato, la evaluación del desempeño y la garantía de la seguridad en el trabajo, lo que resulta en la satisfacción de los empleados. En consecuencia, esto proporciona a la empresa un equipo motivado y productivo.

En muchas pequeñas y medianas empresas, los gerentes asumen la mayoría de las responsabilidades de recursos humanos, lo que a menudo reduce la presencia de departamentos de capital humano dedicados. Así, los avances tecnológicos han hecho

posible que incluso las pequeñas y medianas empresas tengan acceso a sistemas de información de capital humano y servicios electrónicos de capital humano (Yu, 2010). La globalización también ha tenido un gran impacto en RR.HH., al enfocarse más en la gestión del talento, la contratación internacional, la inclusión y la diversidad (Tubey, R., Rotich, KJ, & Kurgat, A., 2015).

Este documento se concentra en analizar cómo la evolución del papel de los gerentes de capital humano, específicamente en el contexto de las tecnologías de reclutamiento que agilizan el proceso de selección de candidatos, puede influir en el crecimiento económico y el desarrollo sostenible de las empresas. Además, se investigará cómo estos cambios afectan a las empresas en un país en desarrollo como México. La elección de México como estudio de caso subraya la importancia de investigar y desarrollar este campo, que se encuentra en un estado subdesarrollado en comparación con otros países que han adoptado ampliamente estas tecnologías en funciones de recursos humanos, en aras de promover el crecimiento económico y el desarrollo sostenible.

OBJETIVO

Examinar y evaluar exhaustivamente la investigación existente relacionada con el desarrollo de estrategias de gestión de capital humano orientadas a promover el trabajo decente y contribuir al desarrollo sostenible según los objetivos de la Agenda 2023.

MARCO TEÓRICO

A medida que nos adentramos en una cuarta revolución industrial, que incluye Internet de las cosas, inteligencia artificial (IA) y computación cuántica, entre otros, vemos la necesidad de una nueva forma de abordar la gestión de capital humano y el papel que desempeñará en el futuro cercano. A medida que la IA y los robots se vuelven cada vez más común, entramos en un nuevo dilema moral al determinar si los mismos beneficios y compensación también deberían aplicarse a los robots por hacer el mismo trabajo, o incluso más, que a los humanos.

La importancia de un currículum vitae ha cambiado mucho en estos últimos años. Como escribe Tom Dunlop, escritor de The Guardian: "Este nuevo campo de contratación, denominado ciencia de la fuerza laboral, se basa en la idea de que los datos que las personas crean mientras hacen cosas en línea pueden recopilarse e interpretarse y proporcionar una mejor idea de la idoneidad de una persona que los métodos tradicionales" (2017). Se está volviendo más importante el tipo de habilidades que tiene una persona que dónde y cuándo se graduó. Dunlop continúa con la importancia que también ha jugado LinkedIn para convertirse en una importante herramienta de reclutamiento, a través de su base de datos Talent Solution, diseñada específicamente para que las empresas encuentren

empleados (2017).

Además, explica cómo “LinkedIn es un gran depósito de información sobre los trabajadores y las habilidades que tienen. Es una plataforma donde las personas pueden hablar entre sí sobre el trabajo, publicitar sus talentos, intercambiar información sobre sus campos de interés y experiencia y comunicarse de forma privada” (Dunlop, 2017). En otras palabras, junto a estos grandes pasos, también vemos un cambio de las funciones de recursos humanos, que, debido a la cuarta revolución industrial, se están volviendo más basadas en datos.

En su artículo sobre cómo la cuarta revolución industrial afectará a RR.HH. en África Oriental, Summers escribe sobre cómo “los departamentos de RR.HH. tienen más datos sobre la fuerza laboral que nunca, datos que pueden usar para impulsar una mejor toma de decisiones y dar forma a experiencias superiores de los empleados. Pueden usar análisis de capital humano para ayudar a los gerentes y líderes senior a tomar mejores decisiones para el negocio” (2018). Por lo tanto, como muchos han pensado en RR.HH. en el aspecto de la administración y contratación de personal en su mayor parte, con estos nuevos avances tecnológicos está claro que RR.HH. también está cambiando su enfoque para mantener a sus empleados capacitados y capacitados para estos avances tecnológicos y la automatización de la empresa.

La importancia de un currículum vitae ha cambiado mucho en estos últimos años. Como escribe Tom Dunlop, escritor de The Guardian: “Este nuevo campo de contratación, denominado ciencia de la fuerza laboral, se basa en la idea de que los datos que las personas crean mientras hacen cosas en línea pueden recopilarse e interpretarse y proporcionar una mejor idea de la idoneidad de una persona que los métodos tradicionales” (2017). Se está volviendo más importante el tipo de habilidades que tiene una persona que dónde y cuándo se graduó. Dunlop continúa con la importancia que también ha jugado LinkedIn para convertirse en una importante herramienta de reclutamiento, a través de su base de datos Talent Solution, diseñada específicamente para que las empresas encuentren empleados (2017).

En su artículo sobre cómo la cuarta revolución industrial afectará a RR.HH. en África Oriental, Summers escribe sobre cómo “los departamentos de RR.HH. tienen más datos sobre la fuerza laboral que nunca, datos que pueden usar para impulsar una mejor toma de decisiones y dar forma a experiencias superiores de los empleados. Pueden usar análisis de capital humano para ayudar a los gerentes y líderes senior a tomar mejores decisiones para el negocio” (2018). Por lo tanto, como muchos han pensado en RR.HH. en el aspecto de la administración y contratación de personal en su mayor parte, con estos nuevos avances tecnológicos está claro que RR.HH. también está cambiando su enfoque para mantener a sus empleados capacitados y capacitados para estos avances tecnológicos y la automatización de la empresa.

METODOLOGÍA

Analizar las tecnologías de capital humano que se utilizan y determinar cómo operan dentro de cada negocio en las funciones de un gerente de recursos humanos, o cómo los objetivos y la jerarquía de cada empresa ayudan a determinar la estructura de los diferentes sistemas de recursos humanos, ya sean en línea o no. El documento también analizará la adaptación o la disponibilidad de diferentes países y luego lo comparará con México, identificando también los factores que podrían causar que la adaptación de tecnologías de recursos humanos.

Es una investigación documental y cualitativa. Para los datos secundarios, que serán la fuente principal de este artículo de investigación cualitativa, se utilizan artículos de investigación, revistas y artículos sobre este tema para ayudar a dar forma al alcance de esta investigación y ayudar a construir una base sólida para la investigación y los hallazgos de este artículo. Esto se hace con el fin de tener información relevante para compararla con los hallazgos futuros de este documento.

Al aprender sobre la gestión de recursos humanos, es importante comprender el desarrollo de este campo en diferentes países para que haya una comprensión más profunda del estado de la gestión de capital humano y cómo se puede mejorar. Los gerentes de capital humano creen que estas tecnologías son beneficiosas para ellos y para la empresa. Por lo tanto, el objetivo es comprender primero los roles de los gerentes de capital humano en las pequeñas y medianas empresas en México, luego analizar su comprensión de la tecnología de capital humano y si creen que el rol de los gerentes de capital humano ha cambiado en los últimos años.

Además, debido a que muchas pequeñas y medianas empresas no suelen tener gerentes de recursos humanos, consultar con el director ejecutivo o el gerente comercial también proporcionará información sobre por qué el capital humano no es un campo al que dan importancia y si en su lugar utilizan alguna tecnología de recursos humanos.

RESULTADOS

En resumen, esta sección crucial de la investigación cualitativa ha destacado la importancia de las tecnologías de recursos humanos en la consecución de un trabajo decente y el desarrollo sostenible, conforme a la Agenda 2023. Los hallazgos y la revisión de la literatura han revelado cómo estas tecnologías están reconfigurando los roles tradicionales de los profesionales de capital humano, impulsándolos hacia funciones estratégicas en lugar de operativas.

Cabe resaltar que las ventajas de estas tecnologías no se limitan a los profesionales de recursos humanos, sino que se extienden a los empleados y a la organización en su conjunto. Facilitan una mayor participación y autonomía para los empleados, elementos fundamentales en la búsqueda de trabajos decentes. En consecuencia, se evidencia

el valor significativo de las tecnologías de gestión de capital humano para alcanzar los objetivos de desarrollo sostenible de la Agenda 2023.

Los hallazgos resaltan que el nivel de ingresos y la comprensión de las funciones de Recursos Humanos son indicadores significativos de la adaptación de las tecnologías en esta área para un crecimiento económico y que contribuye al desarrollo sostenible en un entorno laboral. Sin embargo, es importante señalar que las leyes laborales también desempeñan un papel crucial en la adopción de estas tecnologías, como se evidencia en el caso de Bulgaria y Chipre.

Comparando estos hallazgos con la situación en México, donde aún no se ha realizado una investigación exhaustiva sobre este tema, se reconoce que los resultados están en una etapa inicial. Por lo tanto, este estudio actual ha evaluado el estado actual de la gestión de recursos humanos para identificar los pasos que pueden llevar a las organizaciones mexicanas a mejorar el área de capital humano mediante la incorporación de tecnologías con base en la agenda 2030.

En este contexto, se alienta a las empresas y organizaciones a empoderar a los profesionales de capital humano para que aborden esta nueva perspectiva y exploren cómo pueden diseñar programas, contratos, beneficios y sistemas de recompensas que tengan en cuenta las tendencias y necesidades de la fuerza laboral actual.

Comparando estos hallazgos con la situación en México, donde aún no se ha realizado una investigación exhaustiva sobre este tema, se reconoce que los resultados están en una etapa inicial. Por lo tanto, este estudio actual ha evaluado el estado actual de la gestión de recursos humanos para identificar los pasos que pueden llevar a las organizaciones mexicanas a mejorar el área de capital humano mediante la incorporación de tecnologías con base en la agenda 2030.

En este contexto, se alienta a las empresas y organizaciones a empoderar a los profesionales de capital humano para que aborden esta nueva perspectiva y exploren cómo pueden diseñar programas, contratos, beneficios y sistemas de recompensas que tengan en cuenta las tendencias y necesidades de la fuerza laboral actual.

CONCLUSIONES

Después de toda esta investigación, hay dos recomendaciones que le daría a las empresas y organizaciones que actualmente no tienen un puesto de capital humano disponible y también a las empresas que tienen uno, pero podrían mejorarlo. El primero está más enfocado a las organizaciones de México y el segundo a las organizaciones de todo el mundo.

- Subcontratación de funciones de capital humano

Una gran oportunidad para las pequeñas y medianas empresas, especialmente en México, es subcontratar las funciones de capital humano para ayudar a las empresas a

tomar mejores decisiones y también alcanzar mejor sus objetivos a través de su fuerza laboral. De esta forma, la gestión de capital humano se puede promover más entre los ciudadanos y su importancia también se puede ver a través de su trabajo dentro de las empresas u organizaciones.

- El uso de tecnologías de capital humano

Las tecnologías de capital humano son cada vez más útiles para los profesionales de recursos humanos, pero también para las empresas. Con eso en mente, se puede sugerir el uso de tecnologías para tareas administrativas, como nómina, beneficios, recompensas, días libres y muchas otras, lo que posiblemente podría hacerse sin un profesional pero por el CEO o Business Manager.

Esto permitirá que las empresas y las organizaciones no se preocupen por este aspecto de su trabajo, lo que facilita mucho el seguimiento del desempeño de los empleados, pero también de la información relevante que conocen tanto el empleador como el empleado. Este también es el peligro de los rápidos avances tecnológicos en países en desarrollo como México, donde estamos saltando, para la mayoría de las empresas, la importancia de tener un gerente de capital humano e ir directamente a estas tecnologías, que reemplazan una parte crucial del trabajo de un profesional de recursos humanos. en administración y contratación de personal.

En conclusión, la investigación confirma que la tecnología ha cambiado el papel de los gerentes de capital humano al ofrecer nuevas formas de hacer el trabajo a través de bases de datos y funciones basadas en la web. En el caso de México, se puede ver que, como era de esperar, las generaciones más jóvenes tienden a dar una gran importancia a los profesionales de capital humano y también poseen un gran conocimiento sobre su trabajo.

Esto es muy importante de entender para las empresas, ya que es crucial para ellas satisfacer las necesidades de estas generaciones jóvenes dentro de su empresa, y una forma de hacerlo puede ser contratando a un profesional de capital humano y también utilizando tecnologías de capital humano para cambiar hacia la formación y desarrollo profesional, sistemas de recompensa y mejor representación de los intereses de los empleados dentro de la alta dirección.

REFERENCIAS

Custers, M. (2012). Repensar las tecnologías de capital humano existentes para obtener nuevas ganancias en los empleados. Compromiso y beneficios. *Revisión de compensaciones y beneficios*, 44 (6), 332–335.

Dunlop, T. (2017). El currículum ha muerto: su próximo clic podría determinar su próximo trabajo. The Guardian.

Summers, N. (2018). Formas en que la cuarta revolución industrial cambiará el capital humano en África Oriental. *Sabio.*

Teachout, R.S (2018). El CEO de SHRM dice RRHH en la “4ª Revolución Industrial”. *XpertHR.* Edición: 5, páginas 1003-1018.

Tubey, R., Rotich, KJ. y Kurgat, A. (2015). Historia, Evolución y Desarrollo de Gestión de recursos humanos: una perspectiva contemporánea. *Revista Europea de Negocios y Gestión*, VII (9), 139-148.

UNESCO. (2015). *Informe de la UNESCO sobre la ciencia hacia 2030.* Luxemburgo: Unesco.

Vargas, A.E. y Sánchez, J. (2002). *Métodos de Investigación*. (1° ed.). México: Spanta S.A. de C.V.

Yu, H. (2010). Sistemas de información de capital humano y sistemas de E-HR. En Tsui A. y Lai (Eds.), *Prácticas profesionales de gestión de capital humano en Hong Kong: vincular la gestión de capital humano al éxito organizacional* (págs. 219-248). Aberdeen, Hong Kong: Hong Kong University Press.

CAPÍTULO 5

LOS DOCENTES, @NALFANAUTAS?. ESTUDIO DIAGNÓSTICO

Data de submissão: 21/09/2023 *Data de aceite: 01/11/2023*

Charlotte Monserrat Llanes Chiquini
Doctora en Ciencias de la Administración
Universidad Autónoma de Campeche
Av. Agustín melgar S/N Col. Buenavista, Campeche, México
ORC ID 0000-0001-8389-5943

Diana Concepción Mex Álvarez
Universidad Autónoma de Campeche
Av. Agustín melgar S/N Col. Buenavista, Campeche, México

Luz María Hernández Cruz
Universidad Autónoma de Campeche
Av. Agustín melgar S/N Col. Buenavista, Campeche, México

Carlos Alberto Pérez Canul
Universidad Autónoma de Campeche
Av. Agustín melgar S/N Col. Buenavista, Campeche, México

Roger Manuel Patrón Cortés
Universidad Autónoma de Campeche
Av. Agustín melgar S/N Col. Buenavista, Campeche, México

Giselle Guillermo Chuc
Universidad Autónoma de Campeche
Av. Agustín melgar S/N Col. Buenavista, Campeche, México

RESUMEN— Este proyecto surge de la necesidad de proponer acciones que promuevan el uso y apropiación de las TIC entre las personas que fungiran como docentes en las instituciones de educación. Para ello fue necesario obtener evidencias acerca del conocimiento que los profesores universitarios tienen de estas tecnologías y el modo en que hace uso de ellas, si es que las usan, pues existen algunos indicios que apuntan en el sentido de que no todos los profesores aprovechan las posibilidades que las TIC brindan como herramienta en la formación profesional de los alumnos. Sin duda, un mejor conocimiento y uso de las TIC por parte de los profesores potencia las posibilidades de mejorar la calidad de la enseñanza, elemento sine qua non podremos ingresar como país en la sociedad del conocimiento; no cabe duda de que México deberá enfocar sus esfuerzos en esa dirección.

PALABRAS CLAVE— Apropiación / Tecnologías de la Información / Docentes.

THE TEACHERS, @NALFANAUTAS?. DIAGNOSTIC STUDY

ABSTRACT: This project arises from the need to propose actions that promote

the use and appropriation of ICT among people who will serve as teachers in educational institutions. To do this, it was necessary to obtain evidence about the knowledge that university professors have of these technologies and the way in which they use them, if they use them, since there are some indications that point to the fact that not all professors take advantage of them. possibilities that ICT provide as a tool in the professional training of students. Without a doubt, better knowledge and use of ICT by teachers enhances the possibilities of improving the quality of teaching, an element sine qua that we will not be able to enter the knowledge society as a country; There is no doubt that Mexico should focus its efforts in that direction.
KEYWORDS — Appropriation / Information Technologies / Teachers.

INTRODUCCIÓN

Es sabido que el valor social de la educación depende del nivel de desarrollo económico de las sociedades, aunado a los múltiples factores del entorno político, económico y social de un país.[1] En el caso de México, las propias fuerzas y dinámicas institucionales han provocado que hoy en día se estén realizando esfuerzos encaminados a promover cambios dentro del sistema educativo, en su mayoría influenciados por el fenómeno de la globalización.[2]

A pesar de la trayectoria que nuestro país muestra en materia de apropiación y uso de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en la educación –en distintos niveles y modelos educativos–, las instituciones de educación superior (IES) no se encuentran paralizadas en el tiempo. En efecto, son muy variados y numerosos los esfuerzos que éstas han realizado para modernizarse; sin embargo, y considerando el ritmo del cambio en otros ámbitos, algunas de ellas manifiestan signos que indican cierto grado de retroceso o rezago.

Uno de los actores clave que obligadamente tiene que estar involucrado en el rediseño de los modelos educativos es el maestro. En las últimas décadas, el rol del profesor se ha diversificado, particularmente en la educación superior. Se espera de él, además de cumplir con la responsabilidad de la enseñanza; la elaboración de materiales didácticos; la actualización de los mismos; y, a últimas fechas, el manejo de las TIC y el desarrollo de nuevas competencias que le permitan trabajar en diferentes modalidades (presenciales, no presenciales y mixtas); etc. Esta amplitud de funciones y roles ha ido forzando la modificación de la figura del docente por la de un académico, sin que necesariamente se observen los requisitos de formación y experiencia que ello presupone.

METODOLOGÍA.

Con el propósito de ayudar a las IES en estas nuevas tareas, la investigación que

1 Suárez, María Herlinda (2005). Jóvenes Mexicanos en la feria del mercado de trabajo. México, D. F.: Miguel Ángel Porrúa.
2 Muñoz, Humberto y Roberto Rodríguez (2004). La Educación Superior en el contexto actual de la sociedad mexicana. México, D. F.: Miguel Ángel Porrúa.

aquí se presenta incluyó el uso de la tipología del nivel de apropiación y uso de las TIC por parte de los profesores, tipología de Alfabeta digital docente de Llanes(2010). esta tipología facilitó diseñar acciones que, por un lado, atiendan la enorme heterogeneidad de nuestro profesorado y, por el otro, respondan a las necesidades de formación de las entidades académicas universitarias a las que estos se encuentran adscritos.

Sólo mediante la formación y la actualización del profesorado será posible disminuir la brecha que hoy en día separa a quienes utilizan las TIC de manera cotidiana y aquéllos que todavía no las han incorporado. Sin duda, un mejor conocimiento y uso de las TIC posibilitará mejores posibilidades para modificar los modelos educativos vigentes en nuestras instituciones.

PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA.

Es necesario tomar en consideración que, al introducir una innovación en una organización, generalmente se generan cambios y, como consecuencia de éstos, surgen resistencias a dichos cambios. Las instituciones educativas no se ubican al margen de esta reacción al cambio. La literatura señala que algunas investigaciones han reportado que, al introducir las TIC en la práctica de los docentes, la mayoría de ellos presenta una resistencia natural al ver modificado su estilo o forma de enseñar, producto o bien de su escaso conocimiento y aplicación de las TIC o bien de sus temores.

Ante este panorama, en la presente investigación se buscaba encontrar respuestas a la pregunta: ¿Cómo incorporar las TIC en la práctica docente?

OBJETIVO GENERAL:

Mejorar el proceso de aceptación tecnológica y la incorporación de las TIC en la práctica docente de los profesores universitarios.

El presente estudio diagnóstico, está elaborado con la finalidad de saber que tanto y de qué manera se han apropiado de las TIC los alumnos de la Licenciatura en Educación Primaria del Instituto Campechano en la ciudad de SanFrancisco de Campeche, México.

DEFINICIÓN DE LA POBLACIÓN BAJO ESTUDIO

La población que se invitó a participar en este proyecto de investigación interinstitucional está compuesta por 22 alumnos, que están adscritos a la Licenciatura en educación primaria del Instituto Campechano de la ciudad de SanFrancisco de Campeche, Campeche; México.

Inicialmente se requería conocer las características de su conocimiento y uso de las TIC, especialmente en su ejercicio docente; es decir, su nivel de aceptación, rutinización y apropiación tecnológica. Algunos de los resultados preliminares permiten observar que existen diferencias entre los alumnos, en una o más de las siguientes variables:

1. Actitud hacia el uso de las TIC
2. Creencias sobre la facilidad y la utilidad de las TIC
3. Intenciones de uso de las TIC
4. Conocimiento de las TIC

El cuestionario está estructurado de la siguiente manera:

Secciones	Descripción	Tipo de Reactivo
Datos Generales		
Sección A	• Nivel de manejo de la tecnología • Manejo de programas de cómputo	Escala de Likert
Sección B	• TIC que conoce y dónde las utiliza	Escala de Likert
Sección C	• Frecuencia de uso en determinadas actividades	Escala de Likert
Sección D	• Percepción de las TIC • Identificación con el uso de las TIC • Disposición hacia el uso de las TIC • Disponibilidad de la Infraestructura Institucional	Escala de Likert
Sección E	• Intervención de la Administración	Escala de Likert
Sección F	• Gusto por la adquisición de conocimientos y habilidades para el uso de las TIC	Opcional y respuestas semi-cerradas
Sección F1	• Factores que inciden en la incorporación de las TIC en la práctica docente	Opcional, respuestas semi-cerradas y respuestas abiertas

Estructura del cuestionario de apropiación de TIC.

RESULTADOS DEL ESTUDIO DIAGNÓSTICO.

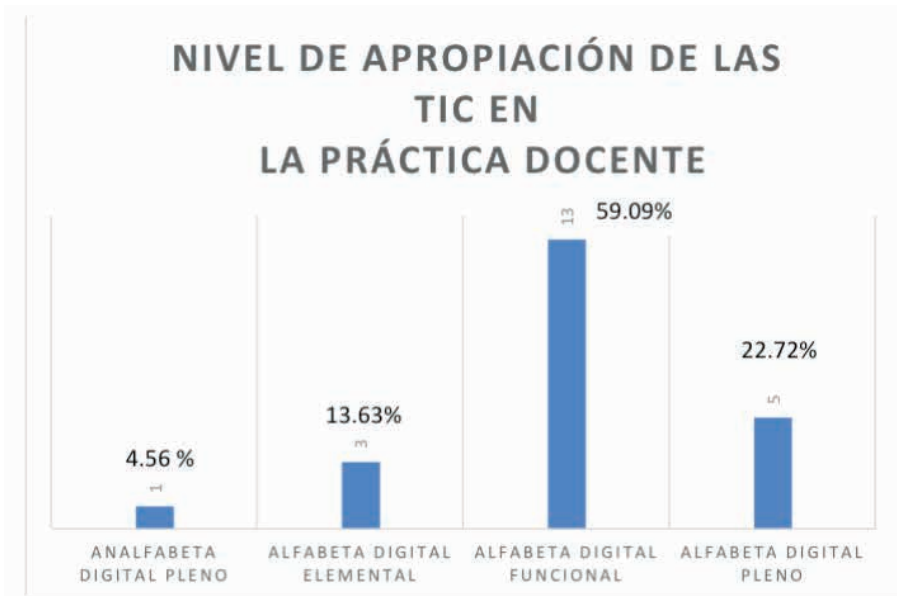
El estudio partió suponiendo que existen diferentes perfiles dentro del alumnado. Con estos perfiles, también era de esperarse que hubiera distintas necesidades y condiciones para la adopción y aplicación de las TIC, lo cual implica que se requerirán distintas estrategias para fomentar un mayor y mejor uso de dichas tecnologías.

Para términos del instrumento diagnóstico de ahora en adelante se le llamará docente a los alumnos encuestados de la licenciatura.

Niveles tipológicos.

Con el fin de conocer cómo se distribuyen los docentes entre los distintos niveles contemplados en la tipología de apropiación tecnológica de Llanes(2010), fue necesario conocer en qué actividades de su quehacer cotidiano aplican sus conocimientos y uso de las TIC, aspecto que fue incluido en el cuestionario (Sección C). En efecto, los reactivos incorporados en esa sección permiten identificar en qué nivel del proceso de apropiación

(aceptación, rutinización, o apropiación) se encuentran estos docentes.

Una primera aproximación de la distribución de los entrevistados entre los distintos niveles se muestra en la siguiente gráfica.

El 4.56% del grupo entrevistado se ubica en el nivel tipológico de **Analfabeta digital pleno**, que representa a los docentes que o bien desconocen las TIC (que no es el caso), o bien manifiestan resistencia hacia su aprendizaje y uso.

En relación con las características actitudinales, los primeros no cuentan con habilidades para usarlas y muestran inseguridad al decidir sobre si tomar cursos de formación en TIC; por consiguiente, estos profesores no se sienten capaces de utilizarlas. La mayoría de ellos cree que las TIC no son aplicables en su quehacer docente y consideran que aprender a utilizarlas implica una inversión de tiempo que aumenta su carga laboral.

Por su parte, los docentes que pertenecen a la segunda categoría, es decir aquellos que conocen algunas TIC pero no las utilizan, tampoco tienen disposición para adoptarlas ni para incorporarlas en su labor de enseñanza; subestiman su potencial y las consideran innecesarias en la formación de sus alumnos.

El 13.63% se encuentra en el nivel tipológico **Alfabeta digital elemental**; es decir, se trata de docentes que conocen y usan las tecnologías; que ya han iniciado su incorporación en su trabajo magisterial. El empleo que hacen de estas herramientas en el aula es mediante aplicaciones básicas.

En relación con las características actitudinales de los profesores que conocen las TIC pero las utilizan en ámbitos personales, se encontró que en cuanto su uso, conocen las TIC pero las utilizan en ámbitos personales. A pesar de que las tecnologías son

incorporadas de manera incipiente en su actividad docente, estos alumnos mantienen una actitud optimista hacia los programas de capacitación y formación que se ofrecen en la institución.

El 59.09% corresponde al nivel tipológico **Alfabeta digital funcional**, integrado por aquellos docentes que poseen conocimientos de las TIC en cuanto a su aplicación en el aula como los siguientes software: Kahoot!, Hot Potatoes, Webquest, Jclic, Podcast entre otros y con respecto a su uso, estas son de manera frecuente, de tal forma que la incorporación en su práctica es cotidiana y constante, sin embargo; en sus comentarios piden cursos avanzados para estar más especializados en estos software de autor en su mayoría.

Este grupo se diferencia del anterior en que existe una **mayor frecuencia de uso** y, por lo mismo, se facilita su operacionalización, ocasionando o promoviendo la necesidad de adquirir conocimientos más elevados en cuanto a las aplicaciones tecnológicas para diseñar material didáctico digital en apoyo a sus clases. En este nivel, el uso de estas herramientas pasa de ser algo excepcional a formar parte de la cotidianeidad del profesor.

En relación con las **características actitudinales**, se trata de docentes que conocen y utilizan las TIC de manera continua; son entusiastas y participan regularmente en los cursos que la institución ofrece y sirven de modelo para los demás. Una característica adicional de este grupo es que empiezan a elaborar su propio material didáctico digital.

Es importante puntualizar dos variables que tienen una correlación significativa: edad y uso. Respecto a la edad de acuerdo con el INEGI, en el 2020, la población en México hizo uso de las TIC, cerca de 50 millones corresponde a niñas, niños y adolescentes de 6 a 19 años de edad. El 22.5% utilizó computadora, el 33.5% celular y el 44% accedió a internet (INEGI, 2021). Lo anterior respalda ampliamente la tendencia de los resultados que se obtuvieron de los encuestados, dado que están en un rango entre 19-21 años de edad en este 2023 y están 100% dispuestos a seguir adquiriendo estas habilidades tecnológicas.

En cuanto al uso incremental que le están dando a sus habilidades tecnológicas se aceleró en el período de pandemia (COVID-19), dando un gran salto a modalidades alternas de aprendizaje, en este caso al aprendizaje en línea, teniendo que usar plataformas digitales como aulas virtuales. Este joven grupo encuestado cuenta con el 100% de disponibilidad para adquirir conocimientos y habilidades para el uso de las TIC por medio de cursos y talleres presenciales (70.59%), así como, asesorías personalizada en modalidad presencial (83.33%). Se les facilitaría incorporar estos saberes si se les brindan cursos con horarios flexibles (59.1%), así como facilidad en el acceso en el centro de cómputo de la institución (77.3%) respaldado con apoyo técnico (59.1%). Ellos perciben las TIC como una valiosa herramienta que les ha permitido innovar procesos de enseñanza-aprendizaje dentro sus clases (68.18%), compartir y difundir sus experiencias docentes (54.55%) llegando a re conceptualizar su proceso docente (86.36%).

En palabras de los encuestados, comentan que el uso de las TIC enriquece su

práctica educativa, por lo cual consideran importante la formación de los docentes en esta área para adquirir herramientas y habilidades funcionales para poner en práctica en su labor en las aulas de clase y así, favorecer el proceso de enseñanza-aprendizaje. No omiten, el comentario que debe preocupar a los altos tomadores de decisiones en la Secretaría de Educación Pública respecto a que, en la mayoría de los centros de trabajo (escuelas primarias de gobierno), no se cuenta con la tecnología mínima para poder llevar a cabo su labor, a través de las TIC, por lo que ellos se las deben ingeniar para sacar adelante su programa aun cuando ya lo hayan preparado en esta modalidad.

Esta encuesta de apropiación tecnológica de los docentes, pudo rescatar una necesidad en cuanto al conocimiento y uso que llamó mucho la atención en los resultados de la encuesta, que a pesar que ellos manejan con gran habilidad softwares especializados en su área como docentes, tienen un específico vacío en otros softwares de corte básico, ya que el adecuado manejo de herramientas ofimáticas no lo contemplan en sus habilidades. Por lo que, se recomienda una actualización de sus conocimientos de este software por medio de una certificación Microsoft Office Specialist, la cual incluye desde un procesador de palabras hasta una hoja de cálculo y un software de presentaciones, cubriendo de esta manera las peticiones hechas a través, de las preguntas abiertas que contempla el presente cuestionario.

Finalmente, el 22.72% restante corresponde al nivel tipológico **Alfabeta digital pleno**, el cual representa a los docentes que se han apropiado de las TIC de una forma incremental, generando cierto grado de estandarización en sus procesos; estos docentes comparten sus trabajos y experiencias a través de redes colaborativas llegando a la reconceptualización de algunos de sus procesos de enseñanza.

En relación con las características actitudinales, son aquellos profesores que continuamente están indagando acerca de las novedades tecnológicas y de nuevos métodos de enseñanza a través de estas para incorporarlos a su quehacer docente. Se comunican a través de redes digitales, con otras personas similares externas al sistema para compartir sus experiencias.

Finalmente, cabe mencionar que éste es un grupo en el que existe automotivación para seguir descubriendo nuevos usos y poder incorporarlos a su quehacer cotidiano.

Naturalmente, es posible considerar este hallazgo como una fortaleza de la institución, ya que significa que sus docentes no perciben a las TIC como herramientas extrañas a su bagaje y, por ende, no será difícil implantar medidas tendientes a incrementar su uso y fomentar su inserción en la docencia.

CONCLUSIÓN

Se tiene que el 59.09% de los docentes incluidos en este estudio corresponden al nivel tipológico **Alfabeta digital funcional.** Docentes que están en el 100% de disposición

para adquirir nuevos y especializados conocimiento en cuanto a aplicaciones para elaborar su material didáctico digital, por medio de cursos y talleres presenciales (70.59%), así como, asesorías personalizadas en modalidad presencial (83.33%). Se les facilitaría incorporar estos saberes si se les brindan cursos con horarios flexibles (59.1%), así como facilidad en el acceso en el centro de cómputo de la institución (77.3%) respaldado con apoyo técnico (59.1%). Ellos perciben las TIC como una valiosa herramienta que les ha permitido innovar procesos de enseñanza-aprendizaje dentro sus clases (68.18%), compartir y difundir sus experiencias docentes (54.55%) llegando a reconceptualizar su proceso docente (86.36%).

Con la pandemia, pudieron hacer un salto cuántico a modalidades que tal vez en 10 años pudieran haber accedido según el ritmo de apropiación tecnológica que teníamos antes de la pandemia, sin embargo; en cuanto a conocimientos básicos se detectó un preocupante vacío, por lo que se recomienda se les brinde una certificación en Microsoft Office Specialist. Teniendo de esta manera, al 59.09% de los docentes listos para entrar al siguiente nivel tipológico de apropiación de las TIC en su práctica docente.

Las TIC, por sí mismas, no van a cambiar la educación, pero indudablemente pueden ser una herramienta que permita llevar a cabo innovaciones educativas. Estas herramientas, como hemos presentado, ofrecen nuevas alternativas para el sistema educativo.

Sin embargo, una adecuada introducción de estas tecnologías en la educación, debe obedecer a un proyecto educativo muy bien delimitado, y debe estar guiada por objetivos claramente definidos. Cada uno de los usuarios deberá encontrar las respuestas a sus propias necesidades y escoger las aplicaciones que más le convengan para la consecución de sus objetivos.

REFERENCIAS

Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES) (2005). Acciones de Transformación de las Universidades Públicas.

Delors, Jacques (1996). La educación encierra un tesoro. México: Ediciones UNESCO.

Llanes, Charlotte (2010). Tesis Doctoral Maestro hoy, ¿Analfabeta Digital Mañana?. Diseño de una Tipología de Apropiación de Tecnologías de Información y Comunicaciones (TIC) en la práctica docente: el caso de la Universidad Autónoma de Campeche (UAC). UNAM, 2010.

Muñoz, Humberto y Roberto Rodríguez (2004). La Educación Superior en el contexto actual de la sociedad mexicana. México, D. F.: Miguel Ángel Porrúa.

Saga, V. L. y Zmud, R. W. (s.f.). The nature and determinants of IT acceptance, routinization, and infusion. Trabajo presentado en TC-8 Conference. Amsterdam North Holland (1994).

Suárez, María Herlinda (2005). Jóvenes Mexicanos en la feria del mercado de trabajo. México, D. F.: Miguel Ángel Porrúa.

Rogers, Everett (2003) Diffusion of Innovations. 5a. Edición. Free Press. New York.

Tejedor, F. y García, A. (2006). Competencias de los profesores para el uso de las TIC en la enseñanza. Análisis de sus conocimientos y actitudes. Revista española de pedagogía, año LXIV, Núm. 233, enero-abril 2006, 21-44

Toffler, Alvin (1980) La tercera Ola. Plaza y Janes, Barcelona, España.

Valle Sánchez. (1998). En Vázquez Gómez, G. (1987). Educar para el siglo XXI.

CAPÍTULO 6

EVALUACIÓN DE LAS IMPLICACIONES ECONÓMICAS DEL COMPORTAMIENTO DEL DÓLAR EN LAS ZONAS FLORICULTORAS

Data de submissão: 06/10/2023 *Data de aceite: 01/11/2023*

Diego Omar Guevara Torrecillas
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Magister en Fiscalidad Internacional
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0002-4110-7088

William Valencia Rivera
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Magister en Dirección y Gestión Financiera
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0002-5642-7236

Judith Patricia Garzón Lozano
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Magister en Educación
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0001-8489-8185

Liliana Pardo Herrera
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Magister en Educación
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0002-8582-6447

Gina Patricia Cleves
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Magister en Educación
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0003-4982-4329

Jenni Arango Celis
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Magister en Educación
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0002-1773-2051

Yeymy Lizeth Estrada Orozco
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Magister en Educación
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0002-1045-9152

Andrés Felipe Ortiz
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Magister en Gerencia Financiera y Tributaria
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0009-0007-0428-0213

Luz Mery Celis Murcia
Corporación Universitaria Minuto de Dios – UNIMINUTO, Magister en Dirección y Gestión Financiera
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0003-3595-5096

María Ximena Salazar Chambo
Corporación Universitaria Minuto de Dios – UNIMINUTO, Magister en Dirección Estratégica
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0002-3350-9263

Ingrid Lizeth Riveros Andrade
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Estudia Contaduría Pública
Neiva-Huila-Colombia
https://orcid.org/0000-0003-0271-3218

Luisa Fernanda Becerra Amézquita
Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Estudia Contaduría Pública
Madrid-Cundinamarca-Colombia
https://orcid.org/0000-0002-8146-6712

RESUMEN: Partiendo de las bases teóricas y tomando en consideración investigaciones previas, se analiza el comportamiento del dólar y su impacto en la economía del municipio de Madrid – Cundinamarca - Colombia. Esta población es reconocida por su gran exportación de flores a nivel mundial, y también alberga otras industrias que se centran en el almacenamiento y transporte de mercancías, así como en operaciones industriales tanto en el mercado nacional como internacional. Esta situación ha convertido al dólar en un elemento fundamental en el intercambio de moneda extranjera en el país, especialmente en importaciones y exportaciones, y ha impulsado su uso en pagos internacionales debido a su capacidad para generar mayores rendimientos para las empresas. Para llevar a cabo esta investigación, se recopiló información a través de diversas fuentes, que incluyen la investigación de datos, encuestas, el análisis de documentos y literatura especializada, y la revisión de revistas virtuales relacionadas con diferentes sectores económicos. El estudio se enfoca en resaltar los sectores económicos locales, con especial énfasis en la industria floricultora, que tiene un impacto social, ambiental y económico significativo en este municipio. Además, se abordan aspectos generales relacionados con la influencia del dólar en estos sectores. Se utiliza una base sólida de teoría y trabajos de investigación previos para analizar el papel del dólar en la economía local. Se destaca la importancia de la industria floricultora y se subraya el impacto del dólar en el intercambio de moneda y las operaciones económicas locales e internacionales. La investigación se basa en una amplia recopilación de datos y fuentes bibliográficas, lo que le otorga credibilidad y profundidad al análisis de los sectores económicos locales y su relación con el dólar.
PALABRAS CLAVE: Comercio internacional – exportaciones – intercambio divisas – crecimiento económico - sector floricultor

EVALUATION OF THE ECONOMIC IMPLICATIONS OF THE BEHAVIOR OF THE DOLLAR IN FLOWER GROWING AREAS

ABSTRACT: Starting from the theoretical bases and taking into consideration previous research, the behavior of the dollar and its impact on the economy of the municipality of Madrid - Cundinamarca - Colombia will be analyzed. This town is recognized for its large export of flowers worldwide, and is also home to other industries that focus on the storage and transportation of goods, as well as industrial operations in both the national and international markets. This situation has made the dollar a fundamental element in the exchange of foreign currency in the country, especially in imports and exports, and has promoted its use

in international payments due to its ability to generate higher returns for companies. To carry out this research, information was collected through various sources, including data research, surveys, analysis of documents and specialized literature, and review of virtual journals related to different economic sectors. The study focuses on highlighting the local economic sectors, with special emphasis on the flower industry, which has a significant social, environmental and economic impact in this municipality. In addition, general aspects related to the influence of the dollar in these sectors are addressed. A solid foundation of theory and previous research work is used to analyze the role of the dollar in the local economy. The importance of the flower industry is highlighted and the impact of the dollar on currency exchange and local and international economic operations is underlined. The research is based on an extensive collection of data and bibliographic sources, which gives credibility and depth to the analysis of local economic sectors and their relationship with the dollar.
KEYWORDS: International trade – exports – currency exchange – economic growth – flower sector

1 I INTRODUCCION

En la actualidad, el comportamiento del dólar estadounidense desempeña un papel central en las esferas económicas y en las estructuras de los mercados internacionales (Valdés, 2023), afectado el equilibrio de los sistemas económicos, facilitando transacciones globales y siendo crucial en la producción y comercialización de bienes. Además, las flores de Colombia ejercen un liderazgo en el comercio internacional siendo protagonistas en ciudades como Seul y Tokio mediante una estrategia de posicionamiento que asegura su presencia y visibilidad internacional (PORTAFOLIO, 2021). En este contexto, se analizan las implicaciones económicas del dólar en Madrid, Cundinamarca, un municipio estratégico con alta demanda en la comercialización de flores y adquisición de insumos para el sector agroindustrial y manufacturero, que cuenta con una red logística eficiente gracias a su cercanía a Bogotá D.C., fortaleciendo su posición en el comercio global (Pérez, 2022).

Esta dinámica crucial contribuye significativamente al empleo y la sostenibilidad regional estableciendo una cadena de valor competitiva gracias a la creciente demanda y la apertura de mercados internacionales, impulsando las exportaciones e importaciones (Fonseca, 2022). De esta manera, según Castro Peñuela et al, (2023) el comportamiento del dólar estadounidense desempeña un papel esencial en la economía local, influyendo constantemente en la competitividad en los mercados internacionales y siendo el principal comprador en la economía colombiana, especialmente desde la firma del Tratado de Libre Comercio (TLC) en junio de 2007.

Desde entonces, el crecimiento económico ha experimentado un incremento constante a lo largo del tiempo, destacando a Madrid, Cundinamarca, como uno de los principales municipios exportadores de Colombia (Sánchez, et al, 2022), con un enfoque primordial en la floricultura dirigida principalmente hacia mercados estadounidenses y otros internacionales. Esta orientación estratégica ha contribuido de manera significativa

a determinar los factores y disponibilidad en la producción y comercialización de flores e insumos, generando un notable aumento en los últimos 13 años en los escenarios internacionales y posicionando a Colombia como líder mundial en exportación de flores. Este proyecto tiene como objetivo analizar, mediante análisis documentales y argumentos teóricos, la influencia del dólar en el mercado local y su impacto en la relación entre precios, producción, insumos y mercado laboral (Goodman, 2019). También se aplica un instrumento a expertos en economía para explorar su perspectiva sobre el mercado de divisas extranjeras y su influencia en la economía de Madrid, arrojando luz sobre las complejas interacciones entre el comportamiento del dólar y la economía local en dicha región (Briceño Villegas, et al. 2022).

2 I DESARROLLO

En el departamento de Cundinamarca, Colombia, se encuentra el municipio de Madrid, cuya economía se centra en la agricultura y la ganadería, destacando en la producción de leche, flores y productos agrícolas (Mejía Delgadillo et al., 2019). Es un motor clave en la región de la Sabana, impulsando los sectores de exportación agrícola, ganadero, floricultor y desarrollo industrial y comercial. Esta investigación arroja luz sobre cómo las fluctuaciones del dólar afectan la economía local, destacando su influencia en diversos sectores productivos y su papel en la generación de empleo y el desarrollo industrial.

La floricultura en los últimos años ha surgido como un pilar esencial de la economía local y nacional, con un enfoque en la exportación sostenible que ha impulsado la creación constante de empleo. El dólar estadounidense desempeña un papel crucial en esta dinámica, respaldando el crecimiento de empresas, fincas agrícolas y unidades industriales en la producción y construcción. Esta investigación se enfoca en analizar el impacto del dólar en las condiciones laborales de estos sectores, proporcionando una comprensión más profunda a través de análisis de datos y encuestas, con el objetivo de ofrecer una visión detallada de la economía local y su relación con la moneda. estadounidense.

Santiago (2012) realizó una investigación específica centrada en el sector floricultor de Madrid, Cundinamarca, con el propósito de diagnosticar la competitividad de esta industria en el municipio. Este estudio abordó cada aspecto que conforma la competitividad según Michael Porter, evaluando la ubicación geográfica, las condiciones de infraestructura y aspectos demográficos como la edad y el nivel educativo de la población local. También se analizaron las condiciones de la demanda, destacando que los consumidores locales no suelen estar dispuestos a pagar precios internacionales ni están educados para exigir altos estándares de calidad. Además, se examinaron los sectores relacionados y auxiliares, haciendo énfasis en las complejas relaciones, especialmente con la industria agroquímica y los desafíos asociados al control de los precios de los insumos. Por último, se mencionó que

las empresas competidoras en este sector tienden a adoptar una estructura que promueve la creación de micro, pequeñas y medianas empresas (Mipymes) de carácter familiar, que son reacciones para compartir el conocimiento acumulado a lo largo del tiempo.

En el contexto colombiano, el comportamiento del dólar se relaciona con diversos factores, siendo el precio del petróleo uno de los principales. Durante la pandemia de COVID-19, el dólar experimentó un debilitamiento gradual en comparación con otras monedas debido a las expectativas sobre la economía estadounidense. La macroeconomía colombiana se ve afectada por la conducta de los canales de apertura a otras economías mundiales, y las fluctuaciones del tipo de cambio están relacionadas con las diferencias entre los niveles de precios internos y externos (Cardozo Ortiz, 2019), según la Teoría de la Paridad del Poder Adquisitivo.

En la actualidad, el comportamiento del dólar estadounidense es de vital importancia en las transacciones globales. Esta investigación se enfoca en analizar su influencia en la economía regional, destacando su papel en la generación de empleo y el desarrollo industrial. El dólar impulsa el crecimiento económico a nivel mundial y atrae a inversores extranjeros, afectando a empresas de todos los tamaños. Su alto valor frente al peso colombiano en las importaciones de diversos productos, incluyendo alimentos básicos, conduce a aumentos de precios en el sector productivo. Además, resulta pertinente mencionar que actualmente el interés por la inversión en la bolsa de valores ha venido en aumento tanto a nivel nacional como internacional debido a preconceptos de fácil obtención ganancias. (Perrilla y Villalva, 2023).

Por otro lado, la región se beneficia del aumento en las exportaciones e inversiones que hacen del dólar estadounidense un pilar de la economía colombiana. Estados Unidos es su principal comprador, y esta moneda respalda el desarrollo de los sectores industriales y floricultores del municipio de Madrid, con exitosas exportaciones que tienen un impacto a nivel mundial.

En los últimos años, la floricultura se ha convertido en un pilar esencial de la economía tanto a nivel local como nacional. Su enfoque en la exportación sostenible ha generado empleo de manera constante en el municipio. Esta investigación se enfoca en el impacto del dólar estadounidense en las condiciones laborales, impulsando la creación de empleo y el crecimiento de empresas, fincas agrícolas y unidades industriales en la producción y construcción. El objetivo principal es resaltar la contribución de estos sectores mediante análisis de datos y encuestas, proporcionando una comprensión más profunda del comportamiento del dólar y las experiencias de estos sectores a través de métodos cualitativos, para obtener una visión detallada de la economía local.

La floricultura en los últimos años ha experimentado un auge en el municipio de Madrid, convirtiéndose en una fuente importante de empleo y desarrollo económico en la región. El dólar estadounidense desempeña un papel fundamental en esta industria, ya que afecta los costos de producción, las exportaciones y la competitividad en los mercados

internacionales.

Según Jiménez y Aguilera (2021) en publicación reciente, propone que la tasa de cambio se ajusta no solamente para equilibrar las diferencias en precios entre Estados Unidos y Colombia, sino también para equilibrar una tercera variable, en este caso el precio del petróleo WTI.

En los últimos años, la floricultura ha surgido como un pilar esencial de la economía local y nacional, con un enfoque en la exportación sostenible que ha impulsado la creación constante de empleo en Madrid. El dólar estadounidense desempeña un papel crucial en esta dinámica, respaldando el crecimiento de empresas, fincas agrícolas y unidades industriales en la producción y construcción. Esta investigación se enfoca en analizar el impacto del dólar en las condiciones laborales de estos sectores, proporcionando una comprensión más profunda a través de análisis de datos y encuestas, con el objetivo de ofrecer una visión detallada de la economía local y su relación con la moneda. estadounidense.

En resumen, en los últimos años, la floricultura ha experimentado un notable ascenso en el municipio de Madrid, convirtiéndose en una fuente de empleo y desarrollo económico de importancia crucial en la región. El dólar estadounidense desempeña un papel fundamental en esta industria, dado su impacto en los costos de producción, las exportaciones y la competitividad en los mercados internacionales. A nivel nacional, el comportamiento del dólar tiene implicaciones profundas en la economía colombiana, influenciado por factores como el precio del petróleo y las expectativas sobre la economía estadounidense. Su papel en las transacciones globales y su influencia en la generación de empleo y el desarrollo industrial son aspectos esenciales para considerar en la evaluación de la economía local y su relación con la moneda estadounidense.

3 I METODOLOGIA

En esta investigación, se ha recopilado información de naturaleza cualitativa descriptiva y cuantitativa explicativa (Lahitte, et al, 2013). Este análisis se apoya en documentos y estadísticas proporcionadas por diversas fuentes, incluyendo la Cámara de Comercio y la alcaldía de Madrid, Cundinamarca, entre otras instituciones relevantes. Posteriormente, se realiza una evaluación inicial de la información contenida en los documentos recopilados, con el objetivo de comprender cómo las empresas exportadoras e importadoras contribuyen a la economía local y participan en las transacciones que involucran la moneda estadounidense.

Este documento se enfoca en destacar cómo dos sectores específicos ejercen una influencia significativa en la economía local y son fundamentales para el crecimiento y desarrollo económico, social y ambiental (Duque, 2021). Dentro de estos sectores, se observa una competencia constante y la implementación de estrategias que se reflejan en sus operaciones a nivel local, nacional e internacional.

4 | RESULTADOS

Con el propósito de evaluar el impacto del dólar en la economía local de Madrid, Cundinamarca, se administraron cuestionarios a seis economistas de la Universidad de Pamplona y la Universidad Nacional Abierta ya Distancia. Esta evaluación, respaldada por una revisión de la literatura y la percepción de la comunidad, arrojó los siguientes resultados:

Crecimiento continuo de la floricultura: La investigación ha destacado que la floricultura se ha convertido en un pilar esencial de la economía local y nacional. Esto sugiere que, en el futuro, podemos esperar un crecimiento continuo de esta industria en la región de Madrid, Cundinamarca. El enfoque en la exportación sostenible seguirá impulsando la creación de empleo y el desarrollo económico.

Influencia sostenida del dólar: El dólar estadounidense desempeña un papel crucial en la dinámica de la floricultura. Esperamos que su influencia en los costos de producción, las exportaciones y la competitividad en los mercados internacionales continúe siendo relevante en los próximos años (Drenik y Pérez, 2021).

Generación de empleo y desarrollo industrial: El impacto del dólar en la creación de empleo y el crecimiento de empresas, fincas agrícolas y unidades industriales relacionadas con la producción y construcción es evidente. Proyectamos que este efecto positivo en las condiciones laborales se mantendrá, lo que contribuirá al desarrollo de la región.

Mayor competitividad en los mercados internacionales: La influencia del dólar en la competitividad de las flores colombianas en los mercados internacionales continuará siendo un factor clave para el éxito de las exportaciones. Esto podría llevar a un aumento en las ventas en el extranjero y un mayor desarrollo de la industria.

Vulnerabilidad a las fluctuaciones del dólar: Dado que se ha identificado que la economía local es vulnerable a las fluctuaciones del dólar, es probable que las empresas y productores busquen estrategias para mitigar los riesgos asociados con el tipo de cambio. Un enigma de larga data es el comportamiento casi aleatorio de los tipos de cambio. La literatura reciente ha propuesto modelos para pronosticar los tipos de cambio a mediano y largo plazo. (Engel y Yeung, 2023)

Inversiones en infraestructura y desarrollo industrial: Dado que el dólar atrae inversores extranjeros y respalda el desarrollo de sectores industriales y floricultores, podemos proyectar un aumento en las inversiones en infraestructura y desarrollo industrial en la región de Madrid.

Impacto en la economía colombiana: A nivel nacional, el comportamiento del dólar seguirá teniendo implicaciones profundas en la economía colombiana en su conjunto. Factores como el precio del petróleo y las expectativas sobre la economía estadounidense comenzarán influyendo en la tasa de cambio y, por lo tanto, en la economía del país.

5 I DISCUSION Y CONCLUCIONES

Los resultados de la investigación corroboran las afirmaciones de la literatura económica y teórica en varios aspectos. En primer lugar, se destaca la importancia del dólar en la economía local de Madrid, Cundinamarca, y cómo las fluctuaciones en su valor pueden tener un impacto significativo en la región. Además, se evidencia que el dólar influye en diversos sectores productivos, incluyendo la agricultura y la industria, como la floricultura, lo que coincide con los hallazgos previos sobre su influencia en distintos ámbitos económicos.

En segundo lugar, se demuestra que el dólar desempeña un papel clave en la generación de empleo y el desarrollo industrial en el municipio, alineándose con la literatura que enfatiza su contribución al crecimiento económico y la atracción de inversión extranjera. También se identifican factores como el precio del petróleo y la situación económica de Estados Unidos como determinantes del comportamiento del dólar, lo cual concuerda con las investigaciones previas sobre los factores que influyen en su valor.

Además, se subraya la necesidad de fortalecer la competitividad de las exportaciones, en sintonía con la literatura que aboga por mejorar la capacidad exportadora de un país. Asimismo, se plantea la importancia de desarrollar estrategias para mitigar la devaluación de la moneda local, un aspecto relevante respaldado por la literatura. Se hace necesario realizar análisis de coyuntura del sector agropecuario para apreciar su dinámica y orientar las actividades de investigación con miras a hacerlo más competitivo (Martínez Reina, et al. 2022). Existe la necesidad de proporcionar conocimientos técnicos modernos sobre el manejo posterior a la cosecha y capacitación técnica y práctica a los productores de flores (Ritu y Bhatia, 2022). La información y la educación sobre la comercialización mejorarán la capacidad de los cultivadores actuales y potenciales de flores cortadas para evaluar adecuadamente el potencial de ganancias de sus decisiones y ayudar con la sostenibilidad a largo plazo de sus operaciones agrícolas (Curtis y Stock, 2023).

En la sección de conclusiones, se enfatiza la marcada influencia del dólar en la economía local, especialmente en el sector floricultor de Colombia, destacando su relevancia económica y su impacto en la generación de empleo, la seguridad social y la competitividad empresarial. Además, se menciona cómo la ubicación geográfica de Madrid, Cundinamarca, contribuye al crecimiento y desarrollo regional, facilitando la creación de parques industriales y proyectos que mejoran la infraestructura local.

Sin embargo, se identifican desafíos importantes, como la escasez de mano de obra en el sector floricultor debido a largas jornadas laborales y su naturaleza estacional. La deficiencia en la infraestructura vial también se señala como un problema que afecta a la región. Además, se menciona el aumento de la inmigración y la falta de mano de obra calificada como desafíos adicionales a enfrentar. En conjunto, la investigación respalda la relevancia del dólar en la economía local y regional, así como los beneficios y desafíos que

esto conlleva.

REFERENCIAS

Andrés Drenik y Diego J. Pérez. (2021). Domestic price dollarization in emerging economies. Journal of Monetary Economics, 122, 38-55. https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2021.07.002

Briceño, M. V., Villalba, C. D. H., & Runcería, A. L. G. (2022). Empresas extranjeras y apropiación del territorio: inserción a la economía mundo, caso Colombia siglo XX. Quirón. Revista de Estudiantes de Historia, (Especial), 47-64. http://168.176.97.103/ojs/index.php/quiron/article/view/452

Cardozo, P. (2019). Learning from experience in Colombia. Foreign Exchange Intervention in Inflation Targeters in Latin America, 137. International Monetary Fund. https://books.google.com.mx/books?hl=es&lr=&id=8p4ZEAAAQB AJ&oi=fnd&pg=PA137&dq=Change+in+the+va lue+of+the+dollar+in+Colombia&ot s=AFLq56oHEn&sig=oygxiQocUlTSAjs5OTmCzC10wi8#v=onepage&q&f=false

Castro Peñuela, W. O., Núñez Gutiérrez, D. K., & Alfonso Hernández, O. A. (2023). TLC Colombia – Estados Unidos: el tratado y su visión agrícola, retos, ventajas y problemáticas: FTA Colombia - United States: The treaty and the agricultural vision, challenges, advantages and problems . LATAM Revista Latinoamericana De Ciencias Sociales Y Humanidades, 4(2), 582–601. https://doi.org/10.56712/latam.v4i2.633

Charles Engel, Steve Pak Yeung Wu (2023), Forecasting the U.S. Dollar in the 21st Century, Journal of International Economics, 141,103715. https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2023.103715.

Curtis, K. y Stock, M. (2023). Research Report: Growing a New Cut Flower Industry: Market Needs and Preferences, Journal of Food Distribution Research, 54(1), pp. 1 – 7. https://www.fdrsinc.org/wp-content/uploads/2023/04/JFDR54.1_1_Curtis.pdf

Duque - Castaño, Y. P. (2021). Determinación de las exportaciones del sector floricultor del municipio de Rionegro, Antioquia. Revista Científica Profundidad Construyendo Futuro, 17(17), 1–9. https://doi.org/10.22463/24221783.3696

Fonseca Carreño, N. E. (2022). MORA DE CASTILLA: CADENA DE VALOR PARA CONTRIBUIR A LA COMPETITIVIDAD DE LA PROVINCIA DEL SUMAPAZ EN CUNDINAMARCA (COLOMBIA. https://doi.org/10.36436/9789585195516

Gonzalo Mejía, William Guerrero, Alfonso Sarmiento, Nathalia Serrano, Margarita Sarmiento, Camila Sánchez. (2019). Delivery of perishable export products in smart cities: A case study in bogotá (colombia). Procedia Manufacturing, Volume 39, 1946-1952. https://doi.org/10.1016/j.promfg.2020.01.237

Goodman, P. S. (2019, February 25). Why is the dollar still the world's currency? The New York Times. https://www.nytimes.com/es/2019/02/25/espanol/dolar-moneda-precio.html

Jiménez Méndez, E. R., & Aguilera Peña, N. (2021). Aplicación de la hipótesis de paridad de poder adquisitivo en el pronóstico de la tasa de cambio del peso colombiano contra el dólar estadounidense. Revista De Métodos Cuantitativos Para La Economía Y La Empresa, 32, 29–48. https://doi.org/10.46661/revmetodoscuanteconempresa.4476

Lahitte, H. y Sánchez Vázquez, M. (2013). Tratamiento de resultados en diseños cualitativos: La aplicación del Análisis Descriptivo. Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales 3(2). https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6157/pr.6157.pdf

Martínez Reina, A. M., Tordecilla Zumaqué, L., Del Valle Rodriguez Pinto, M., & Grandett Martinez, L. M. (2022). Análisis del desempeño del sector agropecuario colombiano: período 2005- 2020. Revista De Investigación E Innovación Agropecuaria Y De Recursos Naturales, 9(1), 42–51. https://doi.org/10.53287/ggti7139dp37w

Pérez Mora, D. (2022). Boletín Económico Regional. Bogotá; III trimestre de 2022. Sección de Sucursales Regionales de Estudios Económicos, Departamento Técnico y de Información Económica, Banco de la República. https://doi.org/10.32468/ber-bog.tr3-2022

Perilla Domínguez, O. D., & Villalba Perdomo, C. E. (2023). Desarrollo de prototipo web para la predicción del dólar estadounidense y el euro respecto al peso colombiano y Bitcoin respecto al dólar estadounidense a través de series temporales y técnicas de Deep Learning. https://repositorio.ucundinamarca.edu.co/handle/20.500.12558/4631

Portafolio (2021, 01 de diciembre) Asocolflores busca posicionar flores colombianas en mercado asiático, https://www.portafolio.co/internacional/asocolflores-busca-posicionar-flores-colombianas-en-mercado-asiatico-559159

Ritu, y Bhatia J.K. (2022). Trends in Area, Production and Productivity of Flower Crops in Haryana, Indian Journal of Economics and Development, 18(4), 812-821. https://doi.org/10.35716/IJED/22171

Sánchez-Ordoñez, S. A., y Pyszczek, O. L. (2022). Los floricultivos de la Sabana de Bogotá y su relación con la avifauna: una mirada desde los municipios de Madrid, El Rosal y Facatativá. Revista U.D.C.A Actualidad & Divulgación Científica, 25(2). https://doi.org/10.31910/rudca.v25.n2.2022.1824

Santiago Romero, D. H., & MONTOYA RESTREPO, I. V. Á. N. (2011). El perfil competitivo local como factor determinante para el desarrollo de la floricultura en Madrid (Cundinamarca). Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión, 19(2), 25-43. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-68052011000200003&script=sci_arttext

Valdés, F. S. (2023). Oro, dólar e imperio. RUTH. https://books.google.com.mx/books?hl=es&lr=&id=dz6oEAAAQBAJ &oi=fnd&pg=PT2&dq=Oro,+d%C3%B3lar+e+imperio&ots=6WHgmU_9wN&sig=CW2udxqIxzmNnmB4NCQ24b98xLM

CAPÍTULO 7

ESTRATEGIAS DE GESTIÓN APLICADAS A UN SISTEMA INFORMATIZADO PARA LA BÚSQUEDA DE PERSONAS EN INTERNET Y EL DERECHO A LA PRIVACIDAD EN LAS ORGANIZACIONES

Data de submissão: 06/10/2023 *Data de aceite: 01/11/2023*

Giselle Guillermo Chuc
Doctor en Gestión Administrativa
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México
ORC ID 0000-0002-7748-4731

Román Alberto Quijano García
Doctor en Gestión Estratégica y Políticas de Desarrollo
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

Roger Manuel Patrón Cortes
Doctor en Ciencias Administrativas
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

Rafael Manuel De Jesús Mex Álvarez
Doctor en Patrimonio y Desarrollo Sustentable
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

Carlos Alberto Pérez Canul
Doctor en Ciencias de la Administración
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

Diana Concepción Mex Alvarez
Maestra en Pedagogía
Institución: Universidad Autónoma de Campeche
Dirección: Av. Agustín melgar s/n, Col. Buenavista, Campeche, México

RESUMEN— Esta investigación busca demostrar la correlación entre la violación a la privacidad de las personas con la difamación en línea mediante las estrategias de gestión y la utilización de sistemas informatizados. Es decir, caracterizar las conductas difamatorias y como se vale del acceso a la información privada para tergiversar o distorsionar la imagen pública de una persona. En México existen mecanismos de denuncia en redes sociales para denunciar o reportar agresiones y actos de ciber acoso. La denominada “Ley Olimpia” surge a raíz de la difusión de un video de contenido sexual no autorizado de

una mujer en el estado de Puebla; derivado de ello se impulsó una iniciativa para reformar el Código Penal de dicha entidad y tipificar tales conductas como violación a la intimidad; acción que se ha replicado en todas las entidades federativas. Aunque no es una ley como tal, se relaciona con la premisa de esta investigación y se utilizará como caso de estudio para su análisis en casos generales de violación a la intimidad que impliquen la publicación del contenido en Internet. También se considera el estudio de datos de ciberacoso utilizando la herramienta Encuesta Nacional sobre Disponibilidad y Uso de Tecnología de la Información en los Hogares (ENDUTIH) del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI).
PALABRAS CLAVE: Privacidad, Difamación, Sistemas informatizados, Redes sociales

MANAGEMENT STRATEGIES APPLIED TO A COMPUTERIZED SYSTEM FOR LABORATORY PRACTICES IN EDUCATIONAL ORGANIZATIONS

ABSTRACT. This research seeks to demonstrate the correlation between the violation of people's privacy with online defamation through management strategies and the use of computerized systems. That is, characterize defamatory conduct and how access to private information is used to misrepresent or distort the public image of a person. In Mexico there are reporting mechanisms on social networks to denounce or report attacks and acts of cyber harassment. The so-called "Olimpia Law" arises from the dissemination of a video of unauthorized sexual content of a woman in the state of Puebla; As a result, an initiative was promoted to reform the Penal Code of said entity and classify such conduct as a violation of privacy; action that has been replicated in all federal entities. Although it is not a law as such, it is related to the premise of this research and will be used as a case study for analysis in general cases of violation of privacy that involve the publication of content on the Internet. The study of cyberbullying data is also considered using the National Survey on Availability and Use of Information Technology in Homes (ENDUTIH) tool of the National Institute of Statistics and Geography (INEGI).
KEYWORDS: Privacy, Defamation, Computerized systems, Social networks

INTRODUCCIÓN

La velocidad con la que la información se publica y circula en Internet es asombrosa, el uso de las redes sociales ha transformado la forma de interacción y comunicación en línea. Este avance tecnológico ha traído nuevos desafíos significativos. El ejercicio abusivo de la libertad de expresión en redes sociales, foros de discusión, blogs y correos electrónicos se ha convertido en un problema apremiante en el mundo digital contemporáneo. La difamación en línea involucra la publicación de información falsa o dañina sobre alguien, se ha convertido en un problema grave, desgastando la reputación y el bienestar emocional de las personas.

Por otra parte, el derecho a la privacidad le otorga a toda persona plena disponibilidad para decidir en que medida pueden ser comunicados a otros sus pensamientos, sentimientos y emociones. El derecho a la vida privada es un valor que toda sociedad democrática debe respetar, por lo que, a efecto de asegurar la autonomía de las personas para decidir los

alcances de su vida privada. Se consideran para esta investigación el estudio de diversas fuentes y legislaciones, como la Ley Olimpia, que incursionan en este ámbito, en el cual se puede considerar a la difamación como una forma de violación a la privacidad.

OBJETIVO

Identificar los elementos que caracterizan la difamación y la privacidad en línea analizando las similitudes y diferencias entre estos dos conceptos, así como desarrollar una propuesta para mejorar la protección de la difamación y la privacidad en línea en las organizaciones mediante un sistema informatizado.

MARCO TEÓRICO

La privacidad es un derecho que le otorga a toda persona plena disponibilidad para decidir en qué medida pueden ser comunicados a otros sus pensamientos, sentimientos y emociones (Nieves Saldaña, 2011, pág. 279). La difamación es el acto de lesionar la dignidad, honor o reputación de una persona u organización. Aunque la difamación y calumnia fue derogada en los artículos 350 al 356 del Código Penal Federal, se puede tomar la definición propuesta en el artículo 1916 y 1916 Bis del Código Civil Federal en la reparación del daño ”El que comunique a una o más personas la imputación que se hace a otra persona física o moral, de un hecho cierto o falso, determinado o indeterminado, que pueda causarle deshonra, descrédito, perjuicio o exponerlo al desprecio de alguien” (Poder Legislativo del Estado de Quintana Roo, 2018). La relación entre la violación a la privacidad y la difamación en línea se establece cuando la publicación viola la privacidad de una persona física o moral y se realiza de forma imprudente y malintencionada, lesionando su imagen pública.

La Encuesta Nacional sobre Disponibilidad y Uso de Tecnologías de la Información en los Hogares (ENDUTIH) 2022, tiene como finalidad obtener información sobre la disponibilidad y el uso de las tecnologías de información y comunicaciones en los hogares y su utilización por los individuos de seis años o más en México, para generar información estadística en el tema y apoyar la toma de decisiones en cuestión de políticas públicas; asimismo, ofrece elementos de análisis a estudios nacionales e internacionales y para el público en general interesado en la materia (INEGI, 2022).

La ENDUTIH estimó que, en 2022, había 93.1 millones de personas usuarias de internet, lo que representó 78.6 % de la población de 6 años o más. El aumento fue de 3.0 puntos porcentuales respecto a 2021 (75.6 %). La ENDUTIH registró 93.8 millones de personas usuarias de teléfono celular. La cifra equivale a 79.2 % de la población de estudio. El 37.0 % de la población de 6 años o más utilizó computadora. Comparado con 2019, el uso de este dispositivo se redujo 5.4 puntos porcentuales. La ENDUTIH estimó que 34.1 millones de hogares cuentan con al menos un televisor, lo que significa que 90.7

% del total de hogares tiene uno en casa. La población usuaria de internet1 que fue víctima de ciberacoso disminuyó, de 21.7 % en 2021, a 20.8 % en 2022. En 2022, 22.4 % de las mujeres y 19.1 % de los hombres que usaron internet, fueron víctimas de ciberacoso.

El ciberacoso más frecuente que experimentaron ambos sexos fue el contacto mediante identidades falsas. En 2022, 20.8 % de la población usuaria de internet vivió alguna situación de acoso cibernético, lo cual representa un total de 17.4 millones de personas de 12 años y más. De estas, 9.8 millones fueron mujeres (22.4 %) y 7.6 millones, hombres (19.1 %). La mayor prevalencia de ciberacoso se registró en Tlaxcala. Siguieron Yucatán y Tabasco.

La "Ley Olimpia" no se refiere a una ley como tal, sino a un conjunto de reformas legislativas encaminadas a reconocer la violencia digital y sanciona los delitos que violen la intimidad sexual de las personas a través de medio digitales, también conocida como ciber violencia (Orden Jurídico, 2021). Se conoce de esta manera gracias a su impulsora, la activista Olimpia Corral Melo quien, después de ser víctima de la difusión de un video íntimo sin su consentimiento, se ha dedicado a promover proyectos que reglan la violencia digital en los congresos estatales. La Ley Olimpia surgió debido a un suceso ocurrido en 2012, en el que Olimpia Coral fue víctima de su pareja, quien, sin su consentimiento, filtró un vídeo íntimo. Olimpia, como cualquier mujer en esa situación, se vio abrumada, deprimida e impotente.

Si bien La Ley Olimpia está dirigida a la protección de los derechos de las mujeres consiguió el reconocimiento y definición de la violencia digital que se describe a continuación según el "ARTÍCULO 20 Quáter.-Violencia digital es toda acción dolosa realizada mediante el uso de tecnologías de la información y la comunicación, por la que se exponga, distribuya, difunda, exhiba, transmita, comercialice, oferte, intercambie o comparta imágenes, audios o videos reales o simulados de contenido íntimo sexual de una persona sin su consentimiento, sin su aprobación o sin su autorización y que le cause daño psicológico, emocional, en cualquier ámbito de su vida privada o en su imagen propia. Así como aquellos actos dolosos que causen daño a la intimidad, privacidad y/o dignidad de las mujeres, que se cometan por medio de las tecnologías de la información y la comunicación. Para efectos del presente Capítulo se entenderá por Tecnologías de la Información y la Comunicación aquellos recursos, herramientas y programas que se utilizan para procesar, administrar y compartir la información mediante diversos soportes tecnológicos. La violencia digital será sancionada en la forma y términos que establezca el Código Penal Federal" (Gobierno de la Ciudad de México, 2021).

METODOLOGÍA

El estudio utilizará una combinación de métodos de investigación, incluyendo primero la revisión de la literatura legal y académica sobre difamación y privacidad en línea y

segundo el análisis de casos específicos de difamación y privacidad en línea. El enfoque de investigación seleccionado para este estudio es mixto, combinando elementos cualitativos y cuantitativos. Esta decisión se basa en la necesidad de obtener una comprensión completa y holística de los problemas de privacidad y difamación en línea. El enfoque cualitativo permitirá una exploración profunda de casos específicos y experiencias individuales, proporcionando perspectivas ricas y detalladas. Por otro lado, el enfoque cuantitativo permitirá recopilar datos numéricos para realizar análisis estadísticos, identificar patrones y evaluar tendencias en la difamación en línea y las violaciones de privacidad.

RESULTADOS

La combinación de métodos de investigación, que incluyen revisión de la literatura, análisis de casos y datos estadísticos recopilados por el INEGI, proporciona una base sólida para analizar la problemática de la privacidad y la difamación en línea en el contexto mexicano. Las implicaciones de esta investigación son multifacéticas y significativas:

Conciencia Pública y Educación: Al proporcionar estadísticas concretas sobre la prevalencia del ciberacoso y la difamación en línea, la investigación contribuye a aumentar la conciencia pública sobre estos problemas. La educación sobre prácticas seguras en línea se vuelve esencial para proteger a los usuarios y prevenir futuros casos de violación de privacidad y difamación.

Fortalecimiento Legal: El análisis de la Ley Olimpia y otros casos específicos proporciona información valiosa sobre la efectividad de las leyes existentes y las lagunas legales que deben abordarse. Esto puede llevar a reformas legales más efectivas y proporcionar orientación para futuras legislaciones relacionadas con la protección de la privacidad en línea.

Protección de Víctimas: Al profundizar en los casos de difamación y ciberacoso, la investigación arroja luz sobre las experiencias de las víctimas. Esta comprensión enriquecida puede guiar la creación de programas de apoyo específicos para las personas afectadas, ofreciendo recursos psicológicos y legales necesarios.

Orientación para Plataformas Digitales: Las plataformas en línea pueden utilizar los datos y los análisis para mejorar las políticas de privacidad y seguridad. Comprender los patrones y las formas de difamación en línea puede ayudar a desarrollar tecnologías y procesos de moderación más efectivos para prevenir y abordar la difamación en línea.

Contribución a la Legislación Futura: La investigación, al ofrecer un análisis profundo de la Ley Olimpia y sus implicaciones, puede servir como un recurso para legisladores y activistas interesados en promover leyes más fuertes y efectivas para combatir la difamación y la violación de privacidad en línea.

En última instancia, esta investigación no solo ilumina los desafíos de la privacidad y la difamación en línea, sino que también proporciona un camino claro para las acciones

futuras. Al comprender la naturaleza compleja de estos problemas y las implicaciones en la vida de las personas, se pueden tomar medidas significativas para proteger los derechos y la dignidad de los usuarios de internet en México.

CONCLUSIONES

Esta investigación sobre la privacidad y la difamación en línea en el contexto mexicano ha revelado una serie de hallazgos y tendencias fundamentales que tienen implicaciones significativas para la sociedad digital actual y las organizaciones. A través de la revisión de la literatura, el análisis de casos específicos y la consideración de datos del INEGI, se han destacado varios puntos clave. Los datos del INEGI revelan que una proporción considerable de la población mexicana ha experimentado ciberacoso y difamación en línea. Estos fenómenos son generalizados y afectan a un amplio espectro de la sociedad, desde jóvenes hasta adultos.

La Ley Olimpia ha sido un paso significativo hacia la protección de los derechos de las víctimas de difamación y ciberacoso. Sin embargo, persisten desafíos legales en la aplicación efectiva de estas leyes. Las lagunas legales y las diferencias en la interpretación de las leyes complican la lucha contra la difamación en línea. La conciencia pública sobre los riesgos de la difamación en línea y la importancia de salvaguardar la privacidad debe aumentar. La educación digital y las campañas de concientización son esenciales para empoderar a los usuarios y prevenir casos futuros.

Las plataformas en línea tienen una responsabilidad significativa en la prevención y mitigación de la difamación en línea. La necesidad de políticas de moderación efectivas y tecnologías avanzadas para detectar y prevenir la difamación es evidente. La transparencia y la responsabilidad corporativa son cruciales en este contexto. La creación de sistemas de apoyo para las víctimas de difamación en línea es imperativa. Esto incluye servicios de asesoramiento psicológico y apoyo legal accesibles. Las instituciones gubernamentales y organizaciones no gubernamentales deben colaborar para ofrecer estos servicios de manera efectiva.

La interconexión digital y la recopilación masiva de datos plantean desafíos significativos para la privacidad en línea. La protección de la privacidad debe ser una prioridad y debería ir de la mano con la regulación efectiva de la tecnología para evitar el mal uso de datos personales. Las leyes existentes deben revisarse y actualizarse continuamente para abordar los desafíos emergentes en el ámbito digital. La colaboración entre legisladores, expertos en tecnología y activistas es esencial para desarrollar leyes que sean efectivas y relevantes en el panorama tecnológico cambiante.

REFERENCIAS

Cantoral Domínguez, K. (2020). Daño moral en redes sociales: su tratamiento procesal en el derecho comparado. *Revista IUS, 14*(46), 163-182.

Gobierno de la Ciudad de México. (2021). *Manual de Contenido Laboratorio de Análisis Multidisciplinario Sobre la Ley Olimpia.* Obtenido de Se Mujeres CDMX: https://semujeres.cdmx.gob.mx/storage/app/media/ViolenciaDigital/Manual_Contenidos_Lab_Ley_Olimpia.pdf

Hernández Rodríguez, S. (2018). El reto de la era digital: privacidad y confidencialidad de la información de pacientes. *Gen, 72*, 00-01.

INEGI. (2022). *INEGI*. Obtenido de https://www.inegi.org.mx/programas/dutih/2022/

Nieves Saldaña, M. (2011). El Derecho a la privacidad en los Estados Unidos: Aproximación diacrónica a los intereses constitucionales en juego. *Revista UNED*, 279-311.

ONU MUJERES CIM/MESECVI. (2022). *CIBERVIOLENCIA Y CIBERACOSO contra las mujeres y niñas en el marco de la Convención Belém Do Pará.* Iniciativa Spotlight.

Orden Jurídico. (2021). *Orden Jurídico.* Obtenido de Ficha Técnica: Ley Olimpia: http://ordenjuridico.gob.mx/violenciagenero/LEY%20OLIMPIA.pdf

Piñar Mañas, J. L., & Recio, G. M. (03 de 2019). *Suprema Corte de Justicia.* Obtenido de La privacidad en Internet: https://www.sitios.scjn.gob.mx/cec/sites/default/files/publication/documents/2019-03/07_PI%C3%91AR%20y%20RECIO_La%20constitucion%20en%20la%20sociedad%20y%20economia%20digitales.pdf

Poder Legislativo del Estado de Quintana Roo. (19 de 06 de 2018). Difamación, calumnias y delitos contra el honor. Quintana Roo.

ESTRATEGIA KHAN ACADEMY EN EL APRENDIZAJE DE LA MATEMÁTICA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: UNA REVISIÓN TEÓRICA

Data de aceite: 01/11/2023

Johnny Félix, Farfán-Pimentel
Universidad César Vallejo, Lima-Perú
https://orcid.org/0000-0001-6109-4416

Rommel, Lizandro-Crispín
https://orcid.org/0000-0003-1091-225X

Darién Barramedo, Rodríguez-Galán
Universidad César Vallejo, Lima-Perú
https://orcid.org/0000-0001-6298-7419

Maria Elena, Calderon-Chambi
Universidad César Vallejo, Lima-Perú
https://orcid.org/0000-0001-6817-6895

Diana Eulogia, Farfán-Pimentel
Universidad César Vallejo, Lima-Per
https://orcid.org/0000-0002-1555-1919

RESUMEN: La educación es entendida como el pilar para el desarrollo de la humanidad en su conjunto para alcanzar los niveles de bienestar de las naciones, en ese sentido debido al progreso de la ciencia y tecnología se pone al alcance de medios y entornos virtuales que dinamizan los procesos de enseñanza-aprendizaje acordes a la demanda de la población que requiere de una mejor calidad de los sistemas de aprendizaje y un currículo flexible para atender las necesidades de la comunidad educativa. En ese sentido, la plataforma Khan Academy es un soporte que brinda un conjunto de recursos sistematizados que posibilita elevar el nivel de competencias matemáticas de los estudiantes en un mundo altamente competitivo; para ello, las estrategias diseñadas deben abordar de manera prioritaria el logro de competencias matemáticas de los estudiantes de la educación básica con énfasis en la autonomía y autorregulación de aprendizajes. La metodología de la investigación se basa en el análisis documental, estudio de trabajos científicos, artículos de investigación y bases de datos, el diseño es no experimental, el método aplicado es el inductivo-deductivo. El objetivo general fue analizar la estrategia Khan Academy en el aprendizaje de la matemática en la educación básica.

PALABRAS CLAVE: Estrategia, Khan Academy, aprendizaje, matemática, educación básica.

KHAN ACADEMY STRATEGY IN MATHEMATICS LEARNING IN ELEMENTARY EDUCATION: A THEORETICAL REVIEW

ABSTRACT: Education is understood as the pillar for the development of humanity as a whole to achieve the levels of welfare of nations, in that sense due to the progress of science and technology is made available to media and virtual environments that streamline the teaching-learning processes according to the demand of the population that requires better quality of learning systems and a flexible curriculum to meet the needs of the educational community. In this sense, the Khan Academy platform is a support that provides a set of systematized resources that makes it possible to raise the level of mathematical competencies of students in a highly competitive world; for this, the strategies designed should address as a priority the achievement of mathematical competencies of students in basic education with emphasis on autonomy and self-regulation of learning. The research methodology is based on documentary analysis, study of scientific papers, research articles and databases, the design is non-experimental, the applied method is inductive-deductive. The general objective was to analyze the Khan Academy strategy in the learning of mathematics in elementary education.
KEYWORDS: strategy; khan academy; learning; mathematics; basic education.

INTRODUCCIÓN

En la actualidad se ve con preocupante mirada los logros obtenidos por los estudiantes de la educación básica con respecto a su nivel de afianzamiento y dominio en el área de matemática, es la que se evidencia a nivel de estudios realizados tanto a nivel mundial como nacional y siendo el sector educativo uno de los más afectados por la crisis producida a raíz de la pandemia covid-19; que afectó seriamente el desarrollo de las competencias y capacidades matemáticas de los estudiantes repercutiendo de manera objetiva en la adquisición de aspectos conceptuales elementales para poder enfrentar los grandes retos de la sociedad actual. En tal sentido, con el advenimiento de los aportes de la educación en línea o virtual la estrategia Khan Academy es uno de los soportes didácticos que complementa de manera significativa el logro en el dominio matemático de los estudiantes de la educación básica con un conjunto de elementos visuales tales como videos didácticos, tipos de ejercicios matemáticos, recursos virtuales que apoyan a la educación de los menores estudiantes.

Plataformas virtuales de aprendizaje

Las plataformas virtuales para el desarrollo de los procesos de aprendizaje están consideradas como recursos tecnológicos que motivan la interacción inmediata debido a que en estas se pueden localizar como un conjunto de contenidos que ayudan al proceso de enseñanza-aprendizaje las cuales están organizados a través de medios que optimizan de manera favorable el desarrollo del pensamiento en los educandos tales como videos interactivos, contenidos audiovisuales e ilustraciones aunado a herramientas necesarias para orientar a un adecuado proceso de adquisición de conocimientos (Cherrez, 2017).

Una plataforma virtual tiene como características intrínsecas una gran versatilidad, flexibilidad y poseer una capacidad de adecuarse a los constantes cambios, a los intereses y posibilidades de cada unidad organizacional. Asimismo, en cuanto a la parte didáctica debe estar en congruencia con el desarrollo tecnológico de este modo incorpora un conjunto de características en orientación a la interacción de todos los participantes que forman la comunidad de aprendizaje (Medina, 2013).

En el campo educativo, las plataformas virtuales son de una gran ayuda; ya que, hacen posible la enseñanza programada, en tanto que los estudiantes pueden acceder después de sus sesiones de aprendizaje a un entrenamiento personalizado, en donde estos son los propios protagonistas en ampliar sus aprendizajes, aprenden a un determinado ritmo, desarrollan sus capacidades mentales, el pensamiento crítico y reflexivo de manera autónoma (Barrera y Guapi, 2018).

Estrategia Khan Academy

La estrategia de aprendizaje Khan Academy, está constituido por un conjunto de actividades didácticas e innovadoras que propenden el desarrollo de las habilidades matemáticas de los estudiantes proporcionándoles una serie de herramientas que optimicen sus aprendizajes, de tal modo que el estudiante asuma el compromiso de mejora en los procesos de su aprendizaje. En el 2018, se registró en KA unos 60 millones de usuarios registrados (Khan, 2018).

El empleó del KA en las instituciones educativas en sus fases iniciales estuvo asociada al impacto en la motivación de los alumnos que esta vislumbrada por medio de la curiosidad e interés por los nuevos contenidos, las perspectivas de éxito o el logro de los objetivos de aprendizaje (Alkaabi, Alkaabi, & Vyver, 2017). En esa misma línea de acción se analizó la conexión entre el uso del KA con las estrategias de aprendizaje, es por ello que, se organizan los materiales en un entorno que genere un aprendizaje de tipo efectivo (Dumford, Cogswell & Miller 2016).

En los procesos de aprendizaje es inevitable el empleo de recursos que potencien las capacidades de los estudiantes; asi también la posibilidad de contextualizar los aprendizajes inherentes a la matemática mediante la cual se desarrollan actividades prácticas y de evaluación permanente para verificar el nivel de logro alcanzado en los variados contenidos que se comparten; en tal sentido KA desde la perspectiva pedagógica y didáctica posee la bondad de generar espacios para el desarrollo de contenidos de manera individual a las exigencias de cada estudiante a su vez de llevar a cabo una actitud reflexiva en relación a sus aprendizajes y desarrollo de competencias matemáticas (Ramirez & Vizcarra, 2016).

El Khan Academy, está constituida por una plataforma en línea en la que participan docentes y tutores así también estudiantes; esta plataforma está estructurada con temáticas relacionadas con las disciplinas de matemática, estadística, probabilidades, física,

economía entre otros aspectos; su nivel de uso es muy versátil, en la que concurren los estudiantes para interactuar, compartir materiales informativos y conformar comunidades de aprendizaje (Aceves, 2017).

Existen evidencias que Khan Academy ha brindado elementos facilitadores que mejoran las actitudes de los estudiantes de manera significativa en lo referido a la resolución de problemas matemáticos; esto se sustenta en factores motivacionales, la práctica constante, la capacidad autorregulatoria y el uso adecuado de la plataforma de aprendizaje (Rodríguez, 2016). Del mismo modo, Khan Academy posee varias métricas internas que se emplean para tener un control del nivel de rendimiento académico y el tiempo de uso de los recursos del KA brindando una contribución efectiva al proceso de aprendizaje de los estudiantes (Kelly y Rutherford, 2017).

Aprendizaje de la matemática

El dominio de las matemáticas es un factor prioritario en los estudiantes es que debe brindar el desarrollo de competencias y habilidades matemáticas que lo conducirán a alcanzar objetivos educativos; de tal manera que, uno de los factores clave es trabajar desde las instituciones educativas para mejorar los progresos de aprendizaje de las matemáticas que está dada por la motivación y actividades colaborativas en virtud de los recursos digitales virtuales para fortalecer sus desempeños académicos (OCDE, 2014).

En el proceso de aprendizaje de la matemática se busca desarrollar la creatividad e interés de los estudiantes por medio de recursos que despierten la atención y motivación de los mismos; es así que según investigaciones los docentes de las instituciones educativas emplean Khan Academy como un medio eficaz de aprendizaje digital en la que los estudiantes se involucran con los recursos educativos de la plataforma y se comprometen a desarrollar actividades significativas ofreciendo la oportunidad de practicar las matemáticas de manera amena y atractiva para los estudiantes (Rodríguez, Light y Pierson, 2014).

Para el aprendizaje de la matemática mediante la plataforma Khan Academy se muestran recursos que están disponibles teniendo en consideración el nivel de conocimientos del estudiante que facilitará en todo momento el autoaprendizaje y la colaboración (Rueda y Rey, 2018). Asimismo, la plataforma permite realizar el análisis de los resultados de evaluaciones y compara con los métodos clásicos de aprendizaje tradicional (Jara, Cancino y Casillas, 2019).

En las sesiones de aprendizaje de matemática se introduce Khan Academy, como una herramienta que apoya el aprendizaje de los estudiantes y resulta beneficiosa en el progreso académico de los estudiantes; para ello se debe estructurar de manera correcta las actividades a desarrollar y se podrá lograr mejores resultados en comparación con las clases tradicionales en virtud que conlleva aspectos motivadores que involucran de modo efectivo al estudiante en la gestión y autoevaluación de sus aprendizajes (Antequerres,

2013).

La contribución de Khan Academy posibilita fortalecer la calidad de la educación presentándose como una alternativa en el complejo campo educativo, esto es identificando las fortalezas y debilidades de cada estudiante, impulsando sus competencias a través de un trabajo acorde al potencial del participante de manera activa, significativa y autorregulada básicamente en la resolución de problemas matemáticos (Rueda y Guzmán, 2018). La matemática es vista de manera abstracta para los estudiantes y que ha conllevado a múltiples situaciones de enseñanza y a la vez motiva en los docentes a buscar estrategias novedosas para impulsar a los estudiantes a su aprendizaje (Vivar y Erazo, 2021).

Es por ello que, Neumann et al. (2015) sustentan que la competencia matemática está relacionada a identificar y comprender el lugar de las matemáticas en el contexto social que permite a las personas llevar a cabo los procesos de razonamiento, argumentación, interpretación y resolución de problemas. En ese sentido Solar et al. (2014) señalan que a través de situaciones de la vida cotidiana empleando determinados modelos matemáticos son necesarios para llevar a cabo procesos eficaces para la resolución de problemas. Asimismo, Gilboy et al., (2015) indican que, el aporte de Khan Academy en el desarrollo de la competencia matemática, radica sustancialmente en la capacidad de mejorar el nivel de aprendizaje de los estudiantes, estas se basan en los saberes previos y con una evaluación de manera automatizada para analizar los logros alcanzados, adquiriendo ayuda específica para solución una variedad de situaciones problemáticas.

Aprendizaje digital

En los momentos actuales en la sociedad se siguen realizando las labores pedagógicas de manera tradicional con el empleo de recursos poco pertinentes prácticamente de un modo ceñido a la escolarización, es así que se debe tener en consideración que dado el avance científico y tecnológico se cuentan con recursos y tecnologías mediadas por plataformas digitales que brindan una mayor dinamicidad al proceso de aprendizaje de los estudiantes de manera rápida y efectiva basada en aprendizajes significativo y colaborativo en entornos digitales (Palmas, 2018).

Asimismo, estas nuevas formas de enseñar vinculando las tecnologías de aprendizaje motiva a que los profesores optimicen sus prácticas y procesos pedagógicos y que los estudiantes tengan la posibilidad de aprender las matemáticas de manera divertida y eficaz (Torres & Cobos, 2017). En tal sentido, el propósito de la educación actual en el proceso de transformación del ser humano con capacidad de afrontar múltiples situaciones que acontecerán en su vida cotidiana y el potenciamiento de capacidades, habilidades, destrezas y actitudes, para interactuar en ambientes virtuales de aprendizaje para que los estudiantes desarrollen la competencia de aprender a aprender (González et al., 2020).

Uno de los objetivos sustanciales para el desarrollo de la capacidad de pensamiento

en estas épocas de la virtualidad es que los estudiantes tengan un mayor grado de aprovechamiento en el empleo de la información existente y de los recursos educativos en línea compartiendo trabajos de manera colaborativa a través de proyectos orientados a la resolución de problemas, desde esa óptica el estudiante pasa de ser un usuario de un programa o dispositivo electrónico, para incorporar nuevos aprendizajes para el desarrollo del pensamiento reflexivo, constructivo y creativo (Rodríguez-León & López, 2018).

Es por ello que, en relación a la forma de cómo los estudiantes realizan la adquisición de conocimientos es de interés para la comunidad científica y es ineludible en el proceso del rediseño de los planes curriculares asi como también las técnicas y estrategias didácticas, los métodos de enseñanza para promover el impulso de aprendizajes que respondan básicamente al desarrollo de competencias matemáticas a través de entornos de aprendizaje digital (Coto, 2020). En ese sentido, Khan Academy se fundamenta en un enfoque constructivista y conectivista apoyada en las TIC, estableciendo en que el estudiante logre desarrollar sus capacidades e intereses por las ciencias y las matemáticas (Lasso y Conde, 2020).

Aprendizaje ubicuo

Asimismo, que en los momentos actuales que vivimos se suscitan grandes cambios e innovaciones en el campo educativo esencialmente en la enseñanza-aprendizaje, tal es así que se generan de manera constante múltiples formas de desarrollar la adquisición de nuevos conceptos tales como los matemáticos que está implicada fuertemente con las competencias básicas para la vida. Es por ello que, el aprendizaje ubicuo se considera como un paradigma educativo que se encuentra inmersa en la sociedad del conocimiento y la información en la que se desarrollan las actividades pedagógicas en aulas o ambientes virtuales en sus distintas manifestaciones como el eLearning, mLearning, bLearning y uLearning esto es básicamente por la prevalencia del empleo de las TIC como recursos didácticos, estrategias pedagógicas, ambientes virtuales, actividades colaborativas, entre otros aspectos (García, 2015). El aprendizaje ubicuo representa un factor de valiosa utilidad tanto para los estudiantes como los docentes; ya que, posibilita brindar una atención personalizada en cualquier momento y espacio a través de un dispositivo informático o un equipo Smart (Martínez et al., 2010).

Educación básica

La educación básica es la base esencial para el desarrollo de los estudiantes de los niveles de educación inicial, educación primaria y educación secundaria; y constituye parte fundamental del sistema educativo. En virtud de ello se requiere tener docentes preparados y capacitados en herramientas de gestión del conocimiento, en estrategias didácticas

innovadoras y prácticas pedagógicas acordes al desarrollo científico y tecnológico que el momento actual lo exige. Asimismo, se puede evidenciar una carencia en los recursos destinados para dichos fines educativos, como también la inadecuada formación docente inicial para ejercer la función docente (Guadalupe et al., 2017).

Rendimiento académico

En relación a los sistemas educativos todos coinciden básicamente en elevar el nivel de rendimiento académico en el área de matemática e ir propiciando una cultura valorativa en los aspectos científicos en los estudiantes y la toma de conciencia en un área tan esencial para el desarrollo de la ciencia y tecnología (Pérez et al., 2018). Asi también, el aporte que realiza el Khan Academy es positiva ya que ayuda a mejorar el rendimiento académico de los estudiantes de manera sostenida aunando a un conjunto de estrategias metodológicas que hacen factible elevar el nivel de comprensión y desenvolvimiento en entornos de aprendizaje dinámicos que significa un reto a las habilidades y destrezas matemáticas de los estudiantes; ya que contribuye favorablemente al desempeño matemático de los estudiantes (Rueda y Guzmán, 2018). En consecuencia, en el aula es necesario contar con recursos educativos y el acceso a herramientas debido a su influencia de crear ambientes de aprendizajes de tipo novedosos, motivantes e interesantes y que sea de real ayuda para los estudiantes (Allca, 2018).

MÉTODOS Y MATERIALES

Para el desarrollo de la investigación se empleó el método de análisis y síntesis para el proceso de desarrollo de la información, se realizó una búsqueda exhaustiva de artículos de investigación relacionadas con la temática de estudio, el diseño fue no experimental, se aplicó la técnica del análisis documental y se recurrió a base de datos para la obtención de información. Se empleó los métodos de análisis-síntesis en la investigación. La data estuvo constituida por trabajos de investigación, artículos científicos, textos especializados entre otros.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Santa Cruz (2022), de acuerdo a su investigación experimental obtuvo como resultados que, la plataforma Khan Academy influye significativamente en el desarrollo de la competencia resuelve problemas de regularidad, equivalencia y cambio (U-Mann Whitney=107,500; $p=0,000<0,05$); hecho que es valioso en el contexto de aprendizaje que requiere el afianzamiento matemático de los estudiantes en el nivel de secundaria.

Palacios (2020), en base a las investigaciones realizadas obtuvo como resultados que, la plataforma Khan Academy influye significativamente en el desarrollo de las competencias matemáticas en los estudiantes universitarios de primer ciclo ($p=0,001<0,05$).

Cordero (2019), en base a las investigaciones realizadas obtuvo como resultados que, la aplicación de la plataforma Khan Academy influye en el logro de las competencias matemáticas en estudiantes del primero de secundaria (Z=-2,245; p=0,014<0,05). El KA es una plataforma que permite potenciar las capacidades de los estudiantes mejorando positivamente el rendimiento académico con resultados notables para la comunidad educativa.

Tapia (2019), de acuerdo con los resultados obtenidos chi cuadrada de Pearson= 907,84; p=0,000<0,05 en la prueba de hipótesis se da respuesta a la pregunta de investigación, asegurando de este modo que el uso de la plataforma Khan Academy impactó de manera positiva en su desempeño en el campo disciplinar de matemáticas en la evaluación diagnóstica del marco curricular común.

Allca (2018) señala que, grado de correlación y nivel de significación entre el Uso Khan Academy y la resolución de problemas de estudiantes del segundo año (rho=0,550; p=0,000<0,05), el uso del ambiente virtual y la resolución de problemas (rho=0,544; p=0,000<0,05), uso del material virtual y la resolución de problemas (rho=0,531; p=0,000<0,05), uso del foro con la resolución de problemas (rho=0,505; p=0,000<0,05), uso de la comunidad y la resolución de problemas (rho=0,689; p=0,000<0,05).

Pérez et al. (2018) señalan que, a través de la plataforma Khan Academy se logró mejorar de el nivel de rendimiento académico de manera significativa, se obtuvo como resultados: uso de la plataforma KA (p=0,0010<0,05); asistencia a clase (p=0,0001<0,05) y tiempo de uso de KA (p=0,0020<0,05); siendo el ajuste de modelo test de Hosmer y Lemeshow (p=0,834>0,05) se concluyó que el modelo posee un buen ajuste predictivo. Finalmente, Farfán et al. (2022) señalaron que, el desarrollo de competencias matemáticas es esencial en el proceso de adquisición de aprendizaje fundamentales para la vida.

CONCLUSIONES

La plataforma Khan Academy brinda un soporte esencial en el proceso de aprendizaje de los estudiantes de manera significativa en un entorno virtual de carácter dinámico posibilitando una interacción positiva y adecuada para los propósitos de mejora de las capacidades matemáticas de los estudiantes; asi también viabiliza el flujo informacional de modo motivador con recursos didácticos efectivos para el logro de competencias de los estudiantes de la educación básica.

REFERENCIAS

Aceves Gómez, C. A. (2017). *Khan Academy. Mundo APPS: nuevas tecnologías aplicadas a la educación*: Editorial Digital UNID. http://ebookcentral.proquest.com/lib/upnortesp/detail.action?docID=5486089

Allca, F. (2018). *Uso de la Web Khan Academy y el enfoque de resolución de problemas en los estudiantes del segundo grado de secundaria de la I.E. N° 5127 Mártir José Olaya, Ventanilla – 2016.* [tesis de maestría, Universidad Nacional de Educación Enrique Guzmán y Valle]. http://repositorio.une.edu.pe/handle/UNE/1968

Alkaabi, A. R., Alkaabi, W., & Vyver, G. (2017). Researching student motivation. *Contemporary Issues In Education Research*, 10(3), 193–202.

Antequerres-Guerra, A. T. (2013). Khan Academy: Una Experiencia de Aula en Secundaria. *Números*, 83, 199-209. http://www.sinewton.org/numeros

Barrera, V. & Guapi, A. (2018). La importancia del uso de las plataformas virtuales en la educación superior, *Revista Atlante.* https://www.eumed.net/rev/atlante/2018/07/plataformas-virtuales educacion.html

Cherrez Vega, D.D. (2017). *Plataforma educativa Khan Academy y su aporte al aprendizaje autónomo de los estudiantes de segundo bachillerato informática de la unidad educativa Babahoyo, cantón Babahoyo, Provincia de los Ríos.* Universidad Técnica de Babahoyo, Ecuador. http://dspace.utb.edu.ec/bitstream/handle/49000/4223/P-UTB-FCJSE-COMPT-000069.pdf?sequence=6&isAllowed=y

Cordero-Holguín, E.J. (2019). *Uso del Khan Academy en el logro de las competencias matemáticas en estudiantes del 1° de secundaria en la I.E. N° 2022, Comas 2019*. Lima, Perú. https://alicia.concytec.gob.pe/vufind/Record/UCVV_d5dac4ab8742cdd2dfe15eb3c44dcb27

Coto M. (2020). Descubrimiento del estilo de aprendizaje dominante en estudiantes de Matemática Superior. *Revista Educación*, 44(1). DOI: https://doi.org/10.15517/revedu.v44i1.38571

Dumford, A. D., Cogswell, C. A., & Miller, A. L. (2016). The who, what, and where of learning strategies. *The Journal of Effective Teaching*, 16(1), 72–88.

Farfán-Pimentel, J. F., Crispín-Lizandro, R., Carreal-Sosa, C. L., Quiñones-Castillo, K. G., & Farfán-Pimentel, D. E. (2022). Aprendizaje colaborativo en el desarrollo de competencias matemáticas en estudiantes de secundaria. *Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar*, 6(5), 5335-5357. https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v6i5.350

García, D. (2015). Tecnología y aprendizaje ubicuo. *Revista Iberoamericana de Sistemas, Cibernética e Informática, 12 (1),* 66 – 73. http://www.iiisci.org/journal/CV$/risci/pdfs/CA151ED15.pdf

Gilboy, M., Heinerichs, S. & Pazzaglia, G. (2015). Enhancing student engagement using the flipped classroom. *Journal of nutrition education and behavior*, 47(1), 109-114. doi: 10.1016/j.jneb.2014.08.008

González-González, D.P.; Garcia-Herrera, D.G.; Cabrera-Berrezueta, L.B.; Erazo-Álvarez, J.C. (2020). Herramientas tecnológicas aplicadas por los docentes durante la emergencia sanitaria COVID-19. *Revista Arbitrada Interdisciplinaria KOINONIA*. 5(1), 332-350. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7610735

Guadalupe, C., León, J., Rodríguez, J.S. y Vargas, S. (2017). *Estado de la educación en el Perú: Análisis y perspectivas de la educación básica.* FORGE. http://www.grade.org.pe/forge/descargas/Estado%20de%20la%20educaci%C3%B3n%20en%20el%20Per%C3%BA.pdf

Jara, F., Cancino, P. y Casillas, M. (2019). La integración de KhanAcademy: una estrategia didáctica para la evaluación de matemáticas en ingenierías. *Revista Electrónica de Divulgación de Metodologías Emergentes en el Desarrollo de las STEM*, 1(1), 26-49. https://bit.ly/3cwvWG4

Kelly, D., & Rutherford, T. (2017). Khan Academy como instrucción suplementaria: un estudio controlado de una intervención matemática basada en computadora. *The International Review of Research in Open and Distributed Learning*, 18 (4). https://doi.org/10.19173/irrodl.v18i4.2984

Khan, Academy (2018). Annual report. Retrieved July 23rd, 2019 from https://khanacademyannualreport.org.

Lasso-Cardona, L.A. y Conde-Rodríguez, K.N. (2020). Khan Academy como herramienta en el aprendizaje de las matemáticas y la programación de computadoras. *Revista Interamericana de investigación, educación y pedagogía,* 14(1), 225-250. https://revistas.usantotomas.edu.co/index.php/riiep/article/view/5777/6059

Martínez, H. A. V., Moreno, F. J. T., & Miranda, C. A. L. (2010). Aprendizaje ubicuo en la enseñanza de las matemáticas. *Revista Estudios Culturales*, (5), 123-136.

Medina-Erazo, W. (2013). Evaluación del uso de las plataformas virtuales en los estudiantes del programa de maestría en docencia y gerencia educativa de la Unidad de PostGrado Investigación y desarrollo de la Universidad de Guayaquil para fortalecer sus conocimientos tecnológicos. Guayaquil. http://repositorio.ug.edu.ec/handle/redug/2032

Neumann, I., Rösken, B., Lehmann, M., Duchhardt, C., Heinze, A. & Nickolaus, R. (2015). Measuring mathematical competences of engineering students at the beginning of their studies. *Peabody Journal of Education*, 90(4), 465-476. doi:10.1080/0161956X.2015.1068054

OCDE (2014). Resultados de PISA 2012 en Foco: Lo que los alumnos saben a los 15 años de edad y lo que pueden hacer con lo que saben. http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/PISA2012_Overview_ESPFINAL.pdf

Pacuruco-García, N.J., García-Herrera, D.G., Guevara-Vizcaíno, C.F. & Erazo-Álvarez, J.C. (2020). Khan Academy y el aprendizaje matemático en estudiantes de básica superior. *EPISTEME KOINONIA Revista Electrónica de Ciencias de la Educación, Humanidades, Artes y Bellas Artes* 3(6), 144-162.

Palacios-Barja, A.H. (2020). *Influencia de la Plataforma Khan Academy en el desarrollo de las Competencias Matemáticas en los estudiantes de primer ciclo de una Universidad Privada Lima 2020.* https://repositorio.ucv.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12692/66350/Palacios_BAH-SD.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Palmas, S. (2018). La tecnología digital como herramienta para la democratización de ideas matemáticas. *Revista Colombiana de Educación* (74), 109-132. https://n9.cl/o1lk

Pérez, R., Ortega-Gómez, E., Carrasco & Coba, E. (2018). Evaluación estadística de la plataforma virtual Khan Academy como herramienta de apoyo para el aprendizaje de estudiantes de décimo grado del colegio Beatriz Miranda de Cabal: Un análisis multivariante. *Scientia*, 28(2), 51-60. http://up-rid.up.ac.pa/2654/

Ramirez, M., & Vizcarra, J. (2016). Desarrollo de habilidades matematicas en estudiantes normalistas mediante Khan Academy. *Ra Ximhai*, 12(6), 285-293. https://n9.cl/x5if

Rodríguez-León, D. V., & López, N. D. (2018). *Didáctica digital un reto para los docentes de Colombia.* Universidad Nacional de Colombia. https://n9.cl/33zwj

Rodríguez, R. (2016). El uso del portal KhanAcademy como Recurso Educativo Abierto en una clase de Matemáticas. *Virtualis*, *6*(12), 132–155. https://doi.org/10.2123/virtualis.v6i12.131

Rodríguez, J., Light, D. y Pierson, E. (2014). Khan Academy en Aulas Chilenas: Innovar en la Enseñanza e Incrementar la Participación de los Estudiantes en Matemática. *Memoria de Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación.* http://www.oei.es/congreso2014/memoriactei/540.pdf

Rueda, K. y Rey, M. (2018). The learning of differential calculus mediated by the platform Khan-Academy. Journal of Physics: Conference Series, 1126. DOI: https://doi.org/10.1088/1742-6596/1126/1/012047

Rueda-Gómez, K.L. y Guzmán-Duque, A.P. (2018). Khan-Academy una estrategia innovadora para mejorar la calidad en la educación superior a través del rendimiento académico de los estudiantes. *Revista de Pedagogía*, 39(105), 239-264 http://repositorio.uts.edu.co:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/347/GNC%20KhanAcademy%20una%20estrategia.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Santa Cruz-Mendoza, A. (2022). *Plataforma Khan Academy en el desarrollo de la competencia resuelve problemas de regularidad, equivalencia y cambio en adolescentes, Lima – 2022.* Lima, Perú. https://repositorio.ucv.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12692/94614/Santa%20Cruz_MA-SD.pdf?sequence=1

Solar, H., García, B., Rojas, F. & Coronado, A. (2014). Propuesta de un Modelo de Competencia Matemática como articulador entre el currículo, la formación de profesores y el aprendizaje de los estudiantes. *Educación matemática*. 26(2), 33-67. http://www.revista-educacion-matematica.org.mx/revista/2016/05/15/vol26-2-2/

Tapia-Bernabé, I.R. (2019). El poder de Khan Academy en el aprendizaje de las Matemáticas en el CONALEP. *Revista RedCA*, 1(3), 120-142. https://revistaredca.uaemex.mx/article/view/12129

Vidergor, H. E., & Ben-Amram, P. (2020). Khan academy effectiveness: The case of math secondary students' perceptions. *Computers and Education*, 157. https://doi.org/10.1016/j.compedu.2020.103985

Vivar-Espinoza, M.J. & Erazo-Álvarez, J.C. (2021). Khan Academy para el aprendizaje de ecuaciones lineales en Educación Básica Superior. *Revista Arbitrada Interdisciplinaria KOINONIA.* 6(3), 401-421. https://Dialnet-KhanAcademyParaElAprendizajeDeEcuacionesLinealesEn8019911%20(1).pdf

INOVAÇÃO SOCIAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS: A ROTA DOS CHANGOS, ITINERÁRIOS DO BEM COMUM

Data de aceite: 01/11/2023

Emilio Ricci
Fic-R Innovación Social en el Turismo de Intereses Especiales; Núcleo de Investigación Interdisciplinario en Innovación Social, profesor asociado Universidad Católica del Norte, Antofagasta - Chile
(Orcid:0000-0003-3447-0142)

RESUMEN: Os processos de intervenção são apresentados em projetos de desenvolvimento territorial com comunidades da Fronteira Costeira da Região de Antofagasta (Chile) sob a perspectiva da inovação social (IS) e implementados a partir da Universidad Católica del Norte com projetos de pesquisa aplicada. São destacados alguns elementos do conceito de Bem Comum, que também favoreceram a sobrevivência humana e que podem ser identificados não apenas em bens materiais, mas também em ações colaborativas. São indicados, especialmente, os elementos teóricos que sustentam a intervenção e alguns processos de diversificação produtiva (turismo de interesses, turismo gastronômico) com comunidades da orla costeira na rota dos Changos e de acordo com as necessidades de fortalecimento (processos de capacitação, acompanhamento por meio de mentoria, aplicação de práticas profissionais, etc.), enfrentando necessidades reais com dispositivos criativos de inovação e escalonamento de atores sociais vinculados às comunidades dos territórios e por meio da aplicação do modelo teórico "multi-hélice", (Ricci, Concha 2018, Ricci 2021).

PALAVRAS-CHAVE: Inovação social; Modelo de múltiplas hélices; Turismo, Região de Antofagasta, Ruta de los Changos; Desenvolvimento de competências.

SOCIAL INNOVATION WITH COASTAL COMMUNITIES: THE ROUTE OF THE CHANGOS, ITINERARIES OF COMMON GOOD

ABSTRACT: Intervention processes are presented in territorial development projects with communities of the Coastal Border of the Antofagasta Region (Chile) from the perspective of social innovation (SI) and implemented from the Universidad Católica del Norte with applied research projects. Some elements of the concept of the Common Good are highlighted, which have also favoured human survival, and which can be identified not only in material goods but also in collaborative actions.

In particular, the theoretical elements that support the intervention and some processes of productive diversification (tourism of interest, gastronomic tourism) with communities of the coastal edge in *the route of the Changos* and according to strengthening needs (training processes, accompaniment through mentoring, application of professional practices, etc.), facing real needs with creative devices of innovation and scaling of social actors linked to the communities of the territories and through the application of the theoretical model "multi-helix", (Ricci, Concha 2018, Ricci 2021) are indicated.
KEYWORDS: Social Innovation; Multi-helix Model; Tourism; Antofagasta Region; The Route of the Changos; Competence Development.

1 I INTRODUÇÃO

Inúmeras considerações podem ser encontradas na literatura científica em geral sobre o conceito de bem comum (Aristóteles; Platão; Jacques Maritain; García Estébanez, E., (1970); Arnim, (1977); São Tomás de Aquino, (1983); Cícero, (1983); Sánchez Agesta, L., (1986); Araujo Azarola, (1988); Petrella, R., (1997); Pires et al. (2021); Nohlen, (2006)) e que neste site apenas indicamos de forma geral, deixando ao leitor a tarefa de analisar em profundidade para obter uma compreensão correta de seu escopo.

Michelini, 2007, faz uma interessante reflexão integradora da perspectiva da ética sobre uma noção de bem comum que, ao longo da história, considera aspectos tão amplos quanto aqueles bens materiais e imateriais que não cabem apenas a uma pessoa, mas que se referem a todos os membros da sociedade e que incluem também elementos básicos que permitem a sobrevivência humana, como o ar e a água, mas também o direito de participar do usufruto dos bens culturais e do bem-estar geral.

É importante considerar que o conceito de bem-estar compreende e se manifesta como uma condição de saúde e satisfação holística, na qual se combinam diferentes características: por um lado, aquelas que sugerem contextos externos a cada pessoa, acesso a determinados bens materiais, externos (confortos; tempo livre, acesso a serviços de saúde, educação etc.) e, por outro lado, características que aludem ao alcance de determinados estados internos da pessoa ou estados mentais estimados como valiosos (felicidade, esperança, satisfação com a vida pessoal etc.); mas certos estados internos da pessoa ou estados mentais considerados valiosos (felicidade, esperança, satisfação com a vida pessoal, etc.). Mas, para poder observar e impactar os diferentes estados das pessoas e das comunidades, também é necessário desenvolver ou fortalecer, em uma integração dinâmica de conhecimentos e metodologias, conteúdos de diferentes ciências, que influenciam sua relação com fatos e fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento; e, é claro, em uma base totalmente renovada que utiliza recursos culturais e disciplinares disponibilizados de forma criativa; isso é transitar em uma articulação interdisciplinar, cujo objetivo não é apenas abordar diferentes assuntos, mas fazer com que mais disciplinas interajam na observação de um determinado objeto. Em última análise,

os diferentes campos do conhecimento devem se comunicar entre si, a ponto de serem capazes de articular suas ferramentas conceituais.

Dito isso, também podemos entender como as capacidades interdisciplinares dinâmicas articulam e fortalecem o SI, cujas ações impactam positivamente outros indivíduos e melhoram seu bem-estar e sua qualidade de vida. Fortalecer as capacidades para enfrentar um desafio - uma necessidade ou dificuldade - com soluções ou resultados inovadores: aplicação de produtos, práticas ou serviços - novos ou corrigidos -; em suma, melhorar, especialmente, o bem-estar de indivíduos, comunidades e territórios. (Concha y Ricci, 2018).

É assim que a prática da IS resolve de forma criativa necessidades que não estão sendo adequadamente atendidas pelas instituições (Estado, empresas, academia), ações que, em última instância, promovem a construção de sistemas sociais, econômicos, culturais, políticos e também geram práticas inclusivas, justas e sustentáveis. Sua eficácia tem sido notada, especialmente a partir dessa posição bastante dinâmica e interdisciplinar, com diversas aplicações e contribuições, as quais, para os interesses deste artigo, indicamos, por exemplo, propostas para desafios e mudanças sociais ou estratégias de desenvolvimento urbano (Franz & Howaldt, 2012; Hubert, 2010; Moulaert et al, 2010; Nevado et al., 2013; governança e participação local, sociedade civil e empoderamento (Burroni, 2014; Healey, 2015); inclusão social e capacitação (Banyai & Fleming, 2016; Negro, 2013; Pigg et al., 2015); economia e empreendedorismo social (Kim & Lim, 2017; Picciotti, 2017).

Da mesma forma, é importante confirmar que o SI pode continuar a fortalecer sua eficácia na medida em que continua a fornecer conhecimento e a atualizar suas aplicações e também na medida em que ativa seu alto potencial criativo e pode continuar a fornecer valor social, desenvolvimento e transformação das atuais práticas de consumo errático em práticas mais sustentáveis, conforme indicado por vários autores, incluindo Westley, 2008; Adams e Hess, 2010; Nicholls e Murdock, 2012; Moulaert et al., 2013; Cajaiba Santana, 2014; Schubert, 2014.

Essas contribuições indicam que a eficácia e a força do sistema de desenvolvimento dependerão da solidez e do equilíbrio das interações e da existência de estruturas e instrumentos entre os agentes que favoreçam a interação em uma articulação estratégica e como verdadeiros catalisadores. De fato, considerando que a inovação é favorecida por aqueles usuários que estão mais próximos dos desejos específicos do mercado, o modelo foi integrado em um desenvolvimento adicional, no qual a dimensão social também foi incorporada, o Modelo Multi-hélice (Ricci, 2021). Consideramos a IS, conforme indicado acima, como um processo dinâmico que também leva em conta a mudança social, e que plotamos no diagrama da Fig. N°1, que corresponde a uma adaptação do trabalho de Geels, 2002. O diagrama mostra diferentes níveis nos quais é possível ver que a IE, que pode ser implementada a partir de uma posição “pró-inclusiva” (de cima para baixo), mas também a

partir dos níveis micro, ou seja, das comunidades (“de baixo para cima”), pode ser eficaz. Para serem eficazes, esses processos não apenas implicam ações colaborativas, com alianças estratégicas entre os vários níveis, mas também envolvem ações dinamicamente coincidentes entre atores sociais altamente comprometidos, com ideias, energias e ações concretas, e empresas e instituições com capacidade de financiamento suficiente, capazes de possibilitar a maturidade e o desenvolvimento eficaz, o que é definido como polinização cruzada “ou seja, um exercício substantivo de identificação de práticas bem-sucedidas de vários setores e de garantia de sua viabilidade, escala e replicabilidade”. (Ricci, 2021, pág. 36). Em suma, essas práticas de SI devem ser implementadas com estratégias criativas e eficientes para resolver as necessidades coletivas, promovendo o bem-estar e a colaboração entre os diversos atores envolvidos, garantindo o fortalecimento da comunidade e a melhoria de sua qualidade de vida.

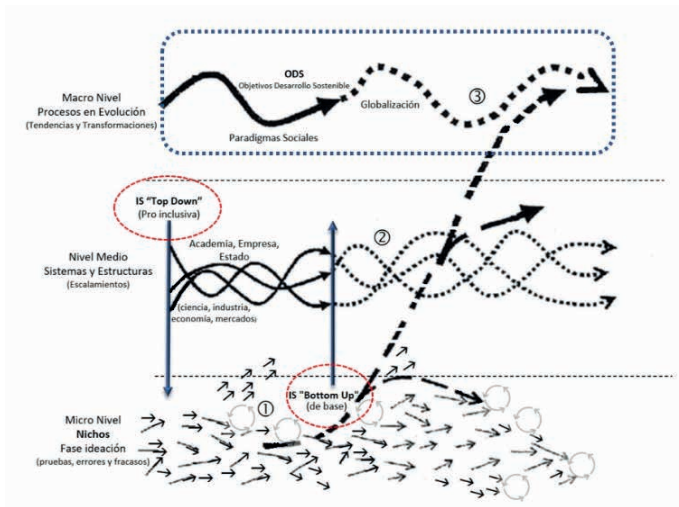



Fig. N°1 Esquema de IS multinível

Fonte: Ricci, 2021: Adaptado de uma perspectiva multinível sobre transições tecnológicas de inovação (modificado de Geels, 2002).

2 I DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL NA REGIÃO DE ANTOFAGASTA

A Região de Antofagasta, cuja capital regional é Antofagasta, cobre uma área de 126.000 quilômetros quadrados, equivalente a 16% do território chileno. Está dividida em três províncias: Antofagasta, El Loa e Tocopilla. Também possui uma divisão territorial de nove comunas, espalhadas no Deserto do Atacama (DA), o mais seco do mundo, com a peculiaridade de ter duas cadeias de montanhas: a cadeia de montanhas costeiras, que impede a umidade que circula do Oceano Pacífico; e a cadeia de montanhas dos Andes, que impede a umidade que circula do Oceano Atlântico. Essas são uma das razões que geram as condições ideais para manter uma hiper-aridez constante, com consequências e

repercussões em vários tópicos, como, por exemplo, em um momento da história geológica desse território, o bloqueio de certos enriquecimentos que foram causados em rochas mineralizadas, que geraram uma concentração anômala significativa de metais como cobre, molibdênio e outros.

Os processos de desenvolvimento da região consideram a geração e a diversificação de sua matriz produtiva e de emprego, a facilitação de sistemas logísticos para o desenvolvimento industrial e de exportação, a melhoria da qualidade de vida nas cidades e povoados, o desenvolvimento de serviços básicos, espaços e equipamentos públicos, a melhoria das condições de segurança com infraestrutura de proteção contra desastres naturais, embora seja a região que atualmente contribui de forma significativa para o PIB do país, devido às suas riquezas extrativas em depósitos de cobre e lítio, à geração de energias renováveis não convencionais e ao desenvolvimento do setor energético da região.

O Deserto do Atacama, além de ser considerado o mais seco, é o deserto mais antigo do planeta e é caracterizado por uma série de características únicas, algumas das quais são de classe mundial. Entre elas estão o céu mais claro do hemisfério sul, a maior radiação solar conhecida, uma concentração anômala de depósitos minerais em um cenário geológico exposto em uma borda continental ativa, uma alta concentração de sais em todas as suas fases, uma extensa faixa costeira com a Corrente de Humboldt, uma biodiversidade resiliente e microbiota associada a condições climáticas extremas, um território comparável ao do planeta Marte. Além disso, há um valioso patrimônio pré-histórico e histórico, incluindo trilhas de caravanas e arte rupestre.

Esse contexto, que também está diretamente associado aos territórios pré-montanhosos e montanhosos, gera uma atração mundial em áreas tão variadas quanto as ciências naturais, as ciências sociais, o turismo, a astronomia etc.

O turismo no Chile representa uma contribuição direta de 3,3% para o PIB e 7% para o emprego, contribuindo cada vez mais para a economia nos últimos anos (Chanquey, et al 2021). Sem dúvida, o setor de turismo continua a projetar crescimento e potencial, além de ser chamado de “a terceira força”, especialmente devido à sua capacidade de gerar riqueza. Atualmente, é um dos setores de crescimento mais rápido, contribui significativamente para a economia e é um importante impulsionador do progresso socioeconômico. Em seu instrumento de desenvolvimento atualizado, a Estratégia de Inovação Regional (RIS), ela estabelece três áreas de especialização - projetadas por meio de instrumentos representativos e participativos de construção coletiva: “Mineração comprometida com o território e a partir dele”; “Laboratórios Naturais”; e a área de “Turismo de Interesse Especial”.

O turismo, em termos gerais, é um fenômeno que ocorre quando as pessoas se afastam de seu local habitual por um período limitado e podem dedicar tempo ao lazer e à diversão durante a viagem (Nash, 1996).

A partir da antropologia, o turismo tem sido analisado como um processo que inclui dois componentes fundamentais: a experiência da viagem (visitantes) e o trabalho/serviço (anfitriões) (Simonicca, 2007). De acordo com Nash (1996), os turistas e os turismos são gerados nas sociedades ou subsociedades de origem; depois vem o deslocamento para um lugar diferente do cotidiano, onde ocorre um "dar e receber" envolvendo os turistas e seus anfitriões. Por fim, os efeitos culturais dessa troca se espalham pelas respectivas sociedades e subsociedades de origem e destino.

3 I A ROTA DOS CHANGOS: ROTA DO PATRIMÔNIO COSTEIRO

O Estado chileno registrou 9 povos originários por meio da Lei 19.253 de 1993 ou Lei Indígena, que reconhece os Mapuche, Aimara, Atacameño, Rapa Nui, Quechua, Diaguita, Koya, Kaweskar, Yámana ("grupo étnico", de acordo com a nomenclatura da lei), como parte da população chilena. Em 2020, a modificação da lei foi publicada no Diário Oficial, por meio da lei nº 21.273, que reconhece o povo Chango como o décimo povo nativo do Chile. Além disso, essa lei obriga o Estado a proteger e incentivar o desenvolvimento cultural, social e econômico desses povos.

O termo "chango" foi documentado pela primeira vez em meados do século XVII para se referir a toda a população que ocupava a área costeira entre Copiapó e Coquimbo. Com o tempo, o apelativo também foi estendido aos povos pescadores que viviam mais ao norte e ao sul do Peru, conhecidos até então como camanchacas, pro-anches ou uros, todas as denominações que pareciam se referir a um grupo étnico específico de povos pescadores. Embora essa denominação possivelmente correspondesse a mais de um grupo étnico, que coexistia em um complexo sistema multiétnico e político, especialmente após a dominação e a presença dos incas. Por essas razões, falar de um grupo étnico chango é uma desvantagem, já que essa denominação responde mais a um modo de vida especializado nos vários aspectos da vida marítima e essa condição é atribuível a qualquer grupo de pescadores, cujas raízes remontam a uma tradição cultural de pelo menos 8.000 anos. De acordo com algumas hipóteses, a categoria de etnia atribuída às sociedades pesqueiras não pode ser usada em um sentido étnico, pois parece ser uma denominação genérica estabelecida pelos espanhóis (Bittman, 1977-1984; Hidalgo 1981).

Sem dúvida, as práticas de pescadores-coletores altamente especializados constituíam acampamentos-base semipermanentes ocupados por períodos mais longos ou uma pequena aldeia, como era o caso, por exemplo, das enseadas de Paposo, Mejillones e Cobija (veja a Fig. 2). Essas enseadas nunca ficaram totalmente desabitadas. Em ambos os casos, era comum reocupar as bases de antigas moradias. Elas eram feitas com estacas de madeira de cacto ou de costela de baleia no chão e, em seguida, construíam o telhado pendurando peles de lobo e algas marinhas.

Os antecessores dos Changos eram populações independentes, que viviam lado a

lado com povos do interior do deserto que, em diferentes épocas do período pré-hispânico, colonizaram a costa do Pacífico. Algumas dessas sociedades costeiras podem ter sido continuadoras da antiga tradição dos pescadores Chinchorro.[1]. Outros, mais tarde, podem ter adotado alguns dos elementos de identidade cultural dos povos agropecuários do Norte Grande por meio de relações de troca, enquanto em épocas posteriores podem ter sido submetidos à presença e ao domínio dos incas. Atualmente, não há descendentes reconhecidos dos grupos Chango, devido à profunda mestiçagem que ocorreu nos últimos séculos. No entanto, seu modo de vida continua a ser praticado por pescadores, ribeirinhos e moradores da costa de Chañaral a Cobija, que mantêm grande parte da tecnologia, da economia e do padrão de assentamento dessas antigas populações do deserto costeiro.

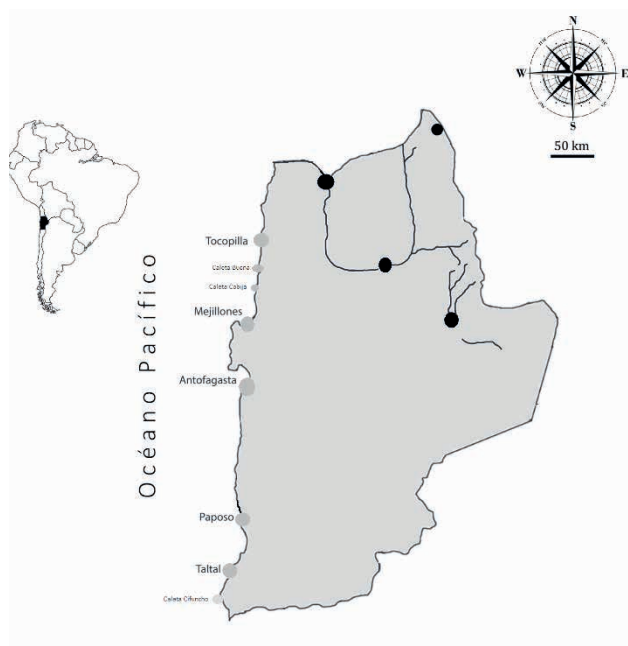



Fig.N°2 Região de Antofagasta: cidades costeiras ao longo da Ruta de los Changos (Rota dos Changos)

Fonte: Elaborado a partir de cartografia regional

Aldunate et al. (2010) indicam que, durante o século XVII, na costa do deserto do Atacama, especialmente a cidade de Cobija surgiu como um centro excepcional para a Coroa espanhola, devido à sua população original de pescadores chamados uros, seus recursos marinhos e sua localização estratégica como um dos terminais marítimos da famosa rota de Potosí. É, sem dúvida, um porto alternativo frequentado por corsários, piratas e contrabandistas que burlam os interesses comerciais da Coroa por meio dessa

1 A cultura Chinchorro é o nome dado a um grupo de pescadores que habitou a costa do deserto do Atacama entre 7.020 e 1.500 a.C., de Ilo (Peru), ao norte, a Antofagasta (Chile), ao sul, e que estabeleceu seu núcleo na atual cidade de Arica e nos vales Azapa, Camarones e Lluta.

localidade que, devido ao seu afastamento, dificuldade de acesso e escassez de água, não é controlada pelas autoridades administrativas.:

> *«En la ensenada de Atacama, ques donde está el puerto, hay cuatrocientos indios pescadores uros, que no son bautizados ni reducidos ni sirven a nadie, aunque a los caciques de Atacama dan pescado en señal de reconocimiento. Es gente muy bruta, no siembran ni cojen y sus teníanse de solo pescado»* (Lozano Machuca 1885 [1581]:145).

Além disso, há um relato interessante da época colonial e em relação ao *Despoblado de Atacama* [2], escritas pelo religioso dominicano Reginaldo Lizárraga, embora não haja uma data precisa, pois são suas próprias memórias e anotações de tudo o que observou durante suas viagens e que correspondem ao atual território chileno e, especialmente, a Cobija. Foram três: a primeira por mar (1580-1583); a segunda, por terra (1588) e a terceira quando já era bispo, em 1603:

> *…en este trecho de tierra hay algunas caletillas con poca agua salobre, donde se han recogido y huido algunos indios pescadores, pobres y casi desnudos; los vestidos son de pieles de lobos marinos, y en muchas partes deesta costa beben sangre destos lobos a falta de agua; no alcanzan un grano de maíz, ni lo tienen; su comida sola es pescado y marisco. Llaman á estos indios Camanchacas, porque los rostros y cueros de sus cuerpos se les han vuelto como una costra colorada, durísimos; dícen les previene de la sangre que beben de los lobos marinos, y por este color son conocidísimos.* (Lizárraga 1999: 121)

De acordo com Rothhammer et al. (2010), a análise de indicadores culturais para o povo Chango, analisado em Caleta Paposo, teria indicado que essa denominação estava relacionada a um modo de vida e, portanto, poderia ser atribuída a qualquer grupo de pescadores costeiros pré-históricos da região, como também indicado por Herrera, (1997); Embora os resultados da pesquisa sugiram que os antigos grupos Chinchorro deram origem aos Changos, esses resultados não são exclusivos, propondo coincidências interessantes, pois os Changos da Caleta Paposo também eram geneticamente próximos dos grupos Aymara e Atacameño, historicamente mais recentes. Além disso, e por coincidência, o nome “uros de la costa”, com o qual os espanhóis chamavam os Changos, também poderia ser devido a esse fato.

As evidências desses grupos de caçadores-coletores costeiros abrem novas e interessantes reflexões sobre as capacidades de sobrevivência da vida passada, historicamente vista como quase exclusivamente dependente da costa e do mar, embora sua tecnologia adaptada às condições do deserto como um todo seja fascinante. As pesquisas sobre esses grupos sugerem a capacidade de adaptação e o uso criativo de ferramentas, por exemplo, o uso de martelos para entalhar líticos. Uma ferramenta de entalhe cuja função é fornecer a energia cinética necessária para destacar lascas de um

2 É uma categoria histórico-colonial, que surgiu a partir da apreciação do século XVI por Jerônimo de Bibar em sua viagem de Atacama a Copiapó e que tem sido usada para se referir a uma terra estigmatizada como estéril, desabitada e inabitável.

nódulo de rocha, seja para entalhar uma forma predeterminada ou para extrair derivados a serem usados como artefatos (Aschero 1975; Bate 1971; Escola 1993; Inizan et al. 1995). Essas ferramentas são usadas em trabalhos definidos como de percussão dura, normalmente nas primeiras partes da sequência operacional do entalhe lítico (Inizan et al. 1995; Speth 1972). Precisamente na enseada de Cobija, há uma grande profusão de lascas, como resultado da trituração de pedaços de sílex para a fabricação de ferramentas e instrumentos por antigos grupos de pescadores-coletores que ali viviam. Da mesma forma, o uso de minerais, pigmentos, madeira, plantas e animais selvagens, tão necessários em sua construção cultural e reprodução social, também é evidente (Bittmann 1986; Blanco 2013).

Fascinante também é a descoberta de composições figurativas e pictóricas de arte rupestre por esses grupos de caçadores-coletores. Precisamente, nas proximidades de Taltal, na ravina El Médano e também recentemente descoberta na ravina Izcuña (Ballester, 2018). Esses são locais naturais onde uma série de experiências cotidianas são representadas fortemente emolduradas pelas atividades de caça marítima, leões marinhos, tartarugas e tubarões; algumas são cenas de caça à baleia, caça com jangadas e uso de arpões e documentadas no início do século passado pelo arqueólogo Augusto Capdeville. O trabalho científico inicial de Grete Mostny e Hans Niemeyer (1983, 1984) é uma contribuição importante para a datação desses pictogramas, que os colocaram relativamente tarde na sequência costeira, provavelmente após 1000 a.C. ou no período intermediário tardio (1000-500 a.C.).

Ballester, (2018), indica que há poucos lugares no mundo que apresentam um tema tão restrito na arte rupestre como El Médano e, em particular, em imagens de caça marinha (McCarthy 1961; Dikov 1971; Turner 1973; Lundy 1974; Hudson & Conti 1981; Burningham & Conti 1981; Burningham 1994; Conti et al. 1999; Meighan 2000; Lee & Robineau 2004; O'Connor 2008; Bland 2010; Torres et al. 2011; Specht 2012; Jeon & Kim 2013).

Os habitantes pré-hispânicos, caçadores-coletores da costa do deserto do Atacama, retrataram a fascinante atividade marinha em um ambiente desértico, representando para o observador, é claro, aspectos do próprio processo cultural na construção social do território. Eles usaram traços lineares vermelhos brilhantes para criar imagens naturalistas com elementos do ambiente adaptados à sua tecnologia, já que os arpões e jangadas retratados eram feitos de materiais obtidos no deserto interior. Os pictogramas estão localizados em alguns abrigos de rocha perto da costa e muitos deles são encontrados a uma altitude de mais de 700 m e, mais frequentemente, em ravinas estreitas e inacessíveis a vários quilômetros do oceano. Em resumo, podemos ver os processos de desenvolvimento e uso de tecnologia adaptada aos recursos do ambiente desértico, pois os arpões e as jangadas eram feitos de materiais obtidos do deserto interior, como líticos, ocre vermelho, madeira, algodão, resina de cacto e ossos de camelídeos. Assim, tanto a esfera econômica quanto a representativa estavam ligadas pela mesma concepção de paisagem que unia o mar

e o deserto em um processo de complementaridade e capacidade de adaptação que as civilizações andinas forjaram em um equilíbrio permanente com seu ambiente.

Atualmente, a Ruta de los Changos, uma rota patrimonial incipiente que percorre todo o litoral e a cordilheira costeira, desde o norte, em Caleta Buena (perto de Tocopilla), até a zona sul, no limite do Parque Nacional Pan de Azúcar (Taltal), articulando quase 600 quilômetros de litoral de norte a sul. Essa rota integra os processos culturais de adaptação aos territórios com visitas a centros urbanos e rurais, com oportunidades de navegação e atividades náuticas, bem como a observação da flora e da fauna, algumas delas endêmicas, além de entender que cada experiência proposta integra as necessidades humanas, bem como a gastronomia, que, além de vincular a alimentação ao território e a valores que vão muito além dos aspectos puramente nutricionais, dietéticos e metabólicos. Por trás dela, há uma rica fonte de insumos para a compreensão dos vínculos e distinções sociais, bem como das identidades e diferenças culturais.

A partir desse contexto territorial excepcional, apresentamos, por meio de reflexões e histórias de sucesso, iniciativas que, apesar da distância geográfica e com um processo estratégico de articulação de várias partes interessadas, demonstram grande proatividade e criatividade para melhorar o bem-estar de cada uma das comunidades: Caleta La Chimba, Caleta Indígena, Caleta Buena, Punta Cuartel; iniciativas que são impulsionadas a partir da Universidad Católica del Norte, especialmente por meio de projetos de Inovação Social e com recursos regionais, e que, por meio de uma série de dispositivos promocionais, estimulam o desenvolvimento transformador e colaborativo de atores sociais que, além de incluir a academia, as empresas e o Estado, integram proativamente esses atores sociais como “núcleos de direção” do SI e de suas comunidades; reconhecendo-os como tomadores de decisão nas transformações e na construção de soluções criativas para desafios reais em uma extraordinária diversificação da produção.

4 I PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: CATÁLISE E DIMENSIONAMENTO DE NÚCLEOS DE IS

O componente estratégico elaborado e fundamentado por meio de sua aplicação nos territórios da região de Antofagasta, no Chile, é desenvolvido em uma sequência lógica (consulte a tabela nº 1), estabelecida de forma dinâmica, que passa por seis fases e aplica uma série de instrumentos adaptados ao fortalecimento e ao desenvolvimento da inovação social e que foram desenvolvidos por meio de pesquisa aplicada da Universidad Católica del Norte UCN.

Fase	Ação,	Instrumentos
1°	**Foco:** definição de áreas temáticas alinhadas às estratégias regionais (Inovação e Desenvolvimento) e circunscritas territorialmente.	- D**esafios e mapeamento de mercado**: por meio da participação sistemática em instâncias de planejamento territorial, enquanto se constroem diálogos contínuos com instituições locais (público-privadas), são identificadas áreas temáticas prioritárias. Essas áreas devem ser coerentes com a Estratégia de Inovação Regional, a Estratégia de Desenvolvimento Regional, os planos de Responsabilidade Social Corporativa e outras estratégias regionais. - **Focalização da área de intervenção:** para identificar as áreas geográficas de intervenção, o trabalho é realizado com uma abordagem territorial, desenvolvendo um levantamento dos desafios que devem ser relevantes para as necessidades das comunidades e de seus ecossistemas.
2°	**Cadastro:** mapeamento do agente propulsor (ator social com capacidade de liderança e atração, vínculos com outros atores (comunidades, instituições públicas ou privadas), nas comunidades locais, atores e instituições do ecossistema de inovação.	1) **Prospecção territorial:** abordagem etnográfica dos territórios-alvo, com entrevistas e exploração de campo para obter contato direto com os agentes de condução. 2) **Sessões de pitch**: sessões de identificação por meio de um formato de “demo day”, em que os agentes de condução apresentam suas iniciativas a um painel de especialistas. 3) **Programas de treinamento**: workshops, cursos e cursos de diploma de IS que atuam como instâncias de recrutamento, amadurecimento e preparação de promotores.
3°	**Acordo:** colaboração com os agentes dinamizadores e seleção de iniciativas. Marco, no qual um acordo formal de colaboração bilateral é assinado entre a Plataforma IS UCN e os líderes das iniciativas identificadas com base em um conjunto de critérios predefinidos, que se tornam Núcleos IS e estão vinculados a um processo de acompanhamento de médio e longo prazo.	1) **Indicadores** SI: cinco critérios que orientam a identificação de iniciativas para processos de acompanhamento. a. Presença de um agente condutor [i) Que podem ser pessoas físicas ou jurídicas; ii) Que, tendo ou não iniciado atividades, fazem parte da cidadania ou da comunidade territorial/local]. iii) Possuem liderança, individual ou coletiva, com capacidade de promover, sustentar e ampliar uma iniciativa de SI;) b. Ancoragem na comunidade; a sociedade local que se beneficia da solução deve participar de sua concepção e implementação. c. Caracterização da função que a universidade desempenhará no processo de implementação da iniciativa em si; d. Mérito inovador; gera um bem ou serviço novo ou substancialmente aprimorado ou resolve de forma inovadora um problema, uma necessidade ou um desafio que afeta o meio ambiente;
4°	**Mediação:** para articulação de múltiplas hélices. Etapa de articulação durante a qual a equipe de profissionais da IS UCN ativa processos para a expansão das redes e do capital social dos Núcleos de Inovação Social.	1) Animação sociocultural: facilitação de reuniões territoriais de várias partes interessadas e de vários níveis que incentivam a participação, promovem a confiança e fortalecem o tecido social. Além de observar e promover os processos de desenvolvimento ou ampliação das iniciativas de SI. 2) Participação em exposições e feiras: gerenciamento da participação e acompanhamento dos Núcleos SI na intervenção em instâncias relevantes para tornar as ações visíveis e vinculadas ao próprio ecossistema.

5°	**Scaling up:** apoio direto ao desenvolvimento de iniciativas com a articulação significativa de instrumentos de apoio ao desenvolvimento ou scaling up dos Núcleos SI. Diagnóstico prévio e caracterização da linha de base em que é realizado o acompanhamento e monitoramento constante.	1) Start-up Fund e Scaling-up Fund: Destinam-se principalmente à aquisição de bens e serviços, com o objetivo de impulsionar e/ou fortalecer as iniciativas visadas. O investimento garante o desenvolvimento de um protótipo ou a obtenção de sustentabilidade. Funciona como um fundo de alavancagem, catalisador de articulações multi-hélice (com múltiplos atores, como a Prefeitura e outras entidades públicas, empresas com presença local, acadêmicos e/ou estudantes universitários, comunidade local) para a geração de sinergias e a obtenção de apoio complementar. 2) Consultoria técnica: Fortalecimento dos aspectos administrativos e econômicos dos Núcleos que precisam projetar, revigorar ou reestruturar modelos de gestão e negócios. Também permite assessorar o desenho e/ou a implementação de inovações; a gestão de projetos e o apoio a processos de articulação com atores das esferas pública e privada. 3) Alavancagem de fundos: corresponde à assessoria direta para a formulação e aplicação de projetos a fundos competitivos ad hoc para as iniciativas dos Núcleos. 4) Teses, estágios e/ou Capstone Projects: disponibilização de vagas para estudantes universitários (especialmente da UCN) para teses de pesquisa, projetos de graduação e/ou estágios profissionais com o objetivo de contribuir significativamente para o desenvolvimento e propor avanços na área de interesse dos núcleos. 5) Promoção: produção de cápsulas audiovisuais, artigos, participação em eventos e publicação de comunicados à imprensa, aumentando a visibilidade das iniciativas, reforçando o conhecimento dos processos realizados; favorecendo novas colaborações e ampliando as iniciativas.
6°	**Sistematização:** de experiências, instrumentos e modelos teóricos. Processo de contribuição técnico-política da academia para a dinâmica territorial da inovação. Consiste na elaboração, teste e validação de modelos teóricos que contribuem para a atualização permanente dos instrumentos de promoção, planos de desenvolvimento, estratégias territoriais e ferramentas de intervenção do ecossistema regional de inovação.	Divulgação sistemática: Produção acadêmica, divulgação científica permanente dos resultados em comunicações, congressos, seminários, etc.

Tabela N°1 Catalisação de sequências e dimensionamento de núcleos multi-hélice IS

Fuente: Ricci, 2021.

A seguir, apresentamos alguns casos de "sucesso" que correspondem a processos de pesquisa aplicada, dado seu caráter inovador em termos de pesquisa em processos de diversificação produtiva, especialmente em Turismo de Interesse Especial. Além de aplicar a ciência aos problemas das comunidades, são propostas ações para resolver situações presentes na realidade dos atores sociais e com o objetivo de analisar e estudar algumas

dificuldades propostas como “desafios” para propor ou promover soluções inovadoras que sejam eficazes e possam ser replicadas em outros espaços ou condições semelhantes. Por fim, o objetivo é criar novos conhecimentos que melhorem a vida das pessoas, processos de diversificação produtiva para comunidades ou atores locais que tenham um impacto positivo ao fornecer novos produtos ou serviços e apostar no bem comum. Sem dúvida, esses são tópicos ainda incipientes do SI, que se preocupa com as interações de diferentes setores produtivos no território, por meio de argumentos científicos multidisciplinares evidenciados na interação constante com as comunidades e seus atores locais.

Nos cenários atuais de constantes transformações sociais e excepcionalidades, um esforço adicional de desenvolvimento econômico e territorial tem sido apoiar os processos de IS com objetivos claros para favorecer a sustentabilidade e a ampliação de projetos em territórios rurais, como algumas das enseadas de pescadores na região de Antofagasta. Dessa forma, eles destacam a importância de gerar confiança e redes colaborativas, o que, obviamente, contribui para a apropriação social do conhecimento e a produção de novos aprendizados como o principal recurso específico dos territórios, a inovação como estratégia de resposta diante dos desafios atuais ou a articulação de redes sinérgicas para alcançar resultados satisfatórios para as comunidades e seus habitantes, bem como novas formas de organização.

Caleta La Chimba, localizado na cidade de Antofagasta está situado em uma área histórica de refúgio natural para pequenas embarcações artesanais e uma comunidade de pescadores artesanais que vivem ali e realizam seu trabalho. Nos últimos anos, esse setor passou por várias melhorias em seu ambiente, como a construção de uma nova infraestrutura, bem como a criação de uma praia artificial.

No Chile, a lei 21.027/17, que regula o desenvolvimento integral e harmonioso das enseadas de pesca em nível nacional e estabelece regras para sua declaração e atribuição, define enseada artesanal ou enseada como a unidade produtiva, econômica, social e cultural localizada em uma área geográfica delimitada, na qual são realizadas atividades de pesca artesanal e outras direta ou indiretamente relacionadas à pesca artesanal. Nessas áreas costeiras, o legislador estimulou uma transformação dinâmica, de modo que se tornassem polos de desenvolvimento produtivo, onde, além de realizar atividades pesqueiras tradicionais, as organizações artesanais podem promover iniciativas comerciais, culturais ou outras, e o Serviço Nacional de Pesca e Aquicultura (Sernapesca) atribui concessões por um período máximo de 30 anos. É sob esses parâmetros que se apresenta o processo de intervenção e fortalecimento como polo de desenvolvimento e diversificação produtiva da Cooperativa de Pescadores Artesanais de Caleta «La Chimba».

O processo metodológico de intervenção foi o resultado conjunto de redes de colaboração interinstitucionais que interagiram de acordo com suas próprias competências e em uma convergência dinâmica de disciplinas (centros de pesquisa e universidades, empresas, órgãos governamentais e estatais, bem como setores sociais), contribuindo

significativamente em uma relação de constante inovação e interações, gerando novos conhecimentos e um decisivo fortalecimento de competências em um uso social para a diversificação produtiva. As ações permitiram avanços significativos, primeiro ao se estabelecer como empresa econômica e, segundo, ao se formalizar no regime de cooperativa, sob a proteção da Lei que a rege, a fim de promover a cooperação para melhorar as condições econômicas, sociais e culturais de seus membros e de suas famílias, bem como desenvolver políticas de cooperação e assistência entre outros grupos do setor.

Precisamente, essas redes sociais de inovação, além de incluir sistemas de consolidação de conhecimento e processos de melhoria para garantir o uso de suas próprias capacidades e satisfazer as demandas analisadas criticamente pelos membros do sindicato, desde a conceituação e formulação do problema para a diversificação produtiva até sua articulação mais eficaz. Em suma, essa comunidade territorial, conforme indicado por Trotiño (2000), possui um conjunto de recursos (humanos, ambientais, institucionais, culturais etc.) que constituem o que se denomina seu potencial de desenvolvimento. A importância do conhecimento aplicado e dos processos de aprendizagem se destaca como o principal recurso dos territórios e, como afirma Méndez, R., (2002), como uma estratégia de resposta aos desafios da globalização, ou a criação de redes como a forma de organização mais adequada para alcançar esse objetivo.

Caleta Indígena, O projeto social, Alquimia Changa, no sul da província de Tocopilla, é uma área rural onde são realizadas atividades de pesca artesanal e, devido à chegada maciça de turistas na primavera e no verão, há um aumento de micro-lixões e resíduos em seu território. Um projeto promovido por um grupo chamado Alquimia Changa idealizou a construção e o desenvolvimento de uma plataforma de reciclagem com o objetivo de recuperar, especialmente, o politereftalato de etileno (PET), um plástico 100% reciclável usado principalmente na fabricação de garrafas plásticas, e transformá-lo em matéria-prima como um produto comercializável. Além disso, a iniciativa gerou pontos limpos na área, com sua estação anexa de tratamento (que também funciona com energia fotovoltaica) e oficina, com máquinas para triturar e derreter o plástico, criando placas e diversos móveis urbanos que já estão em fase de prototipagem. O projeto integra a comunidade local, criando alianças e colaborações para oficinas produtivas, gerenciamento e treinamento, a fim de aprimorar as habilidades e o desenvolvimento da localidade. Foram gerados acordos de colaboração com a administração municipal para outros processos de colaboração.

Caleta Buena, "**La Normita**", Esse é um dos assentamentos humanos da província de Tocopilla, localizado a 45 km ao sul de Tocopilla, na pequena planície entre o Oceano Pacífico e a imponente parede da cordilheira costeira, Caleta Buena, que com o passar dos anos se tornou um assentamento em expansão. A enseada não é classificada como um vilarejo, pois raramente aparece nos mapas; é um lugar habitado no meio do litoral, com casas de madeira autoconstruídas com certa provisoriedade em seus primórdios, e a posse da terra, em algumas ocasiões, esteve longe de ser legal, o que foi regularizado

e com títulos de propriedade concedidos pelo Estado. O turismo gastronômico, baseado na identidade cultural e ambiental da região (de Antofagasta), valoriza a qualidade cênico-ambiental em relação direta com o que representa sua história social, promovendo também o desenvolvimento econômico desse território rural.

É importante observar que o restaurante «La Normita» já foi reconhecido nacionalmente por seu impacto positivo e compromisso com a sustentabilidade. Graças aos fundos de start-up concedidos e provenientes da articulação institucional com contribuições econômicas alavancadas pelo Fundo de Inovação para a Competitividade (FIC) da região de Antofagasta, também conseguiu implementar dispositivos de geração de energia limpa e renovável. Além disso, essa unidade de negócios foi fortalecida e consolidada com um notável processo de maturidade. Em ação colaborativa, foi implementada a geração fotovoltaica como alternativa energética inesgotável, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável, além de favorecer a diversificação produtiva e, principalmente, o turismo gastronômico, oferecendo uma gastronomia com identidade, de qualidade reconhecida e que, ao mesmo tempo, valoriza os recursos da atividade pesqueira artesanal da região. Oferece preparações típicas, associadas a produtos do mar e extraídas nas proximidades da enseada. A permanência dos visitantes possibilita a geração de vínculos com outras empresas que já oferecem serviços complementares aos turistas.

Punta Cuartel, **CODEPCU**, iniciativa identificada em processos anteriores como uma força motriz. A cooperativa de Punta Cuartel, em um processo criativo de transformação e diversificação produtiva, impulsionou as atividades de recuperação da baía, além de representar o Povo Chango na costa da Península de Mejillones como testemunha do assentamento e das atividades desde tempos remotos desse grupo étnico, com a característica mais interessante que os identifica como o conceito de changuear, que implica ações naturais de deslocamento de pescadores-coletores, Isso também os levou a inovar com tecnologia especializada para obter recursos, portanto, trata-se de se deslocar e desfrutar do mar, desde a interação com o oceano para extrair e comer os diferentes alimentos que o oceano oferece "caçar, pegar mariscos, viver do mar, desfrutá-lo, banhar-se em água salgada por vários dias. Nós, changos, ensinamos os turistas a compartilhar essa vida changa. É uma cultura que é transmitida ancestralmente e mostrada às pessoas. (Raúl Riquelme, representante do povo Chango).

Além disso, com o repovoamento de espécies de algas, como a gracilaria chilensis, por meio de um projeto piloto de plantio e com um claro processo de diversificação produtiva e proteção da diversidade. Além disso, a geração de experiências turísticas significativas, acompanhando os visitantes ao oferecer navegação para a observação da flora e da fauna marinhas, a proteção ambiental e a elaboração do projeto de desenvolvimento para a criação de uma área de gestão, juntamente com a recuperação da cultura Changa, que busca proteger especialmente o habitat desse povo nativo, constituído pela orla costeira, praias, ilhas e rochas, bem como a biodiversidade e os ecossistemas marinhos que garantem seu

desenvolvimento e sobrevivência que, em última análise, reforçam uma longa tradição de culturas dedicadas à pesca e à exploração dos recursos marinhos. O projeto gerará um museu Chango com uma integração cultural, educacional e experimental dinâmica com um centro de observação da fauna e da vida selvagem nas proximidades, especialmente a observação de cetáceos.

É importante ter em mente que, para cada uma das iniciativas mencionadas acima, os processos de bem-estar são particularmente importantes, e cada uma das atividades articuladas busca promovê-los, bem como o cuidado com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, uma definição que é importante revisitar desde o renomado relatório Bruntdland (1987) e que foi claramente indicada nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É importante enfatizar que o conceito de sustentabilidade implica a preservação das condições atuais para as gerações futuras, o que significa evitar a degradação dos ativos existentes e garantir seu uso futuro. A sustentabilidade pode ser associada ao conceito de «resiliência», que se refere à capacidade de um sistema de absorver e se adaptar às mudanças, mantendo as relações entre seus componentes (Holling, 1973). A abordagem de desenvolvimento sustentável propõe que as pessoas não devem ser expulsas das áreas a serem conservadas, mas sim promover o uso relevante e respeitoso.

A sustentabilidade envolve, é claro, impactos positivos e limitação de impactos negativos em três dimensões: econômica, ambiental e sociocultural. Esses impactos devem ser compatíveis com o resultado, que é a resiliência do socio-ecossistema, ou seja, que as mudanças incorporadas não impliquem a perda das condições atuais para as gerações futuras.

CONCLUSÕES

Nos contextos sociopolíticos e culturais dinâmicos de hoje, e depois de uma pandemia chocante, sem dúvida modificou rapidamente os estilos de vida da população em geral, com grandes transformações em algumas áreas rurais e, a título de análise geral, como apontamos brevemente no caso do desenvolvimento econômico e territorial, mas também com infinitas excepcionalidades e todos os tipos de dificuldades; as instituições, especialmente as que representam o Estado, em particular - as autoridades públicas - devem enfrentar de forma colaborativa os impactos que essa crise sanitária teve sobre os sistemas e que, com maior exigência, questionam certos modos de enfrentamento muitas vezes obsoletos, erráticos ou incongruentes com as necessidades atuais.

A metodologia proposta, produto de uma pesquisa aplicada, permite a articulação eficiente do conhecimento teórico e sua integração aos conceitos práticos e ao desenvolvimento de conceitos e protótipos, até a obtenção de produtos relevantes para a Inovação Social. Sem dúvida, confirma-se que, para uma elaboração coerente dessas

noções, é necessário contar com a participação constante dos atores sociais (como agentes propulsores ou núcleos de inovação social), além das demais instituições que compõem a Multi-hélice, a fim de responder às necessidades reais e constantes da sociedade. As condições de estreita colaboração entre o meio acadêmico e as demais instituições do MS podem gerar um promissor valor agregado para a sociedade como um todo, além da criação de novos serviços, processos e/ou produtos.

Em resumo, a contribuição para esse processo foi observar e articular os vários atores envolvidos, bem como catalisar ações e apoio institucional para convocar com sucesso o diálogo com as autoridades regionais.

De particular importância é a capacidade resiliente de articular e implementar estratégias de IS social que forneçam soluções criativamente excepcionais, mas inclusivamente honestas e, acima de tudo, comprometidas, reunindo duas dimensões distintas: adversidade significativa e adaptação positiva. Com foco no equilíbrio que Holling (2001) indica entre continuidade e mudança, em um ciclo contínuo (ou infinito) de liberação, reorganização, crescimento e consolidação que caracteriza todos os sistemas vivos resilientes.

Também deve ser observado que os efeitos passados da pandemia, especialmente aqueles ligados às relações interpessoais, foram, em alguns casos, devastadores para as interações e, certamente, para a economia global e a geração de novos empregos, especialmente em termos de desenvolvimento econômico e, por essa razão, uma transformação acelerada e mudanças relacionais são observadas, por exemplo, a virtualização das relações econômicas e sociais, bem como os processos de digitalização de informações com possibilidades de maior interação ou teletrabalho.

Em termos gerais, confirma-se a eficácia da capacidade de adaptação das comunidades, que também em processos remotos - em formato remoto - também foram capazes de resistir às incertezas atuais, fazendo uso das atuais tecnologias de informática e da Internet, além de constituir um recurso extraordinário para o monitoramento das necessidades e o desempenho de instrumentos de colaboração que permitiram aperfeiçoar essas práticas e o uso de plataformas on-line, além de gerar treinamento para as comunidades, juntamente com o fornecimento dos vínculos necessários com os diferentes atores da multi-hélice.

É especialmente nesse tipo de cenário que a prática da IS foca sua atenção, articulando redes colaborativas, gerando reflexões e enfrentando desafios, mas, ao mesmo tempo, promovendo discussões interdisciplinares e maior atenção ao desenvolvimento sustentável, uma vez que, sob essa perspectiva, os processos implementados se mostram eficazes, além de se apresentarem como alternativas válidas em tempos de crise e constantes transformações. Em suma, contribui com soluções que não só são eficientes e sustentáveis diante dos problemas sociais, como também podem ser replicadas de forma a gerar maior valor social, entregando as melhores práticas e garantindo, sobretudo, a

distribuição dos benefícios e a redução das disparidades nos territórios, especialmente nas pessoas e suas comunidades, em uma verdadeira ação de apropriação social do conhecimento, integrando os diferentes setores da sociedade, proporcionando também espaços de discussão e retroalimentação do conhecimento científico e tecnológico, por meio de estratégias de divulgação e disseminação, mas também de capacitação.

REFERÊNCIAS

Adams, D. y Hess, M. (2010). "Social innovation and why it has policy significance". The Economic and Labour Relations Review, vol. 21, n. 2, p. 139-55.

Aldunate, Carlos, Castro, Victoria, & Várela, Varinia. (2010). Los Atacamas y el Pescado de Cobija en Homenaje al Maestro John Víctor Murra. Chungará (Arica), 42(1), 341-347. https://dx.doi.org/10.4067/S0717-73562010000100039.

Araujo Azarola, María C., (1988). Juan Pablo II y la Civilización del Amor, Colección Sentir en la Iglesia 7, 1988.

Aristoteles: Moral a Nicomaco. (1997). Ediciones Espasa, Colección Austral, traducción de Patricio de Azcárate, Madrid, España, 10ª Edición.

Arnim, H. H. v.. (1977). Gemeinwohl und Gruppenienteressen ["El bien común y los intereses de grupos"], Frankfort del Meno, Metzner.

Aschero, C. 1975. Ensayo para una clasificación morfológica de artefactos líticos aplicados a estudios tipológicos comparativos. Informe al CONICET 475, Buenos Aires.

Ballester, B. (2018). El Médano rock art style: Izcuña paintings and the marine hunter-gatherers of the Atacama Desert. Antiquity, 92(361), 132-148. doi:10.15184/aqy.2017.185

Banyai, C., & Fleming, D. (2016). Collective impact capacity building: Finding gold in Southwest Florida. Community Development, 47(2). http://doi.org/10.1080/15575330.2015.1135174.

Bate, L. 1971. Material lítico: metodología de clasificación. Noticiario Mensual del Museo Nacional de Historia Natural181/182:3-24.

Berenguer, J. 2009. Las pinturas de El Médano, norte de Chile: 25 años después de Mostny y Niemeyer. Boletín del Museo Chileno de Arte Precolombino 14(2): 57–95. https://doi.org/10.4067/S0718-68942009000200004

Bittman, B. 1984 El Programa Cobija: investigaciones antropológico-multidisciplinarias en la costa Centro Sur Andina: Notas etnohistóricas. En Contribuciones a los Estudios de los Andes Centrales, editado por Sh. Masuda, pp. 101-149. Universidad de Tokio, Tokio.

Bittmann, B. 1986. Recursos naturales renovables de la costa del norte de Chile: Modos de obtención y uso. En Etnografía e Historia del Mundo Andino: Continuidad y Cambio. Editado por S. Masuda, pp. 269-334. Universidad de Tokio, Tokio.

Bland, R., (2010). Another look at the Pegtymel' petroglyphs. Arctic Anthropology 47(2): 22–31.

Burningham, N. 1994. Aboriginal nautical art: a record of the Macassans and the pearling industry in northern Australia. The Great Circle 16: 139–51.

Burroni, L. (2014). Competitive regionalism and the territorial governance of un-certainty. Transfer: European Review of Labour and Research, 20(1). http://doi.org/10.1177/1024258913515159

Cajaiba-Santana, G. (2014): “Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework”, Technological Forecasting and Social Change, vol. 82, p. 42-51.

Capdeville, A. 1918. Arqueología. Llanura del Hueso Parado. Cementerio de los túmulos de tierra. Notas de campo inéditas, conservadas en el Museo Augusto Capdeville Rojas de Taltal.

Cicerón, Marco Tulio, (1983). Sobre la naturaleza de los dioses, Colección los grandes pensadores, Editorial Sarpe, Madrid.

Conti, K., W. Hyder & A. Padgett. 1999. Cave of the Whales: rock art on San Nicolas Island, in

D. Browne, K. Mitchell & H. Chaney (ed.) Proceedings of the Fifth California Islands Symposium: 669–76. Camarillo (CA): U.S. Department of the Interior Minerals Management Service, Pacific OCS Region.

Dikov, N. 1971. Mysteries in the rock of ancient Chukotka (Pethroplyphs of Pegtymel). Translated by Richard L. Bland. Moscow: Nauka.

Escola, P. 1993. De percusión y percutores. Palimpsesto, Revistade Arqueología 3:33-5.

Franz, H.-W., & Howaldt, J. (Eds.). (2012). Challenge Social Innovation: Potentials for Business, Social Entrepreneurship, Welfare and Civil Society (Vol. 9783642328). Dortmund, Germany: Social Research Centre TU Dortmund. http://doi.org/10.1007/978-3-642-32879-4_11

García Estébanez, E.. (1970). El bien común y la moral política, Barcelona, Herder.

Geels, F., (2002). Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: A multi-level perspective and a case-study. Research Policy. 31. 1257-1274. 10.1016/S0048-7333(02)00062-8.

Healey, P. (2015). Citizen-generated local development initiative: recent English experience. International Journal of Urban Sciences, 19(2). http://doi.org/10.1080/12265934.2014.989892.

Holling, C. S. 2001. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. Ecosystems 4(5):390-405.

Holling, C.S. (1973). Resilience and Stability of Ecological Systems. Annual Review of Ecology and Systematics, 4, 1-23. Recuperado de https://www.jstor.org/stable/2096802.

https://doi.org/10.1353/arc.2010.0014

Hubert, A. (2010). Empowering people, driving change. Social innovation in the European Union. Bepa, (May), 1-172. http://doi.org/10.2796/13155.

Hudson, T. & K. Conti. 1981. The ‘aquatic motif’ in Chumash rock art. Journal of California and Great Basin Anthropology 3: 224–31.

Inizan, M., M. Reduron, H. Roche y J. Tixier 1995. Technologie de la Pierre Taillée. C.R.E.P., Meudon.

Jeon, H. & J. Kim. 2013. Bangudae: petroglyph panels in Ulsan, Korea, in the context of world rock art. Seoul: Hollym.

Kim, D., & Lim, U. (2017). Social enterprise as a catalyst for sustainable local and regional development. Sustainability (Switzerland), 9(8). http://doi.org/10.3390/su9081427.

Lee, S. & D. Robineau. 2004. Les cétacés des gravures rupestres néolithiques de Bangu-dae (Corée du Sud) et les débuts de la chasse à la baleine dans le Pacifique nord-ouest. L'Anthropologie 108: 137–51. https://doi.org/10.1016/j.anthro.2004.01.001

Lizarraga, R. (1999) [1603-1609]. Descripción del Perú, Tucumán, Río de la plata y Chile. Union Académique Internationale, Academia Nacional de Historia, Buenos Aires.

Lozano Machuca, J. 1885 [1581] Carta del Factor de Potosí Juan Lozano Machuca al Virrey del Perú, en donde describe la Provincia de los Lipes. Relaciones Geográficas de Indias Tomo II, Apéndice III: XXI-XXVIII. Madrid

Lundy, D. 1974. The rock art of the northwest coast. Unpublished MA dissertation, Simon Fraser University.

Maritain, Jacques, La personne et le bien commun, París: Desclée de Brouwer.

McCarthy, F. 1961. The rock engravings of Depuch Island, north-west Australia. Records of the Australian Museum 25(8): 121–48.

Meighan, C. 2000. Rock art on the Channel Islands of California. Pacific Coast Archaeological Society Quarterly 36(2): 15–29.

Méndez, R., (2002). Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. EURE (Santiago), 28(84), 63-83. https://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008400004

Michelini, Dorando J.. (2007). Bien común y ética pública: Alcances y límites del concepto tradicional de bien común. Tópicos, (15), 37-54. Recuperado en 01 de septiembre de 2023, de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1666-485X2007000100002&lng=es&tlng=es

Mostny, G. & H. Niemeyer. (1984). Arte rupestre en El Médano, II Región. Creces 9(5): 2–5.

Mostny, G. & H. Niemeyer. 1983. Arte rupestre chileno. Santiago: Ministerio de Educación, Departamento de Extensión Cultural.

Moulaert, F., MacCallum, D. y Hillier, J. (2013): «Social innovation: intuition, precept, concept». The International Handbook on Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research, vol. 13.

Moulaert, F.; Martinelli, F.; Swyngedouw, E. & González, S. (2010). Can neighbourhoods save the city? Community development and social innovation. Londres: Routledge.

Negro, G. (2013). Las empresas sociales de inserción frente a la exclusión social. Prisma Social. Revista de Ciencias Sociales, (9), 285-310.

Nevado, M. T., Gallardo, D., & Sánchez, M. I. (2013). La administración local y su implicación en la creación de una cultura socialmente responsable. Prisma Social. Revista de ciencias sociales, 10, 64-118.

Nicholls, A. y Murdock, A. (2012): “The nature of social innovation”. En Social innovation: Springer.

Nohlen, D., (en colaboración con Rainer-Olaf Schultze). (2006). Diccionario de Ciencia Política, Ciudad de México-Xalapa, Porrúa-El Colegio de Veracruz. pp. 96-100.

O’Connor, S. 2008. Boat images in the rock art of northern Australia with particular reference to the Kimberley, Western Australia, in G. Cark, F. Loss & S. O’Connor (ed.) Islands of inquiry. Colonisation, seafaring and the archaeology of maritime landscapes: 397–409. Canberra: ANU E Press.

ONU (1987). Our Common Future: Brundtland Report.

ONU (2018), La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe (LC/G. 2681-P/Rev).

Petrella, R. (1997), El bien común, Madrid, Debate.

Picciotti, A. (2017). Towards Sustainability: The Innovation Paths of Social Enterprise. Annals of Public and Cooperative Economics, 88(2). http://doi.org/10.1111/apce.12168.

Pigg, K., Gasteyer, S., Martin, K., Apaliyah, G., & Keating, K. (2015). Community effects of leadership development education: Citizen empowerment for civic engagement. West Virginia University Press.

Pires, A. de S., Pozzoli, L., & Siqueira, G. (2021). Doctrina Social de la Iglesia Católica: Trascendencia y Derecho en el Concepto de la Dignidad de la Humana. Sapientia & Iustitia, (3), 27–50. https://doi.org/10.35626/sapientia.3.2.16

R. Fernández & Y.C. Tavárez. 2011. Reflexiones sobre el posible papel de las ballenas en los modos de vida precolombinos del caribe insular, República Dominicana, un caso de ejemplo. Anti 10: 14–24.

Ricci, E. (2021), *Itinerarios de Innovación Social*. En Ricci, E. (Editor), Innovación Social. Itinerarios y Experiencias. Ediciones Universidad Católica del Norte.

Ricci, E., Concha, R., (2018b), *Desde la Multihélice a la Innovación Social: El Caso de la Universidad Católica del Norte UCN*. En Latin American Social Innovation Network. Results and Reflections. First Edition. Medellin, Colombia.

Ricci, E., Concha, R., (Editores), (2018a), Innovación Social. Consolidación Modelo Multihélice en la Región de Antofagasta. Ediciones Universidad Católica del Norte.

Rothhammer, F.. Moraga, M., Santoro, C., & Arriaza, B., (2010). Origen de los Changos: Análisis de ADNmt antiguo sugiere descendencia de pescadores de la cultura Chinchorro (7.900 - 4.000 A.P.). Revista médica de Chile, 138(2), 251-256. https://dx.doi.org/10.4067/S0034-98872010000200016

Sábato, J. y Mackenzie M., (1982). La producción de tecnología. Autónoma o transnacional. Ed. Nueva Imagen, México.

Sánchez Agesta, L., (1986). Principios Cristianos del Orden Político, Ediciones Temática SRL, Buenos Aires 1986.

Santo Tomás de Aquino. (1983). De los principios de la naturaleza, Colección los grandes pensadores, Editorial Sarpe, Madrid.

Schubert, C. (2014), “Social Innovations. Highly reflexive and multi-referential phenomena of today’s innovation society?” TUTS-Working Paper–2-2014. Berlin.

Specht, R. 2012. American-Australian scientific expedition to Arnhem Land (1948): its long-range impact. The Open Ecology Journal 5: 53–83. https://doi.org/10.2174/1874213001205010053.

Speth, J. 1972. Mechanical basis of percussion chipping. American Antiquity 37:34-60.

Torres, L., D. Gutiérrez, J. González,

Trotiño, M. A. (2000). “El territorio y la revalorización de los recursos endógenos en el desarrollo local”. Martínez Puche A. et al. (coords.), Herramientas para el desarrollo local. Alicante: Universidad de Alicante-CEDER Aitana.

Turner, D. 1973. The rock art of Bickerton Island in comparative perspective. Oceania 43: 286–325. https://doi.org/10.1002/j.1834-4461.1973.tb01225.x

Westley, F. (2008), “The social innovation dynamic”. Frances Westley, SiG@ Waterloo.

CAPÍTULO 10

A EVOLUÇÃO DO VATICANO COMO UM PODEROSO MICROESTADO EM FÓRUNS MULTILATERAIS: UMA ANÁLISE DE CASO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E SUAS AGÊNCIAS

Data de submissão: 03/10/2023 *Data de aceite: 01/11/2023*

Felipe Vidal Benvenuto Alberto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ)
Rio de Janeiro/RJ
http://lattes.cnpq.br/6212312971874395

RESUMO: A Assembleia Geral da ONU reconheceu, em 1º de julho de 2004, que à Santa Sé, na qualidade de Estado Observador, seriam concedidos os direitos e privilégios de participação nas sessões e trabalhos da Assembleia Geral e nas conferências internacionais convocadas sob os auspícios da Assembleia ou de outros órgãos das Nações Unidas, bem como nas conferências da organização, conforme estabelecido no anexo à resolução. Curiosamente, o texto da resolução se refere ao status da Santa Sé como um Estado Observador e não como um Estado Não Membro, mantendo como uma missão Observadora Permanente. Tal posicionamento torna relevante entender qual o papel atual, bem como o caminho trilhado na histórica recente, da Igreja Católica Romana nas organizações internacionais, tomando como recorte a ONU e suas agências, uma vez que se trata do exemplo máximo desse tipo de arranjo no sistema internacional contemporâneo. Para atingir este objetivo, este trabalho está dividido em três seções principais: i) o contexto fundacional da ONU e a bifurcação entre Estado e Igreja no caso Vaticano; ii) a necessidade dos Direitos Humanos em transcender a moral religiosa; e, por fim, iii) a migração do catolicismo para o Sul Global e a consequente modernização de sua agenda estatal em fóruns multilaterais.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Sé; Vaticano; ONU; Relações Internacionais.

THE EVOLUTION OF THE VATICAN AS A POWERFUL MICROSTATE IN MULTILATERAL FORUMS: A CASE STUDY ANALYSIS OF THE UNITED NATIONS AND ITS AGENCIES

ABSTRACT: The United Nations General Assembly recognized on July 1, 2004, that the Holy See, in its capacity as an Observer State, would be granted the rights and privileges of participation in the sessions and proceedings of the General Assembly and in international conferences convened under the auspices of the Assembly or other United Nations organs, as well as in the organization's conferences, as established in the annex to the resolution. Interestingly,

the resolution refers to the status of the Holy See as an Observer State rather than a Non-Member State, maintaining it as a Permanent Observer Mission. This positioning makes it relevant to understand the current role, as well as the path taken in the recent history, of the Roman Catholic Church in international organizations, focusing on the UN and its agencies, as it represents the ultimate example of such an arrangement in the contemporary international system. To achieve this goal, this work is divided into three main sections: i) the foundational context of the UN and the division between State and Church in the Vatican case; ii) the need for Human Rights to transcend religious morality; and, finally, iii) the shift of Catholicism to the Global South and the consequent modernization of its state agenda in multilateral forums.
KEYWORDS: Holy See; Vatican; United Nations; International Relations.

1 I O CONTEXTO FUNDACIONAL DA ONU E A BIFURCAÇÃO ENTRE ESTADO E IGREJA NO CASO VATICANO

Na esteira de um contexto de completa desordem global (SAYWARD, 2017, p. 19), a Organização das Nações Unidas foi criada em 1945 para manter a paz e a segurança internacional e alcançar a cooperação internacional na solução de problemas econômicos, sociais ou humanitários em todo o mundo e na promoção do respeito pelos Direitos Humanos. Os principais órgãos das Nações Unidas incluem o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado-Geral. Todos os Estados Membros estão representados na Assembleia Geral, o principal fórum no qual os mesmos se reúnem para discutir qualquer questão no âmbito da Carta da ONU, fazer recomendações para promover a cooperação política, a paz internacional e os Direitos Humanos e aprovar resoluções sobre assuntos correlatos. Além dos Estados Membros, existem muitos outros órgãos e organizações filiados às Nações Unidas. Importantes entre estes são os observadores, grupo no qual se inclui a Santa Sé (ABDULLAH, 1996).

Existem quatro categorias gerais de Observadores nas Nações Unidas: Estados não membros, organizações intergovernamentais, movimentos de libertação nacional e ONGs. A Santa Sé e a Palestina são as únicas entidades com estatuto de Estado não-membro Observador (ARAUJO, 2010). A condição de Observador Permanente não está formalmente prevista na Carta das Nações Unidas, nem existe um sistema uniforme de regulamentos que regem a sua participação; em vez disso, as regras surgiram da prática, sendo chanceladas e garantidas por Resolução da Assembleia Geral, e variam consideravelmente de acordo com o tipo de Observador.

Todo aquele que dedica seus estudos ao campo das Relações Internacionais, suas respectivas áreas correlatas, ou até mesmo apenas tem o hábito de consumir conteúdo jornalístico rotineiramente, já ouviu o emprego do termo Santa Sé. Muitas vezes usado de maneira comutável com o Vaticano , a Santa Sé na verdade não se confunde em significado com o Estado da Cidade do Vaticano. Menor Estado do mundo, este último foi inaugurado em 1929 através da assinatura do Tratado de Latrão, na presença do Secretário de Estado

do Papa Pio XI, Cardeal Pietro Gasparri, e a principal liderança do governo fascista italiano Benito Mussolini. Tal ato de concessão do pequeno território chancelou a existência dos três requisitos necessários para classificação como um Estado. (CARLETTI, 2012, p. 29).

Responsável integralmente pela atuação internacional, por ser ela o sujeito reconhecido pelo Direito Internacional (ACCIOLY et al, 2019, p. 474), é a Santa Sé que mantém relações diplomáticas com os vários Estados ao redor do mundo. Conforme descrito por Carletti (2012, p. 38), "na prática, segundo o Direito Canônico, o nome de Santa Sé Apostólica é atribuído a todo corpo eclesiástico que cerca a Cúria Romana, não apenas o Papa, porém a ele todo o poder é subordinado", tratando-se, portanto, de um regime monárquico eletivo.

Apontada como a mais antiga diplomacia do mundo (LEBEC, 1999, p. 11), aquela praticada pela Santa Sé hoje encontra muitos paralelos com o que conhecemos por diplomacia como "padrão", sendo suas particularidades advindas, em geral, do fato de se ser um caso singular no contexto em que se insere. Para além da figura do Sumo Pontífice em si, a Igreja faz uso da posição privilegiada da Santa Sé no âmbito internacional, como única instituição religiosa capaz de estabelecer relações diplomáticas com outros Estados, para enviar os chamados núncios apostólicos ao redor do mundo, bem como receber embaixadores em seu território. Segundo a narrativa da própria Igreja, a justificativa para tal prática é tanto bíblica quanto conjuntural. Em outras palavras, o plano de evangelização cristã narrado em seu Livro Sagrado possui explicitamente um sentido expansionista da fé pelo mundo e, por outro lado, ao se abrir para o diálogo com um Estado, a Igreja estaria indiretamente se comunicando de maneira mais abrangente com os indivíduos ali pertencentes.

Com sua origem datando ainda dos primeiros séculos de história da Igreja, a diplomacia pontifícia passou por etapas das mais diversas, desde seu exercício indireto através do envio de emissários papais aos concílios (CARLETTI, 2012, p. 42) até sua gradual consolidação, como a conhecemos, já nos últimos dois séculos. Nos dias de hoje, a diplomacia pontifícia possui essencialmente três entes de interação para além da figura do Papa em si.

A Secretaria de Estado, surgida no século XV e alvo de uma série de reformulações desde então, atualmente é o órgão da Cúria Romana mais próximo ao Papa. Presidido pelo Cardeal Secretário de Estado, que "pode ser considerado o máximo expoente da atividade diplomática e política da Santa Sé, representando, em circunstâncias particulares, a própria pessoa do Sumo Pontífice", o órgão possui uma de suas duas seções exclusivamente voltada para a Relação com os Estados, sendo ela dirigida pelo próprio Secretário. Atuando de maneira análoga a de um chanceler em estruturas de outros Estados, o cargo atualmente ocupado pelo Cardeal Pietro Parolin possui relevância significativa na agenda internacional adotada pelo papado de Francisco e, ainda mais especificamente na cada vez mais robusta presença em fóruns internacionais de debate (KUNZ, 1952).

O corpo diplomático pontifício, por sua vez, é formado por núncios apostólicos, delegados apostólicos e observadores. Como citado anteriormente, os primeiros realizam essencialmente o mesmo trabalho que embaixadores convencionais, sendo a nomenclatura escolhida a fim de dar o sentido de anunciação da mensagem evangelizadora à missão diplomática (CARLETTI, 2012, p. 47). Ou seja, apesar de enviados a países com os quais a Santa Sé mantém relações diplomáticas, existe um caráter acima de tudo religioso no cargo. Primeiramente, é defendido pela Igreja que "[...] se exige antes de tudo de um núncio é que seja padre" (LEBEC, 1999, p. 12), mas o simples caráter evangelizador dessa figura se torna algo temerário defronte países pouco habituados com a presença cristã ou que possuem experiências negativas com dita denominação religiosa em sua história. Delegados apostólicos e observadores terminam de compor o corpo diplomático e são os representantes da Santa Sé em países ainda sem relações oficiais estabelecidas e em Organizações Internacionais, respectivamente.

De maneira análoga ao envio de representantes da Santa Sé a países com os quais possui relações diplomáticas estabelecidas, também há a reciprocidade dos mesmos Estados, encerrando assim a configuração do corpo diplomático pontifício. Devido ao tamanho reduzido do território pertencente ao Vaticano, embaixadas estrangeiras para o Estado são estabelecidas em Roma, ainda que, em geral, nas cercanias da praça São Pedro.

Por fim, já extraoficialmente ao corpo diplomático, há o exercício da diplomacia papal, que encontra paralelo contemporâneo na chamada diplomacia presidencial (GAETAN, 2021). É difícil estabelecer um ponto de início, do ponto de vista histórico, para a diplomacia papal, pois desde os primórdios do catolicismo que o cargo de mais alto poder é também cobiçado e exercido por indivíduos já previamente influentes na sociedade. Separar os interesses pessoais, religiosos e estatais é uma tarefa um tanto ingrata e talvez até despropositada, considerando o caráter *sui generis* de um Estado não só teocrático, mas essencialmente fundido com uma vertente religiosa.

"A Igreja Católica Apostólica Romana deve continuar a ser tratada como um Estado?", foi o que indagou uma petição que circulou na IV Conferência Mundial sobre a Mulher. O documento questionava o status da Santa Sé, comumente referido como Vaticano, na ONU e instou a organização a avaliar a conveniência de permitir que a Santa Sé, uma entidade religiosa, aja em pé de igualdade com os Estados. A petição coletou mais de mil assinaturas nos primeiros dias de campanha. Segundo os iniciadores da petição, a Santa Sé atuaria como um órgão religioso, não como um Estado, quando participa de atividades das Nações Unidas, como era o caso da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Eles argumentaram que o uso do sistema ONU pela Santa Sé para promover as posições teológicas da Igreja Católica Apostólica Romana era inapropriado. A solicitação afirmava ainda que a vertente religiosa liderada pelo bispo de Roma teria uma voz nos fóruns de debate da ONU diferente da de qualquer outra religião mundial. Os críticos do status da Santa Sé nas Nações Unidas

afirmam que ela não deveria gozar de maiores privilégios do que outras religiões do mundo ou organizações não-governamentais na ONU. Tal como está, o catolicismo romano é a única expressão religiosa que recebe o status de Estado no sistema internacional, através da Santa Sé.

À medida que as ideias nascentes de Direito Internacional e jusnaturalismo se desenvolveram ao longo dos séculos seguintes ao XVI, elas diferiram em certos aspectos críticos, na base e nas pontas, daquelas noções de ordem jurídica internacional e Direitos Humanos que passaram a dominar o pensamento político e jurídico na era moderna. . No que diz respeito ao Direito Internacional, o sistema vestfaliano, que surgiu a partir de meados do século XVII, tinha como premissa a soberania do Estado territorial. Muitos entenderam que isso contradizia o ensinamento tradicional da Igreja Católica de que a autoridade política vinha somente de Deus — e indiretamente, portanto, da autoridade temporal universal da própria Igreja. Ao passo que a soberania territorial deu origem ao nacionalismo jurídico e ao positivismo nos séculos XVIII e XIX, alargou-se o *gap* aparente entre a compreensão católica tradicional do direito das gentes, fundamentada na responsabilidade dos governantes pelo bem comum universal, e o Direito Internacional secularizado, cada vez mais fundamentado na autonomia soberana e no consentimento (VEROSTA, 1972).

Da mesma forma, da perspectiva da tradição clássica do direito natural, as teorias dos direitos naturais de Hobbes, Locke e Rousseau compartilhavam uma redução comum dos fins da vida humana e da política (OBIEZU, 2010). Compreendendo o homem como naturalmente solitário e antagônico, eles concebiam os direitos como emergindo principalmente do instinto individual de autopreservação física e da necessidade de segurança. Em sua essência, essa visão divergia dramaticamente da concepção católica preexistente de direitos como expressões da unidade e dignidade humanas que decorrem de ser criado à semelhança de Deus. O contraste entre as duas tradições veio à tona concretamente com a Revolução Francesa e o conflito do século XIX entre a Igreja e o liberalismo europeu moderno.

Como sugeriu o discurso do Papa Bento XVI, a relação da Igreja Católica com os Direitos Humanos e a democracia há muito é ambivalente. A Igreja endossou os Direitos Humanos primitivos já em seus pronunciamentos do século XVI sobre a colonização no Novo Mundo e com força acelerada em suas encíclicas modernas a partir de 1891. No entanto, essa chancela não passou de uma retórica vazia que foi apagada pela cumplicidade com os movimentos colonizadores. Por meio de um amplo diálogo com o mundo moderno, incluindo proponentes do Iluminismo (MARTENS, 2006), e por meio da evolução paralela das instituições estatais e internacionais, o ensinamento da Igreja convergia cada vez mais com as normas de Direitos Humanos e democracias encontradas nessas instituições seculares. Essa convergência foi consolidada no Concílio Vaticano II. Mas o mesmo não dissiparia as diferenças entre as articulações católicas e seculares dos Direitos Humanos e da democracia, nem na teoria nem na prática. De fato, surgiram algumas formas

inteiramente novas de divergência, como a questão dos direitos LGBTQIA+ e a temática do aborto como algo integralmente pertinente aos envolvidos e não a uma moral religiosa. Essa divergência provavelmente persistirá, mesmo que a Igreja provavelmente continue entusiasmada com as normas centrais das democracias constitucionais, da União Europeia e das Nações Unidas (TROY, 2016).

O Papa Paulo VI foi quem estabeleceu a primeira missão como Observador Permanente da Santa Sé nas Nações Unidas, em Nova York, em 21 de março de 1964. Inicialmente, havia uma dúvida se seria a Cidade do Vaticano ou a Santa Sé que manteria relações com a organização. No final, foi decidido em uma troca de cartas entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e a Santa Sé que a presença de representantes papais sob o título de Estado da Cidade do Vaticano teria enfatizado indevidamente os aspectos temporais da soberania do Papa (MELNIK, 2009). A decisão de fazer da Santa Sé, em vez da Cidade do Vaticano, o Observador Permanente imediatamente ampliou o escopo do interesse do papado nas atividades da ONU de meros assuntos temporais que afetam a Cidade do Vaticano para as maiores preocupações sociais e morais da Igreja Católica pelo mundo. Como tal, a participação da Santa Sé nas Nações Unidas, diferentemente da dos Estados-nação, é fundamentalmente religiosa e espiritual por natureza. De fato, a indicação mais clara de que a Santa Sé participa das Nações Unidas como organização religiosa são as declarações feitas pela própria Igreja. Por exemplo, no discurso do Papa João Paulo II à Assembleia Geral em outubro de 1995, ele enfatizou a missão especificamente espiritual da Santa Sé.

O status de Observador Permanente da Santa Sé como Estado não membro permite que ela participe dos trabalhos das Nações Unidas no mesmo nível de um membro. Embora a Santa Sé não tenha permissão para votar na Assembleia Geral, ela pode participar de todas as reuniões do órgão (TROY, 2008). Além disso, embora os chefes de Estados não membros normalmente não tenham permissão para se dirigir à Assembleia Geral em plenário, uma exceção é comumente feita: o Papa. Paulo VI dirigiu-se aos Estados Membros em 1965 e João Paulo II repetiu o ato por mais duas oportunidades, se tornando então algo recorrente a partir do papado de Bento XVI. A Santa Sé também participa ativamente das conferências da ONU. Como esses encontros geralmente são abertos a todos os Estados, a Santa Sé, em virtude de seu status de Estado não-membro, é automaticamente considerada um Estado para os fins de participação em conferências no mesmo nível que os Estados membros. Em suma, a Santa Sé participa das conferências da ONU como participante pleno, não como Observador e, consequentemente, a Santa Sé tem plenos direitos de voto nessas ocasiões.

Nas conferências internacionais, as Nações Unidas preferem operar por consenso, em vez de depender de votos, na adoção dos Programas de Ação. Como resultado, a Santa Sé acaba conseguindo uma voz mais forte nos procedimentos do que seu único voto poderia sugerir. Na prática, o compromisso da ONU com o consenso fornece à Santa Sé

um quase veto nas conferências, ou seja, a adoção de qualquer medida acaba dependendo substancialmente da aprovação também do Vaticano. A Santa Sé, mesmo que não seja apoiada em sua posição por nenhum outro Estado, tem a capacidade de impedir que um consenso se forme na conferência e, como representa sumariamente a posição de uma vertente religiosa, acaba trazendo à tona com frequência o debate da dicotomia entre Igreja e Estado (ÅRSHEIM, 2016).

2 I A NECESSIDADE DOS DIREITOS HUMANOS EM TRANSCENDER A MORAL RELIGIOSA

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Igreja Católica Romana assumiu uma posição pública sobre questões de dignidade humana e Direitos Humanos. Em 1963, o Papa João XXIII sublinhou a posição da Igreja ao observar que "todo ser humano é uma pessoa, [...] sua natureza é dotada de inteligência e livre arbítrio. Em virtude disso, ele tem direitos e deveres próprios fluindo direta e simultaneamente de sua própria natureza, que são universais, invioláveis e inalienáveis". Essa forte afirmação em muito se assemelha a um dos conceitos de universalidade propostos por Donnelly (2003, p. 90), onde haveria, virtualmente, um consenso entre todas as partes componentes do sistema internacional quanto ao pertencimento de todo ser humano ao coletivo social e, por consequência, gozando plenamente das leis internacionais.

> [...] o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis. Segue-se daí que a pessoa tem também o direito de ser amparada em caso de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice, de desemprego forçado e em qualquer outro caso de privação dos meios de sustento por circunstâncias independentes de sua vontade. (JOÃO XXIII, 1963)

Além dos Direitos Humanos, João XXIII observou também que o ser humano tem direito a certos direitos políticos: o direito de circular livremente dentro de uma nação ou de emigrar para outra nação, o direito de participar ativamente nos negócios públicos de uma nação e o direito de ter seus direitos protegidos por um judiciário livre e independente. Ao estender esse conceito aos direitos políticos, novamente há uma consonância com a sincronia entre Direitos Humanos e políticos referida por Donnelly (2003, p. 91). O Papa aponta ainda que existem direitos econômicos aos quais toda pessoa tem direito, como o direito a condições seguras de trabalho, o direito à propriedade privada e o direito a um salário de trabalho justo. *Pacem in Terris* foi um divisor de águas por duas razões: pela primeira vez mencionou especificamente os pontos aos quais o ser humano teria direito segundo os preceitos da Igreja à época; e não foi dirigido apenas aos católicos romanos, mas a "todos os homens de boa vontade", alertando assim o mundo que o Vaticano estaria

renovando com a sociedade seu compromisso, já um tanto desgastado, com os Direitos Humanos e disposto a agir para protegê-los (CAROZZA, 2012).

A posição pró-Direitos Humanos da Igreja continua demonstrada futuramente, sob a administração de João Paulo II. Em outra carta encíclica, intitulada *Sollicitudo Rei Socialis*, o Papa redige que “a preocupação social da Igreja é orientada para um autêntico desenvolvimento do homem e da sociedade que respeite e promova todas as dimensões da pessoa humana”. Ao enfrentar os problemas e carências do mundo moderno — o distanciamento cada vez maior entre ricos e pobres, o problema daqueles sem moradia, o número crescente de desempregados e subempregados — a Igreja tenta demonstrar novamente que não se preocuparia apenas com os católicos, mas com a humanidade no seu todo . João Paulo II apela o que chamou de “desenvolvimento autêntico” como solução, para qualquer forma de desenvolvimento que não respeite e promova os Direitos Humanos em primeira instância.

Ambas as encíclicas supracitadas reconhecem efusivamente o papel que a ONU deve desempenhar para ajudar a promover os Direitos Humanos entre os homens. João XXIII chama a Declaração Universal dos Direitos Humanos de “um ato da mais alta importância”, pois a declaração proclamaria um ideal a ser perseguido por todos os povos e todos os países. João Paulo II atribui à Declaração um sinal de crescente consciência da importância que se deve atribuir aos direitos do ser humano. Em suma, a Igreja, por meio da emissão de encíclicas papais, adotou e articulou um alto padrão em relação aos Direitos Humanos, na ocasião da consolidação internacional de tais direitos. Fez da difusão desses preceitos um de seus imperativos morais. Este forte compromisso com os Direitos Humanos assumido pelo Vaticano fez com que as igrejas locais em várias nações se tornassem mais sensíveis e ativas na proteção desses direitos. De acordo com Donnelly et al. (1998, p. 3), o reconhecimento de direitos religiosos limitados para algumas minorias cristãs na Paz de Vestfália, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, seria, talvez, o precursor mais antigo da ideia de Direitos Humanos internacionais.

Por outro lado, a pactuação histórica da Igreja, como instituição, a robustas violações daquilo que hoje é mais bem delimitado como inaceitável na convivência em sociedade humana, traz até hoje uma série de dificuldades em estabelecer um posicionamento que não esbarre na necessidade de reconhecimento e retratação (SODANO, 2001). São frequentes os pleitos de setores da sociedade civil para que a Santa Sé deixe de gozar de tantas prerrogativas em suas participações na ONU (OBIEZU, 2103) e muito disso está em diálogo com a cumplicidade eclesiástica a tragédias humanitárias como a escravidão de negros, a até hoje replicada segregação de gênero e a proximidade com diversos regimes ditatoriais ao longo da história. Trazendo esse debate para a contemporaneidade, os casos tristemente frequentes e que mais chamam atenção da sociedade são os abusos sexuais de crianças por parte de membros do clero.

Como citado anteriormente, em 2004, uma resolução da Assembleia Geral das

Nações Unidas (AGNU) concedeu vários novos direitos à Santa Sé como Observador Permanente, com base em sua participação ativa em órgãos e agências subsidiárias da ONU e nos tratados dos quais a Santa Sé já era parte. Além de representar a enorme capacidade de adaptabilidade da organização frente as caleidoscópicas realidades que se apresentam imperativamente (MACKENZIE, 2015) No entanto, a resolução não fez referência a quaisquer diferenças específicas entre os Estados ordinários e a Santa Sé sobre as obrigações decorrentes desses tratados e participação.

Anos depois, um documento de trabalho de 2008 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), referindo-se à Santa Sé como Estado Observador, indicou que a estrutura institucional atípica do Vaticano o torna um caso especial. Uma resolução do mesmo ano sobre o estatuto de Observador afirma que a Santa Sé participa (no Conselho da Europa) de acordo com a sua natureza e missão específicas.

Um relatório da APCE de 2010 sobre o abuso sexual dentro das instituições não se referiu a nenhum tipo específico de obrigações, sob o Direito Internacional, das dioceses, ordens religiosas ou da Santa Sé. O relatório mencionou que várias reações em diferentes níveis hierárquicos vieram da Igreja Católica, mas não distinguiu entre processos disciplinares contra padres em nível diocesano e da Santa Sé, simplesmente mencionando os casos em que o Papa havia tomado a medida disciplinar em suas próprias mãos.

Como se pode ver, a questão das obrigações internacionais de direitos humanos da Santa Sé como Estado Observador não foi diretamente apresentada à AGNU ou ao Conselho da Europa. No entanto, as atitudes desses órgãos em relação à Santa Sé vão desde negligenciar diferenças essenciais entre a Santa Sé e outros Estados Membros, até salientar que se trata de um "caso especial" cuja posição dentro de organizações internacionais depende de sua natureza e missão específicas como uma entidade religiosa (ZAMBRANA-TÉVAR, 2022).

No que diz respeito à natureza das obrigações da Santa Sé e à forma de cumpri-las, as Observações Finais do Comitê sobre Direitos da Criança (CRC) de 1995 mencionam a influência moral exercida pela Santa Sé e pelas Igrejas Católicas nacionais, instam a Santa Sé a divulgar a Convenção sobre os Direitos da Criança e formar trabalhadores voluntários e ordenou que o melhor interesse da criança seja plenamente levado em consideração na condução de todas as atividades da Santa Sé e das várias instituições e organizações da Igreja que lidam com os direitos infantis.

Em 2014, o CRC repreendeu severamente a Santa Sé pela avalanche de casos de abuso sexual por parte do clero. O órgão indicou, ainda, que a Santa Sé tinha uma natureza dual e havia ratificado a Convenção sobre os Direitos da Criança na qualidade de soberana do Estado da Cidade do Vaticano (HAILU, 2017), bem como sujeito soberano do Direito Internacional, que tinha obrigações de implementar o tratado dentro do território do Vaticano, mas também em todo o mundo através de indivíduos e instituições sob sua autoridade (PEASLEE, 2013).

O CRC admitiu que estava plenamente ciente de que os bispos e os superiores maiores dos institutos religiosos não agem como representantes ou delegados do Romano Pontífice, mas que os subordinados nas ordens religiosas católicas estariam obrigados à obediência ao Papa. No entanto, além dessas referências ao direito canônico, nenhuma tentativa foi feita para explicar se e até que ponto a Santa Sé tem poder ou autoridade sobre os membros ou instituições da Igreja. O Comitê se referiu a organizações e instituições relacionadas à Igreja nos Estados Partes onde a Santa Sé tem influência e impacto e a crianças que frequentam ou estão envolvidas em escolas, serviços e instituições fornecidas pela Igreja Católica (ZAMBRANA-TÉVAR, 2022).

A linguagem do CRC tornou-se enfática, por fim, quando se referiu à Santa Sé como o poder supremo da Igreja, que seria legalmente responsável por seus subordinados nas ordens religiosas católicas sob sua autoridade. Com relação aos meios com os quais a Santa Sé supostamente conta para cumprir suas obrigações, o comitê mencionou legislação e política ou orientação para todas as igrejas, organizações e instituições católicas em todo o mundo. O CRC também fez referência à suposta autoridade moral da Santa Sé para condenar todas as formas de assédio.

Embora a Santa Sé e o Papa não tenham nenhum poder real em termos de *hard power* ou capacidades militares, seu poder pode ser descrito como simbólico e expressivo em termos de *soft power*. Consequentemente, é razoável distinguir entre poder em termos de influência e em termos de capacidades. Evidentemente, a Santa Sé detém *soft power*, principalmente em termos de influência, para persuadir com meios não militares (SCHWARZ; LYNCH, 2016). À luz de sua falta de *hard power*, a globalização, incluindo o crescimento da era da informação, é um desenvolvimento bastante bem-vindo para a Igreja e ainda mais para sua Constituição política personalista. Nenhum outro Papa antes de João Paulo II teve mais consciência desse poder simbólico e de como exercê-lo, particularmente no que diz respeito aos meios de comunicação. Hoje em dia é possível encontrar um comportamento muito parecido na figura de Francisco, ainda que o mesmo sofra com intensa resistência interna advinda das alas mais ortodoxas.

Considerando a concepção de poder da Santa Sé como realista, sua aplicação prática não é precisamente desta maneira porque reconhece a necessidade de harmonizar ideais com interesses e imperativos nacionais. A Igreja busca fortalecer uma sociedade mundial usando a cooperação em vez de um equilíbrio de poder nas relações internacionais. É evidente que o Papa João Paulo II se opôs à segunda Guerra do Golfo liderada pelos Estados Unidos, cuja intenção pode ser visto como a preservação de um equilíbrio de poder (THOMAS, 2000). O conceito de uma sociedade internacional baseada na lei é antigo e bem documentado no ensino católico. Pode ser encontrado nos pensamentos de Santo Agostinho, bem como em documentos mais recentes.

> A paz não é ausência de guerra; nem se reduz ao estabelecimento do equilíbrio entre as forças adversas, nem resulta duma dominação despótica. Com toda

> a exatidão e propriedade ela é chamada ‘obra da justiça’. [...] Com efeito, o bem comum do ser humano é regido, primária e fundamentalmente, pela lei eterna; mas, quanto às suas exigências concretas, está sujeito a constantes mudanças, com o decorrer do tempo. Por esta razão, a paz nunca se alcança de uma vez para sempre, antes deve estar constantemente a ser edificada. Além disso, como a vontade humana é fraca e ferida pelo pecado, a busca da paz exige o constante domínio das paixões de cada um e a vigilância da autoridade legítima. [...] Absolutamente necessárias para a edificação da paz são ainda a vontade firme de respeitar a dignidade dos outros homens e povos e a prática assídua da fraternidade. A paz é assim também fruto do amor, o qual vai além do que a justiça consegue alcançar. (CONCÍLIO VATICANO II, 1966)

A ênfase da Igreja na justiça nas relações internacionais demonstra até que ponto ela é limitada por conceitos realistas e idealistas. Ela está ciente das dificuldades em alcançar a paz e deixa claro que a paz só pode ser alcançada por um empreendimento de justiça. Ao mesmo tempo, reconhece a instabilidade da vontade humana, que deve levar a um domínio constante das paixões. Sendo assim, a Santa Sé busca fortalecer a governança global, especialmente por meio da ONU, devido às suas oposições em relação ao uso de forças armadas.

Ainda que o Vaticano, como Estado soberano, raramente tenha sido caracterizado como uma democracia liberal, a Igreja, como resultado de seu compromisso com a preservação da vida, tornou-se uma respeitável promotora da paz liberal, a qual afirma que Estados democráticos hesitariam em conflitar outras Estados no mesmo grau de estabilidade política (DUFFIELD, 2014, p. 34). Retornando à essência religiosa do microestado (DUURSMA, 1994), João Paulo II enfatizou particularmente a importância da liberdade religiosa como a primeira liberdade, porque está enraizada na dignidade divina do livre arbítrio humano.

Sob o prisma do apoio da Santa Sé à ONU e do conceito de sociedade internacional solidária baseada na lei, a política externa da Santa Sé pode ser situada dentro da tradição teórica da Escola Inglesa, enfatizando a importância de uma sociedade internacional baseada na lei, mas também ciente da tradição realista sobre o poder e as ambiguidades inerentes ao uso do poder. Além disso, a diplomacia da Santa Sé pode ser vista na perspectiva da Escola Inglesa, que caracteriza a diplomacia como um sistema que incorpora as virtudes da caridade e do autocontrole, constituindo um elemento de civilização que facilita suas relações com aqueles tidos como “outros”, fora de sua própria sociedade ou comunidade de regras, entendimentos e pontos de vista compartilhados. Isso evoca a concepção católica de uma ordem mundial que tenta harmonizar interesses diferentes de maneira justa, segundo seu paradigma de justiça e, portanto, civilizadora e trabalhando para uma sociedade mundial (ONORATO, 1989).

O conceito católico de solidariedade, que se caracteriza como uma determinação firme e perseverante de se comprometer com o bem comum, importante conceito de

sociedade mundial e base do solidarismo com uma tendência para o cosmopolitismo em seus compromissos éticos. A visão proposta é de que a humanidade é uníssona e que a tarefa da diplomacia é traduzir esta solidariedade latente de interesses e valores em realidade. Uma noção inicial sobre a importância das tendências de interdependência e globalização e a perspectiva emergente para uma sociedade internacional mais solidária, por exemplo, através do apoio à ONU, pode ser vista através das ações da Igreja.

Desde sua entronização que Francisco está envolvido na resolução de conflitos internacionais, como o do Iraque (RUGAR, 2020) ou a reaproximação entre Cuba e os EUA. No entanto, ele parece estar insatisfeito com o papel da ONU nesse setor, como ficou claro em seu discurso de 2020, onde disse que "nosso mundo dominado por conflitos precisa que as Nações Unidas se tornem uma oficina internacional cada vez mais eficaz para a paz. Isso significa que os membros do Conselho de Segurança, especialmente os Membros Permanentes, devem agir com maior unidade e determinação" (FRANCISCO, 2020). Essa mensagem tem sua interpretação central no campo da construção de paz, mas considerando o caráter *sui generis* já mencionado da Santa Sé, uma vez que exerce missão espiritual em uma organização internacional de Estados, o diálogo inter-religioso tão relevante na agenda de Francisco se torna latente. A composição dos assentos permanentes do Conselho de Segurança como se dá atualmente não apresenta um cenário animador para o cumprimento dos Direitos Humanos frente minorias étnicas e/ou religiosas (WEISS, 2001, p. 216), em especial para aqueles que militam pela pluralidade cultural, como Francisco. O Papa argentino acredita que boa parte dos conflitos do mundo estão relacionados à ganância e à intolerância. Sendo assim, a pauta ganha uma priorização bastante inovadora durante seu papado.

E assim a eleição deste pontífice injetou imediatamente energia renovada nos empreendimentos ecumênicos e inter-religiosos no diálogo. Pela primeira vez em muitas décadas, a Igreja está sendo mencionada por católicos e outros cristãos, membros de outras religiões e pessoas sem nenhuma fé, de maneira particular em termos cada vez mais positivos, construtivos e esperançosos – da mesma forma que o próprio cargo de Francisco no papado. Isso se reflete de maneira efetiva na atuação da Santa Sé na ONU, uma vez que carregar consigo uma missão exclusivamente evangelizadora torna o diálogo dificultado, enquanto a adoção de uma pauta ecumênica abre portas para aproximação, por exemplo, com países teocráticos que professam outra fé.

Além de suas muitas declarações e homilias, ele enviou seu Secretário de Estado, Cardeal Pietro Parolin, para falar em uma cúpula de emergência sobre a situação dos migrantes do México para os EUA, em julho de 2014, e também para se dirigir à Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, para a qual Parolin pediu uma resposta mais global e colaborativa às emergências mundiais e fez uma crítica às recentes ações unilaterais por parte de uma coalizão seleta de nações poderosas. Ainda que não possua legitimidade de atuação direta em muitos territórios, especialmente aqueles que professam

outra fé, a Santa Sé acaba exercendo um papel relevante na busca dentro da ONU por um sentimento de comunitarismo, aos moldes daquele descrito por Tadjbakhsh (2010, p. 126). Esse compromisso inabalável com a colaboração para construir uma justiça social global, ainda que pautada em seus próprios valores, também levou a mais iniciativas ecumênicas e inter-religiosas inovadoras, como a lançada no Vaticano em 17 de março de 2014, que reúne diferentes igrejas e religiões para fazer campanha para acabar com a escravidão contemporânea e o tráfico humano (MANNION, 2017).

3 I A MIGRAÇÃO DO CATOLICISMO PARA O SUL GLOBAL E A MODERNIZAÇÃO DE SUA AGENDA ESTATAL EM FÓRUNS MULTILATERAIS

Qualquer olhar para o futuro da Igreja deve começar com sua estrutura e agência. A variável interna mais premente para a mudança futura é, ao lado da pessoa do Papa, a Cúria Romana (LI; GE, 2017). Semelhante à nomeação presidencial de juízes da Suprema Corte em países que adotam essa prática, o preenchimento papal de cargos curiais oferece uma avaliação intermediária da orientação da Igreja em termos teológicos e políticos. A questão-chave de uma revolução teológica, desencadeada e acelerada pelo Papa Francisco é, portanto, se tal “revolução” se perpetuará para além da figura do monarca em voga. É razoável dizer que Francisco é o primeiro verdadeiro Papa “global”. Enquanto João Paulo II costumava ser um viajante do mundo, ele certamente não era um Papa “global”, até mesmo pelas suas origens e seu posicionamento abertamente anticomunista em um mundo ainda marcado pelo bloco soviético. Francisco, no entanto, é um estrangeiro no sentido literal, exemplificando o fim da longa história do eurocentrismo na Santa Sé e acompanhando um fenômeno que também ocorre na massa de fiéis católicos, cada vez mais concentrados na periferia global. O mesmo pode ser observado, em seu grau de proporcionalidade, na pluralização de atores nos mais diversos âmbitos da ONU (HULME; WILKINSON, 2014, p. 188)

A hierarquia e as estruturas da Igreja ao longo do tempo mostraram-se bastante resilientes. Este é particularmente o caso da parte de agência da política externa da Igreja e da diplomacia papal. Iniciativas recentes para optar por um uso mais intenso dos diplomatas e do aparato diplomático da Santa Sé pelo Papa Francisco reforçam essa afirmação. Dois exemplos merecem destaque por ora: diplomatas da Santa Sé participaram da conferência de Genebra de 2013 sobre a Síria e, conforme mencionado pela seção dedicada ao diálogo inter-religioso, o Papa Francisco pediu um diálogo mais intenso com o Islã, convidando os líderes da Igreja a renovar o discurso diplomático com países que não têm vínculos oficiais com a Santa Sé, como a China (SEKERÁK; LOVAŠ, 2022). Este registro ilustra o peso que a Igreja atribui à arte de governar e à instituição da diplomacia. A Secretaria de Estado está constantemente intermediando entre a estrutura curial e a agência papal e diplomática, ao mesmo tempo em que segue sua própria agenda. A tentativa do Papa

Francisco de reformá-la traz, portanto, algumas mudanças inesperadas em ambos os domínios inicialmente instados, o estrutural e o de agência. Existem duas variáveis que, sem dúvida, têm o poder e a capacidade de superar as estruturas eclesiásticas: a agência do Papa internamente e o ambiente político global de fora, sendo exatamente sobre essas reconfigurações e modernizações de agenda que se debruça este capítulo.

No quesito ambiental, o papado de Francisco é enfático em acusar o consumismo desenfreado como grande vilão do meio-ambiente, explicitamente na carta encíclica voltada ao tema, intitulada Laudato si'. Essa postura não é externada apenas nas exortações das janelas vaticanas, mas acaba também refletindo na posição da Santa Sé nos fóruns multilaterais. O cardeal Pietro Parolin, Secretário de Estado do Vaticano, disse aos líderes mundiais na COP27 que decisões concretas para enfrentar a crise climática não podem mais ser adiadas. Parolin se referiu às iniciativas unilaterais, a exemplo das descritas por Thompson (2006), como contraproducentes e cobrou maior cooperação internacional frente essa luta coletiva.

Representando o Vaticano na conferência climática das Nações Unidas em Sharm El Sheik, Egito, ele disse a cerca de 200 delegações de diferente países que negociam os próximos passos para reduzir as emissões que causam o aquecimento global que não podemos ignorar a ligação entre a crise climática e a falta de acesso a comida e água. É razoável alegar que o grande diferencial na postura do Estado da Cidade do Vaticano frente ao tema é deixar de lado o sentido desenvolvimentista e economicista da preocupação ambiental, como aquele descrito por Larionova e Safonkina (2018, p. 20), mas priorizar o caráter humanitário dos efeitos deletérios das mudanças climáticas. O discurso catastrófico adotado por Parolin em muito se assemelha à interpretação igualmente trágica dos indicadores calamitosos apresentados por Pereira e Viola (2018).

Pouco tempo depois de se tornar signatária do Acordo de Paris e pela primeira vez pareada com outros participantes da COP, a Santa Sé disse que os passos adiante fossem dados com coragem e determinação, seguindo os passos dos Acordos de Paris. O Papa também promoveu a Plataforma de Ação Laudato Si', criada para consolidar os esforços para implementar a encíclica homônima, de 2015, sobre o Cuidado da Casa Comum, como a Igreja tem chamado o planeta Terra.

REFERÊNCIAS

ABDULLAH, Yasmin. The Holy See at United Nations Conferences: State or Church?. **Columbia Law Review**, v. 96, n. 7, p. 1835-1875, 1996.

ACCIOLY, Hildebrando et al. **Manual de Direito Internacional Público**. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

ARAUJO, Robert John. **Papal Diplomacy and the Quest for Peace**: The United Nations from Pius XII to Paul VI. Philadelphia: Saint Joseph's University Press, 2010.

ÅRSHEIM, Helge. Religion and International Organizations. In: HURD, Ian; JOHNSTONE, Ian; COGAN, Jacob Katz (eds). **The Oxford Handbook of International Organizations***.* Oxford: Oxford University Press, p. 490-507, 2016.

CARLETTI, Anna. **O Internacionalismo Vaticano e a Nova Ordem Mundial**: A Diplomacia Pontifícia da Guerra Fria aos Nossos Dias. Brasília: FUNAG, 2012.

CAROZZA, Paolo G.; PHILPOTT, Daniel. The Catholic Church, Human Rights, and Democracy: Convergence and Conflict with the Modern State. **Logos: A Journal of Catholic Thought and Culture**, v. 15, n. 3, p. 15-43, 2012.

CONCÍLIO VATICANO II. ***Gaudium et Spes***. Constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 1966.

DONNELY, Jack et al. **International Human Rights**. Boulder: Wetsview Press, p. 3-17, 1998.

DONNELY, Jack et al. **Universal Human Rights in Theory and Practice**. Nova York: Cornell University Press, p. 89-106, 2003.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars**: The Merging of Development and Security. Londres: Zed Books, p. 1-43, 2014.

DUURSMA, Jorri Carolina. **Self-determination, Statehood and International Relations of Micro-states : the Cases of Liechtenstein, San Marino, Monaco, Andorra and the Vatican City***.* Tese de Doutorado: Leiden University, 1994.

FRANCISCO, Papa. Mensagem em Vídeo do Papa Francisco por Ocasião da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, 2020. Acessado em: 20 jan. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20200925_videomessaggio-onu.html

GAETAN, Victor. **God's Diplomat**: Pope Francis, Vatican Diplomacy, and America's Armageddon. Londres: Rowman & Littlefield, 2021.

HAILU, Tseday Gizaw. The Holy See: The Government of the Catholic Church: What is the Nature of the Holy See's Obligation under the United Nations Convention on the Rights of the Child?. **The International Journal of Children's Rights**, v. 25, n. 3-4, p. 779-816, 2017.

HULME, David; WILKINSON, Rorden. The UN and the Post-2015 Development Agenda. In: BROWNE, Stephen; WEISS, Thomas G. (eds). **Post-2015 UN Development: Making Change Happen?.** Nova York: Routledge, p. 181-194, 2014.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Pacem in Terris*** (Sobre a paz de todos os povos). São Paulo: Paulinas, 1963.

KUNZ, Josef L. The Status of the Holy See in International Law. **The American Journal of International Law**, v. 46, n. 2, p. 308-314, 1952.

LARIONOVA, Marina; SAFONKINA, Elizaveta. The First Five Decades of Cooperation for Development: Actors, Achievements and Challenges. **International Organisations Research Journal**, v. 13, n. 4, p. 96-136, 2018.

LEBEC, Eric. **História Secreta da Diplomacia Vaticana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LI, Zhi; GE, Yuemeng. Contemporary Vatican International Identity's Influence of Construction and Communication. In: **3rd International Symposium on Social Science**. Atlantis Press, p. 229-232, 2017.

MACKENZIE, David. Forever Adaptable: the United Nations System at 70. **International Journal**, v. 70, n. 3, p. 489-498, 2015.

MANNION, Gerard. Pope Francis and Hope in the Ecumenical Future: A Papacy of Encounter. In: CHAPMAN, Mark D. (ed.). **Hope in the Ecumenical Future**: Pathways for Ecumenical and Interreligious Dialogue. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

MARTENS, Kurt. The Position of the Holy See and Vatican City State in International Relations. **University of Detroit Mercy Law Review**, v. 83, n. 5, p. 729-760, 2006.

MELNIK, Roman A. **Vatican Diplomacy at the United Nations**: A History of Catholic Global Engagement. Lewiston: Edwin Mellen Press, 2009.

OBIEZU, Emeka Xris. **A Theological Interpretation and Assessment of the Participation of the Roman Catholic Church and Roman Catholic Church-Inspired Non-Governmental Organizations (NGOs) in the United Nations**. Tese de Doutorado: University of St. Michael's College, Toronto, 2010.

OBIEZU, Emeka Xris. The Holy See in the United Nations: an Assessment and Critique. **New Theology Review: a Catholic Journal of Theology and Ministry**. v. 26, n. 1, 2013.

ONORATO, John A. Saving Grace or Saving Face: The Roman Catholic Church and Human Rights. **Dickinson Journal of International Law**, v. 8, p. 81, 1989.

PEASLEE, Amos J. (ed). **Volume III - Europe: Constitutions of Nations**. Berlim: Springer Science & Business Media, p. 1184-1230, 2013.

PEREIRA, Joana Castro; VIOLA, Eduardo. Catastrophic Climate Change and Forest Tipping Points: Blind Spots in International Politics and Policy. **Global Policy**, v. 9, n. 4, p. 513-524, 2018.

RUGAR, Don Charles. **Role of Religious Organizations in Conflict and Peacebuilding in Sub-Saharan Africa: a Case Study of the Catholic Church and the Islamic Religion**. Tese de Doutorado: University of Nairobi, 2020.

SAYWARD, Amy. **The United Nations in International History**, Londres: Bloomsbury Academic, p. 1-20, 2017.

SEKERÁK, Marián; LOVAŠ, Karol. The Diplomacy of the Holy See and its Transformation in the Context of Relations with the United Nations. **The Review of Faith & International Affairs**, v. 20, n. 1, p. 69-81, 2022.

SCHWARZ, Tanya B.; LYNCH, Cecelia. Religion in International Relations. In: **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. 2016.

SODANO, Angelo Cardinal. The Holy See's Presence in International Affairs. **Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations**, v. 2, n. 1, p. 87-92, 2001.

TADJBAKHSH, Shahrbanou. Human Security and the Legitimisation of Peacebuilding. In: RICHMOND, Oliver P. (ed). **Advances in Peacebuilding**: Critical Developments and Approaches. Nova York: Palgrave Macmillan, p. 116-136, 2010.

THOMAS, Scott. Religion and International Conflict. In: **Religion and International Relations**, p. 1-23, 2000.

THOMPSON, Alexander. Management Under Anarchy: the International Politics of Climate Change. **Climatic Change**, v. 78, n. 1, p. 7-29, 2006.

TROY, Jodok. The Catholic Church: an Underestimated and Necessary Actor in International Affairs. **Geogetown Journal of International Affairs.**, v. 9, p. 65, 2008.

TROY, Jodok. **The Catholic Church and International Relations**. Innsbruck: University of Innsbruck, 2016.

VEROSTA, Stephan. The Holy See and International Organizations. **Worldview**, v. 15, n. 7, p. 31-33, 1972.

WEISS, Thomas et al. **The United Nations and Changing World Politics**. 3rd ed., Nova York: Westview Press, p. 207-224; p. 227-253; p. 289-307, 2001.

ZAMBRANA-TÉVAR, Nicolás. The International Responsibility of the Holy See for Human Rights Violations. **Religions**, v. 13, n. 520, 2022.

WILLINGNESS TO PAY FOR WATER RESOURCES FOR HUMAN CONSUMPTION IN THE CITY OF AZÁNGARO

Data de aceite: 01/11/2023

Yudy Huacani-Sucasaca
Professor at the Professional School of Economics and International Business
Faculty of Accounting and Financial Sciences
Andean University Néstor Cáceres Velásquez
Juliaca, Peru
https://orcid.org/0009-0008-3275-5586

Pedro Pablo Morales Livisi
Graduate in Economics and International Business
Andean University Néstor Cáceres Velásquez
Juliaca, Peru

Jesús Mamani Mamani
Faculty of Accounting and Financial Sciences
Andean University Néstor Cáceres Velásquez
Juliaca, Peru

Bertha Béjar Parra
Faculty of Accounting and Financial Sciences
Andean University Néstor Cáceres Velásquez
Juliaca, Peru

ABSTRACT: Objective: Determine the willingness to pay for water resources for human consumption. **Material and method:** The deductive and econometric method was used, with a quantitative, non-experimental, basic type approach, with descriptive and explanatory scope, cross-sectional, the population was delimited based on 5,530 cases of water supply in the city of Azángaro, located at 3,850 masl, and an estimated sample of 365 respondents was estimated, with a Cronbach's Alpha value of 0.908, the binomial logit econometric model was applied. **Results:** The value of the willingness to pay was S/ 2.52 soles per month, estimating a total of S/ 172,217 soles per year, useful for the application of environmental improvement policies for water resources in Azángaro. **Conclusions:** The determining factors of the willingness to pay were: age, education, gender, the importance of the water resource and the perception of improvement in the quality of the water resource in the future.

KEYWORDS: human consumption, willingness to pay, logit model, water resource.

DISPOSICIÓN A PAGAR POR EL RECURSO HÍDRICO PARA CONSUMO HUMANO EN LA CIUDAD DE AZÁNGARO

RESUMEN: **Objetivo:** Determinar la disponibilidad a pagar por el recurso hídrico para consumo humano. **Material y método:** Se utilizó el método deductivo y econométrico, con enfoque cuantitativo, no experimental, de tipo básica, con alcance descriptivo y explicativo, de corte transversal, la población se delimitó en base a 5,530 casos de abastecimiento de agua en la ciudad de Azángaro que se encuentra a 3,850 msnm, y se estimó una muestra estimada de 365 encuestados, con un valor Alpha de Cronbach de 0.908, se aplicó el modelo econométrico *logit binomial*. **Resultados:** El valor de la disposición a pagar fue de S/ 2.52 soles por mes, estimándose un total de S/ 172,217 soles anuales, útil para la aplicación de políticas de mejora ambiental del recurso hídrico en Azángaro. **Conclusiones:** Los factores determinantes de la disponibilidad a pagar fueron: la edad, la educación, el género, la importancia del recurso hídrico y la percepción de mejora de la calidad del recurso hídrico en el futuro.

PALABRAS CLAVE: Consumo humano, disponibilidad a pagar, modelo *logit,* recurso hídrico.

1 I INTRODUCTION

Willingness to pay is the most widely used tool to measure environmental goods (Vásquez, 2017), since it assumes a hypothetical market for the payment of an environmental good. In the hypothetical market, it is assumed that people would be willing to pay under certain conditions such as quantity, quality, location, time, or duration. Among the factors that determine the willingness to pay are demographic aspects, such as age, gender, literacy level, income, family size and price (Makwinja et al., 2019).

Jalilov (2018) estimates the benefits of providing clean water quality in the Philippines, using a sample size of 240 respondents, with random sampling, mean willingness to pay has been US$2.03 for optimal water quality for bathing and an average willingness to pay for the quality of fishing water of US$ 2.03. The total economic benefits are US$ 190 million/year. Despite economic growth, especially in the industrial sector, there have been significant ecological and hydrological changes in urban areas. Affecting the quality of water, having to improve prior intervention of environmental policies in water quality.

In this context, the city of Azángaro has problems of water contamination due to mining, and which are a concern for the population that consumes drinking water, and having protests at a social level, no proposal for improvement has been registered. of environmental policies in the protection and conservation of water resources. Therefore, this research aims to assess the water resource through the question of how much would be willing to pay for the conservation of the water resource.

In studies of willingness to pay related to water resources, logistic regression models have been the most used (Perni et al. 2011; Peixer, 2011; Almendarez et al., 2013; Kebede and Tariku, 2016; Aslam et al. , 2018; Jalilov, 2018; Makwinja et al., 2019).

2 I MATERIALS AND METHODS

The type of research is quantitative, non-experimental, descriptive and explanatory, cross-sectional, with a simple random probabilistic sample (Hernández et al., 2010). The population of 5,530 was obtained from the National Institute of Statistics and Informatics, through the database of water supply in the home, with a public network inside and outside the home, which have a pool for public use, use the tanker truck or that they acquire from the neighbor. The sample size estimate was 365. Data was collected through surveys, validated with Cronbach's Alpha coefficient, whose resulting value was 0.908, highly reliable.

The willingness to pay was represented by the logit model (Gujarati et al., 2010), with the following notation:

$$Prob\ (Si) = \beta_0 + \beta_1 PC + \beta_2 IN + \beta_3 EDA + \beta_4 ED + \beta_5 GE + \beta_6 TAH + \beta_7 IRH + \beta_8 VRH + \beta_9 PMRHF + \varepsilon_t$$

Prob (Si), is the binary variable, indicates the probability of answering Yes to the question of willingness to pay, which depends on the explanatory variables: price (PC), income (IN), age (EDA), education (ED), gender (GE), household size (TAH), importance of the water resource (IRH), monitoring of the water resource (VRH), and the perception of improvement in the quality of the water resource in the future (PMRHF).

3 I RESULTS

Table 1 shows the average of the price and income factor, which the respondents would assume in case of facing the availability of payment for the water resource; the price factor ranges from nil to S/ 6 soles, the average price is around S/ 1 sol, and the income factor ranges from S/ 930 soles to more than S/ 4,001 soles, the average is close to an average income of 930 soles.

Variable	Mean	Standard desviation	Minimum	Maximum
Price 1/.	1.0383	1.0101	0.0000	6.0000
Income 2/.	1.5534	0.7883	1.0000	6.0000

Note: 1/. It ranges from S/ 1 to S/ 6 soles

2/. Income. 1=Less than 930 soles; 2= Between 930 - 1,500 soles; 3= Between 1,501 - 2,000 soles; 4= Entre 2,001 - 3,000 soles; 5= Between 3,001 - 4,000 soles; 6= More than 4,001 soles.

Table 1 - Price and income factor

Fuente: Limdep Econometric Software.

Table 2 records the results of the estimation of the logit model, and illustrates the significance of the explanatory variables, with the expected signs and coefficients according to economic theory. The price, income, age, education, gender, household size, the importance of the water resource, the surveillance of the water resource, and the perception

of improvement of the water resource in the future, are highly significant according to the Ratio of Likelihood, with a chi-square of 5%, with 9 degrees of freedom, rejecting the joint hypothesis (the coefficients of explanatory variables are equal to zero).

Multinomial Logit Model	
Maximum Likelihood Estimates	
Dependent variable	PSI
Weighting variable	None
Number of observations	365
Iterations completed	5
Log likelihood function	-222.4622
Restricted log likelihood	-247.1801
Chi squared	49.43565
Degrees of freedom	9
Prob[ChiSqd > value] =	.0000000
Hosmer-Lemeshow chi-squared =	18.67211
P-value= .01672 with deg.fr. =	8

Variable	Coefficient	Standar d Error	b/St.Er.	P[|Z|>z]	Mean of X
Characteristics in numerator of Prob[Y = 1]					
Constant	1.24079112	.79651639	1.558	.1193	
IN	.02326867	.15233581	.153*	.8786	1.55342466
EDA	-.09012030	.07909124	-1.139*	.2545	3.02191781
ED	.05643899	.12075438	.467*	.6402	2.67397260
GE	.02529540	.24323241	.104*	.9172	.61095890
TAH	-.15225825	.06411064	-2.375***	.0176	4.60273973
IRH	-.06471397	.13576853	-.477*	.6336	4.22739726
VRH	-.06861606	.13234864	-.518*	.6041	3.99178082
PMRHF	-.26448738	.19721331	-1.341**	.1799	.57534247
PC	-.04667146	.00815574	-5.723*	.0000	16.1351598

Note: t-statistic, * significance at the 10% level, ** significance at the 5% level, and *** significance at the 1% level.

Table 2 - Logit model estimation

Source: Limdep Econometric Software.

Table 3 shows the estimate of the Pseudo R-Square, with a good fit of 23.38%, it is also known as the Likelihood Ratio Index.

```
+-----------------------------------------------------------------------------------+
| Information Statistics for Discrete Choice Model.
|                               M=Model MC=Constants Only   M0=No Model
| Criterion F (log L)       -214.08683       -247.18006    -252.99872
| LR Statistic vs. MC         66.18646            .00000         .00000
| Degrees of Freedom           9.00000            .00000         .00000
| Prob. Value for LR            .00000            .00000         .00000
| Entropy for probs.         214.08684         247.18006     252.99872
| Normalized Entropy            .84620            .97700        1.00000
| Entropy Ratio Stat.         77.82377          11.63731         .00000
| Bayes Info Criterion       481.27275         547.45920     559.09652
| BIC - BIC(no model)         77.82377          11.63731         .00000
| Pseudo R-squared              .23388            .00000         .00000
| Pct. Correct Prec.          71.50685            .00000       50.00000
| Means:          y=0    y=1    y=2    y=3    y=4    y=5,   y=6   y>=7
| Outcome       .4110  .5890  .0000  .0000  .0000  .0000  .0000  .0000
| Pred.Pr       .4110  .5890  .0000  .0000  .0000  .0000  .0000  .0000
| Notes: Entropy computed as Sum(i)Sum(j)Pfit(i,j)*logPfit(i,j).
|        Normalized entropy is computed against M0.
|        Entropy ratio statistic is computed against M0.
|        BIC = 2*criterion - log(N)*degrees of freedom.
|        If the model has only constants or if it has no constants,
|        the statistics reported here are not useable.
+-----------------------------------------------------------------------------------+
```

Tabla 3 - Pseudo R-Square of the logit model

Fuente: Limdep Econometric Software.

In table 4, the estimate of the marginal effects, whose probabilities in the willingness to pay for water resource protection and conservation for human consumption, predict a change impact on the explanatory variables is shown. These results, demonstrate a positive response towards payment provision.

The value of price elasticity indicates that, if increasing by 30%, the probability of payment would be reduced by 8.95%, corroborating a scarce sensitivity in price.

```
+--------------------------------------------------+
| Partial derivatives of probabilities with
| respect to the vector of characteristics.
| They are computed at the means of the Xs.
| Observations used are All Obs.
+----------------------------------------------------+---------+----------+
|Variable | Coefficient  | Standard Error |b/St.Er.|P[|Z|>z] |Elasticity|
+---------+-------------+---------------+--------+---------+-------------+
        Characteristics in numerator of Prob[Y = 1]
 Constant      .29688740     .18960788     1.566     .1174
 IN             .00556756     .03644727     .153*    .8786     .01432931
 EDA          -.02156332     .01892053    -1.140*  .2544    -.10796145
 ED             .01350431     .02889482     .467*    .6402     .05982733
        Marginal effect for dummy variable is P|1 - P|0.
 GE             .00604890     .05813015       .104*  .9171     .00612292
 TAH          -.03643124     .01535047    -2.373***.0176    -.27781818
 IRH          -.01548428     .03248034      -.477*  .6336    -.10845123
 VRH          -.01641795     .03167001       -.518*  .6042    -.10858150
 PMRHF      -.06328460     .04715108      -1.342** .1795    -.06032465
 PC             -.01116720     .00192686     -5.796***.0000    -.29853005
+---------------------+
Marginal Effects for
+----------+----------+
Variable | All Obs.
+----------+----------+
 ONE        .29689
 IN          .00557
 EDA       -.02156
 ED          .01350
 GE         -.00605
 TAH       -.03643
 IRH       -.01548
 VRH       -.01642
 PMRHF   -.06328
 PC         -.01117
+----------+----------+
```

Note: t-statistic, * significance at 10% level, ** significance at 5% level and *** significance at 1%.

Table 4 - Marginal effects of the logit model

Source: Limdep Econometric Software.

The econometric estimation, presents a correct prediction of the logit model of 73.28% (table 5).

```
==========================================================
Analysis of Binary Choice Model Predictions Based on Threshold =  .5000
--------------------------------------------------------------------
Prediction Success
--------------------------------------------------------------------
Sensitivity = actual 1s correctly predicted                        79.070%
Specificity = actual 0s correctly predicted                        58.667%
Positive predictive value = predicted 1s that were actual 1s    73.276%
Negative predictive value = predicted 0s that were actual 0s    66.165%
Correct prediction = actual 1s and 0s correctly predicted       70.685%
--------------------------------------------------------------------
Prediction Failure
--------------------------------------------------------------------
False pos. for true neg. = actual 0s predicted as 1s             41.333%
False neg. for true pos. = actual 1s predicted as 0s                20.930%
False pos. for predicted pos. = predicted 1s actual 0s           26.724%
False neg. for predicted neg. = predicted 0s actual 1s           33.835%
False predictions = actual 1s and 0s incorrectly predicted       29.315%
==========================================================
Frequencies of actual & predicted outcomes
Predicted outcome has maximum probability.
Threshold value for predicting Y=1 = .5000
          Predicted
------  ----------  +  -----
Actual      0    1  I  Total
------  ----------  +  -----
  0        88   62  I    150
  1        45  170  I    215
------  ----------  +  -----
Total  133  232  I    365
```

Table 5 - Projection of the logit model

Source: Limdep Econometric Software.

Table 6, visualizes the estimated value of readiness to pay with a mean of S/ 2.52 soles, with positive values, in accordance with expectations.

Variable	Mean	Std.Dev.	Minimum	Maximum	Cases
All observations in current sample					
DAPR	2.52272084	.513247624	.998040715	4.05903231	365

Table 6 - Availability to pay model logit

Source: Limdep Econometric Software.

4 I DISCUSSION

The willingness to pay is an important decision instrument, which consists in assigning an economic value on the environmental asset and which is not valued in the market (Osorio and Correa, 2009). The research developed in the Rio Grande, Bobo and Chico and Játiva Basins in Ecuador proved, that water resource is the only asset available for water supply for consumption (Paspuel and Tobar, 2017).

Gonzales et al. (2016), estimated that the willingness to pay of households for an improvement in water service, is higher among women than among men. Likewise, they consider that the availability of payment is higher in low-resource residents, as they attach high value to the environmental good. On the other hand, when the degree of schooling is higher, there is a significant degree of awareness, towards the conservation of environmental good.

Jaramillo et al. (2013), maintain that water resource is limited, find that the availability of payment is US$ 2.20 monthly dollars, markedly low income families, are also willing to pay for environmental resource.

Esquivel (2008) argues that it is important to value environmental goods, because this type of goods do not have a price in the market, and there is an absence of researches of this nature to find such market value. He alludes that communities near a basin in Costa Rica would be willing to make payments towards basin conservation campaigns, merely sacrificing their income.

5 I CONCLUSIONS

The willingness to pay, as a study technique allows to find the economic value that an environmental asset has, in this research it has been found that the inhabitants of the city of Azángaro would be willing to pay S/ 2.52 soles for the conservation of the water resource, per medium of the formulation of public investment projects, studies in water management, and promotion of environmental sensitization campaigns. An important role at this stage of intervention would be played by local, regional and national governments for budget allocation.

REFERENCES

Almendarez, M. A., Jaramillo, L. A., Avilés, G., Beltrán, L. F., Hernández, V. y Ortega, A. (2013). Economic valuation of water in a natural protected area of an emerging economy: Recommendations for el Vizcaino Biosphere Reserve, Mexico*. Interciencia*, 38(4), 245-252

Aslam H, Liu J, Mazher A, Mojo D, Muhammad I y Fu C. (2018). Willingness to Pay for Improved Water Services in Mining Regions of Developing Economies: Case Study of a Coal Mining Project in Thar Coalfield, Pakistan. *Water,* 10(4):481.

Gujarati, D. N. y Porter, D. C. (2010). *Econometría.* Quinta Edición. Mc Graw Hill Educación.

Hernández, R., Fernández, C. & Baptista, P. (2014). *Metodología de investigación*. Sexta Edición, Mc Graw Hill Education.

Instituto Nacional de Estadística e Informática (2017). Censos Nacionales 2017: XII de Población, VII de Vivienda y III de Comunidades Indígenas. Sistema de Consulta de Base de Datos.

Jalilov, S. M. (2018). Value of Clean Water Resources: Estimating the Water Quality Improvement in Metro Manila, Philippines*. Resources*, 7(1), 1.

Kebede, Sh. y Tariku, L. (2016). "Households' Willingness to Pay for Improved Water Supply: Application of the Contingent Valuation Method; Evidence from Jigjiga Town, Ethiopia," *Romanian Economic Journal, Department of International Business and Economics from the Academy of Economic Studies Bucharest.* 19(62), 191-214.

Makwinja, R., Kosamu, I. B. M., y Kaonga, C. C. (2019). Determinants and Values of Willingness to Pay for Water Quality Improvement: Insights from Chia Lagoon, Malawi. *Sustainability*, 11(17), 4690.

Peixer, J., Giacomini, H. C., y Petrere Jr, M. (2011). Economic valuation of the Emas Waterfall, Mogi-Guaçu River, SP, Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências,* 83(4), 1287-1302.

Perni, A., Martínez, F., y Martínez, J. M. (2011). Economic valuation of coastal lagoon environmental restoration: Mar Menor (SE Spain). *Ciencias* marinas, 37(2), 175-190.

Vásquez, F. (2017). *Metodología para la valoración económica del medio ambiente*. Políticas públicas frente al cambio climático. Cepal.

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de extensionistas em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias. Editora de área temática da Revista Brasileira de Extensão Universitária (RBEU). Editora-chefe da Revista Técnico-Científica do IFSC (RTC). Revisora *ad hoc* de revistas nos campos da saúde e extensão universitária.

ÍNDICE REMISSIVO

A

B

C

D

E

G

I

O

P

R

S

T

V

W

INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

EN CIENCIAS SOCIALES APLICADAS 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023

INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

EN CIENCIAS SOCIALES APLICADAS 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023